



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

MIDORE YASMIN SANTOS HIPÓLITO

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO INSTITUTO FEDERAL
DA PARAÍBA COM FOCO NO ODS 17**

JOÃO PESSOA - PB
2025

MIDORE YASMIN SANTOS HIPÓLITO

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO INSTITUTO FEDERAL
DA PARAÍBA COM FOCO NO ODS 17**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Orientador: Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Morais

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

H667i Hipolito, Midore Yasmin Santos.

Internacionalização da Educação superior : análise dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Instituto Federal da Paraíba com foco no ODS 17 / Midore Yasmin Santos Hipolito. - João Pessoa, 2025. 133 f. : il.

Orientação: José Jassuipe da Silva Morais.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior - Internacionalização. 2. Educação superior - Cooperação internacional. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Morais, José Jassuipe da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

MIDORE YASMIN SANTOS HIPÓLITO

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO INSTITUTO FEDERAL
DA PARAÍBA COM FOCO NO ODS 17**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior como requisito para obtenção do título de Mestra.

Aprovada em: 26/ 02/ 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JOSE JASSUIPE DA SILVA MORAIS**
Data: 10/04/2025 13:16:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Moraes (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - PPGAES

Documento assinado digitalmente
 **PAULO CESAR GEGLIO**
Data: 10/04/2025 11:24:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo César Geglio (Examinador interno)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - PPGAES

Documento assinado digitalmente
 **PRISCILA REZENDE DA COSTA**
Data: 09/04/2025 15:45:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Priscila Rezende da Costa (Examinador externo)
Universidade Nove de Julho (UNINOVE) – SP

Dedico este trabalho à minha família,
razão da minha força e minha maior
motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por me conceder força, coragem, sabedoria e paciência perante os desafios ao longo de toda jornada acadêmica.

À minha mãe que sempre me incentivou e acreditou em meu potencial e meus familiares pelo suporte e compreensão.

Ao meu esposo Estácio e meu filho Henrique por todo amor, incentivo, paciência e compreensão, principalmente nos momentos de ausência. Vocês são o motivo de seguir em frente todos os dias.

Ao meu orientador, Professor Jassuipe, pela confiança, paciência e valiosos ensinamentos, que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também pelos conselhos e pelos momentos de descontração nas interações ao longo desta jornada.

Aos professores da banca, Paulo Geglio e Priscila Rezende, meus agradecimentos pela disponibilidade, pelas contribuições e pelas valiosas considerações que enriqueceram este trabalho. Agradeço também aos professores do PPGAES/UFPB, pelo conhecimento compartilhado e pelas reflexões geradas. Suas contribuições foram essenciais para meu aprendizado e crescimento acadêmico.

Aos colegas do curso, meu agradecimento pela companhia e pelas trocas enriquecedoras durante esta jornada. Em especial, às minhas amigas Hirla, Rosane, Nathali e Michelle, que me apoiaram de todas as formas possíveis – acadêmica, emocional e pessoalmente. Sou muito grata pela parceria, na qual compartilhamos desafios, oferecendo ajuda mútua e celebramos cada conquista juntas. Esse apoio e união foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

A toda equipe do trabalho do DOF/IFPB-JP pelo apoio, companheirismo e compreensão ao longo deste percurso. Sua colaboração e amizade foram essenciais para que eu pudesse seguir adiante. Um agradecimento especial à minha amiga Helena, que foi uma grande incentivadora para que eu ingressasse no mestrado. Sou imensamente grata pelo apoio desde o início, pela motivação constante e pela compreensão e suporte.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

(José de Alencar)

RESUMO

A internacionalização na educação superior não se restringe à mobilidade acadêmica e à colaboração entre universidades, abrangendo também inovação tecnológica, desenvolvimento econômico, questões sociais e desenvolvimento sustentável ao promover apoio a pesquisas e práticas que abordam soluções para desafios globais. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa consiste em compreender como os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 17 (ODS-17) da Agenda 2030 da ONU estão sendo integrados às estratégias e ações de internacionalização do IFPB, visto que o ODS-17 foca em fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. O referencial teórico fundamenta-se nos conceitos de Internacionalização da Educação Superior e na Agenda 2030. Quanto à metodologia adotada, a pesquisa classifica-se como descritiva com abordagem qualitativa e, quanto ao procedimento técnico, caracteriza-se como documental. Os dados foram coletados por meio de documentos institucionais disponibilizados em meios eletrônicos, com a finalidade de realizar uma análise situacional e compreender o contexto da internacionalização na instituição. A análise favoreceu a identificação das práticas alinhadas ao ODS 17, bem como lacunas e fragilidades no processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito da internacionalização. Os resultados da pesquisa demonstraram que a instituição desenvolve diversas ações de internacionalização de forma estruturada, com destaque para parcerias e ações de cooperação internacional no âmbito do ODS 17. No entanto, observa-se que há limitações na implementação de iniciativas direcionadas para a Agenda 2030, principalmente quanto à temáticas específicas na área de desenvolvimento sustentável. Como recomendação, a pesquisa sugere um maior alinhamento das práticas de internacionalização aos objetivos previstos no ODS 17. Quanto ao produto técnico e tecnológico, foi desenvolvido um relatório técnico com recomendações e boas práticas destinadas ao aprimoramento das estratégias e ações de internacionalização e fortalecimento das parcerias globais em consonância com os princípios do ODS 17.

Palavras-chave: Internacionalização; Cooperação Internacional; Desenvolvimento Sustentável; Instituição de Ensino Superior.

ABSTRACT

Internationalization in higher education is not limited to academic mobility and collaboration between universities; it also encompasses technological innovation, economic development, social issues, and sustainable development by supporting research and practices that address solutions to global challenges. In this context, the objective of this research is to understand how the principles of Sustainable Development Goal No. 17 (SDG 17) of the UN 2030 Agenda are being integrated into the internationalization strategies and actions of IFPB. SDG 17 focuses on strengthening the means of implementation and revitalizing global partnerships for sustainable development. The theoretical framework is based on the concepts of Higher Education Internationalization and the 2030 Agenda. Regarding the adopted methodology, this research is classified as descriptive with a qualitative approach and, in terms of technical procedures, as documentary research. Data were collected through institutional documents available in electronic media, aiming to conduct a situational analysis and understand the context of internationalization within the institution. The analysis facilitated the identification of practices aligned with SDG 17, as well as gaps and weaknesses in the process of implementing the 2030 Agenda in the context of internationalization. The research results indicate that the institution implements various structured internationalization actions, with a focus on partnerships and international cooperation initiatives related to SDG 17. However, there are limitations in the implementation of initiatives specifically aimed at the 2030 Agenda, particularly regarding specific themes in the field of sustainable development. As a recommendation, the study suggests a greater alignment of internationalization practices with the objectives outlined in SDG 17, aiming to strengthen strategic partnerships and expand the impact of institutional actions. Regarding the technical and technological product, a technical report was developed, presenting recommendations and best practices for enhancing internationalization strategies and strengthening global partnerships in accordance with the principles of SDG 17.

Keywords: Internationalization; International Cooperation; Sustainable Development; Higher Education Institution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O ciclo da Internacionalização	26
Figura 2 - Modelo de processo fractal de Rudzki.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Razões para internacionalização.	22
Quadro 2 – Modelo de elaboração do plano de internacionalização.	29
Quadro 3 - Princípios básicos de avaliação	33
Quadro 4 – Descrição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030.	41
Quadro 5 – Procedimentos de coleta e análise de dados.	53
Quadro 6 - Categorias da pesquisa	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ARINTER	Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais
CAEI	Congresso das Américas sobre Educação Internacional
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNODS	Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CUN	Corporación Unificada Nacional de Educación Superior
EODS	Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
FORINTER	Fórum dos Assessores de Relações Internacionais
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
INAFOR	Instituto Nacional de Formação Técnica Profissional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISPJSB	Instituto Superior Politécnico São João Bosco
MEC	Ministério da Educação
NAI	Núcleo de Assuntos Internacionais
NEPA	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Astronomia
NuCLI	Núcleo de Línguas e Estudos Linguísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEI	Objetivos Estratégicos Institucionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PPCs	Projetos Pedagógicos de Curso
PRAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
SEAS	Secretaria Especial de Articulação Social
SEGOV/PR	Secretaria de Governo da Presidência da República
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	13
1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3 OBJETIVO	16
1.3.1 Objetivos Específicos	17
1.4 JUSTIFICATIVA	17
2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	19
2.1 RAZÕES E MOTIVAÇÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO.....	21
2.2 PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	24
2.3 MENSURAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO.....	30
3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030	38
3.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	38
3.2 AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	40
3.3 PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO AVANÇO DOS ODS.....	45
4 METODOLOGIA	50
4.1. TIPO DE PESQUISA	50
4.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	51
4.3 AMBIENTE E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	51
4.4 PERCURSO METODOLÓGICO	52
5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	57
5.1 ANÁLISE DOS NORMATIVOS	57
5.1.1 Análise do Regimento Geral	58
5.1.2 Análise da Política de Internacionalização do IFPB	60
5.1.3 Análise do Termo de Compromisso das Instituições de Ensino Superior da Paraíba com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	63
5.2 ANÁLISE DO PDI 2015-2019 E 2020-2024.....	65
5.2.1 Análise do PDI 2015-2019	65
5.2.2 Análise do PDI 2020-2024	67
5.3 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO	74
5.3.1 Análise do Relatório de Gestão 2019	75
5.3.2 Análise do Relatório de Gestão 2020	79

5.3.3 Análise do Relatório de Gestão 2021	84
5.3.4 Análise do Relatório de Gestão 2022	89
5.3.5 Análise do Relatório de Gestão 2023	94
5.4 ANÁLISE CONCLUSIVA DA PESQUISA	97
5.5 PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO	101
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A - RELATÓRIO TÉCNICO	113

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Desde o surgimento das primeiras universidades na Europa Medieval, como a Universidade de Bolonha e a Universidade de Paris, o ensino superior já demonstrava um caráter internacional. Essas instituições medievais não apenas atraíam estudantes e acadêmicos de diversas regiões da Europa, mas também funcionavam como centros de intercâmbio de conhecimento e encontro de culturas variadas, estabelecendo assim os fundamentos iniciais para a internacionalização (Wielewicki; Oliveira, 2010).

Na década de 1990, com as mudanças geradas pelo capitalismo, o processo de globalização trouxe mudanças que repercutiram no âmbito político e social. Todos esses elementos transformaram significativamente o panorama do ensino superior nas décadas seguintes, promovendo e facilitando o processo de internacionalização. Nesse contexto, as universidades perceberam a necessidade de se adequar a esse novo cenário e a internacionalização surge com uma resposta aos desafios impostos pela globalização. A integração da cultura, ciência e tecnologia a nível mundial levou as instituições ao desenvolvimento de competências para atender às novas demandas do mercado (Wielewicki; Oliveira, 2010).

Desse modo, entende-se que a internacionalização pode enriquecer a experiência educacional, promovendo o desenvolvimento do conhecimento, habilidades e valores interculturais nos estudantes. Isso é alcançado através da melhoria dos métodos de ensino e aprendizado, da promoção da mobilidade estudantil internacional e da inclusão de conteúdos comparativos, internacionais e interculturais no currículo (Rangel, 2020).

A expansão da internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) apresenta-se como uma estratégia para aprimorar a qualidade acadêmica, promover a diversidade cultural e aumentar a competitividade global. A internacionalização vai além do ensino, impactando também aspectos sociais, culturais e econômicos que refletem na sociedade. Por isso, é fundamental planejar esse processo alinhado aos objetivos da gestão universitária e governamental. Além disso, a colaboração entre as instituições de ensino superior é essencial para o compartilhamento de experiências e crescimento mútuo (Franklin *et al.*, 2018).

Nesse sentido, o governo brasileiro tem investido no desenvolvimento de estratégias e ações de internacionalização, como, por exemplo, o programa Ciências sem Fronteiras e o Capes Print. Essas ações visam atender as demandas do mercado global, além de promover

maior colaboração entre instituições de ensino internacionais e tornar as universidades brasileiras mais competitivas no cenário mundial.

Através das variadas formas de cooperação, a internacionalização das instituições de ensino superior tem impulsionado o aprimoramento da qualidade do ensino e da pesquisa, promovendo assim o desenvolvimento das nações e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Stallivieri, 2002).

Entende-se que a internacionalização na educação superior não se restringe à mobilidade acadêmica e à colaboração entre universidades, abrangendo também inovação tecnológica, o desenvolvimento econômico, questões sociais e o desenvolvimento sustentável ao promover o apoio a pesquisas e práticas sustentáveis que abordam a solução para desafios mundiais. A relação entre internacionalização e desenvolvimento sustentável se manifesta na capacidade das IES de contribuir amplamente para o progresso das instituições de ensino, dos indivíduos e das sociedades como um todo, abrangendo diferentes contextos culturais e geográficos.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável tem sido uma pauta de prioridade mundial, reconhecida pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade para todos. Isso requer um comprometimento firme por parte das autoridades locais, que são os principais responsáveis por colocar em prática tais medidas. No entanto, o alcance dos ODS não pode ser uma responsabilidade exclusiva dos governos. É importante haver o engajamento de outras entidades, como as universidades, ONGs, empresas privadas e organizações comunitárias com colaboradores estratégicos para o alcance dos objetivos (Nações Unidas, 2015).

A elaboração da Agenda 2030 em conjunto com os ODS representa um marco para o desenvolvimento global, integrando três dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica e social. Diante desse cenário, as IES possuem um papel fundamental não apenas na formação de profissionais qualificados, mas também como agentes de desenvolvimento na sociedade.

No âmbito da sustentabilidade, o papel das IES vai além do ensino-aprendizagem, uma vez que as instituições devem buscar iniciativas que alcancem o público externo e a comunidade em geral, através da integração da sustentabilidade na gestão estratégica. Isso inclui a adoção de práticas sustentáveis, pesquisas com foco em soluções para desafios ambientais e sociais e o firmamento de parcerias internacionais que promovam a cooperação internacional, visto que elas permitem a troca de experiências e promovem a internacionalização acadêmica, fortalecendo os setores de pesquisa, ensino e extensão.

Nesse contexto, a internacionalização é vista como um meio para impulsionar o desenvolvimento acadêmico e a qualidade de ensino, através da transferência de conhecimentos, práticas inovadoras e do desenvolvimento sustentável, demonstrando ser um instrumento facilitador para a implementação dos ODS. Desse modo, destaca-se a necessidade de que a internacionalização, bem como as ações de ensino, pesquisa e extensão estejam alinhadas à Agenda 2030 e que o planejamento institucional e, conseqüentemente, as ações e práticas dessas instituições de ensino sejam orientados para a sustentabilidade.

1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Percebe-se que muitas IES iniciaram um processo formal de institucionalização da internacionalização, mas enfrentam desafios no que se refere ao processo de gestão, integração e avaliação (Castro, 2021). Em decorrência da falta de um processo estruturado de gestão, muitas instituições deixam de avaliar fatores de grande relevância relacionados às ações de internacionalização. Sendo assim, é essencial considerar que as IES precisam definir, dentro da sua política, a missão, estratégias e metas a serem alcançadas, além de considerarem as exigências globais, como o desenvolvimento sustentável.

Embora a internacionalização seja reconhecida como uma ação prioritária, muitos agentes dentro dessas instituições não compreendem inteiramente a sua importância, benefícios ou a maneira correta de operacionalizá-la (Stallivieri, 2009). Essa falta de entendimento pode resultar em uma implementação fragmentada e ineficaz, em que as ações não são adequadamente inseridas nas estratégias e práticas da instituição.

Além disso, ao serem formuladas, as estratégias de internacionalização frequentemente não estão alinhadas aos demais planos de gestão institucional. Esse desalinhamento é evidenciado pela ausência de rubricas específicas para a internacionalização nos orçamentos das universidades federais, bem como pela falta de inclusão de diretrizes e propostas relacionadas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) (Silva, 2023). Esse cenário demonstra uma falta de prioridade por parte da gestão, o que compromete significativamente o potencial de impacto das políticas de internacionalização.

Outro desafio consiste na continuidade das ações de internacionalização, visto que, na Pós-Graduação, as iniciativas são conduzidas de maneira individualizada e ficam sob a responsabilidade dos docentes. Isso resulta em relações informais entre as instituições e cria uma dependência da instituição em relação aos docentes, o que dificulta a gestão do processo de internacionalização e a sua institucionalização (Duarte *et al.*, 2012). O estabelecimento de

parcerias que sejam mutuamente benéficas e sustentáveis a longo prazo garante que todos os envolvidos se beneficiem igualmente das colaborações.

No âmbito do IFPB, a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARINTER) é o órgão responsável por assessorar, elaborar, propor e coordenar a execução das ações relacionadas à política de Internacionalização, conforme a Resolução n.º 144 – CS, de 11 de agosto de 2017. A assessoria tem como missão promover a formação de cidadãos capacitados para ingressar no mercado de trabalho e colaborar na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática, abrangendo os âmbitos local, regional e global.

Em 2019, o IFPB formalizou sua adesão à Agenda 2030 por meio da assinatura de um termo de compromisso, juntamente com outras instituições de ensino superior do estado da Paraíba, com o objetivo de alinhar suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme delineado na Agenda 2030. Esse compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional, que adota a Agenda 2030 e os ODS como referenciais normativos e os incorpora ao seu objetivo estratégico institucional. A priorização da integração das ações institucionais em todos os macroprocessos, inclusive a internacionalização, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 é destacada, fomentando iniciativas que visem ao alcance desses objetivos durante a vigência do PDI.

Embora o IFPB tenha formalizado seu compromisso com a Agenda 2030, torna-se necessário examinar de que forma esse alinhamento tem se materializado nas ações de internacionalização. O ODS 17, que enfatiza parcerias e meios de implementação para o desenvolvimento sustentável, oferece diretrizes para fortalecer redes de cooperação internacional, promover a mobilidade acadêmica e compartilhar conhecimento com outras instituições por meio da cooperação internacional. No entanto, ainda há pouca sistematização sobre como as ações realizadas pelo IFPB no campo da internacionalização se relacionam com esse objetivo. Nesse sentido, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: **Como os princípios do ODS 17 da Agenda 2030 da ONU têm sido integrados às ações de internacionalização do IFPB?**

1.3 OBJETIVO

Compreender como os princípios do ODS 17 da Agenda 2030 da ONU estão sendo integrados às ações de internacionalização do IFPB.

1.3.1 Objetivos Específicos

- Analisar os normativos institucionais referentes à internacionalização e aos ODS;
- Realizar o levantamento das ações de internacionalização no Instituto Federal da Paraíba (IFPB);
- Examinar a aderência das ações de internacionalização aos princípios do ODS 17;
- Elaborar um relatório técnico com recomendações para melhor alinhamento das ações de internacionalização do IFPB ao ODS 17.

1.4 JUSTIFICATIVA

Há uma demanda crescente pela inserção das IES no contexto internacional, impulsionada pelos avanços da globalização. No entanto, ao mesmo tempo, essas instituições enfrentam um cenário desafiador no que se refere à gestão e à execução de estratégias. Embora as IES elaborem um Plano de Desenvolvimento Institucional para definir objetivos estratégicos e ações em diferentes áreas, promover a integração entre essas áreas e a sua efetiva implementação ainda é um processo complexo.

Nesse contexto, a internacionalização da educação superior pode contribuir significativamente para promover uma educação de qualidade, o avanço científico e a inovação tecnológica. Ao alinhar suas estratégias aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente ao ODS 17, assegura-se que as parcerias e as colaborações globais sejam sustentáveis. Isso resulta em estratégias que fomentam um diálogo competitivo entre as instituições, a criação de redes de conhecimento, a formação de profissionais e a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento econômico e social. Desse modo, além de contribuir para a formação de cidadãos globalmente conscientes e responsáveis, a instituição também se destaca como um ator relevante na busca de soluções para os desafios complexos da atualidade.

Sob essa perspectiva, esta pesquisa visa oferecer uma contribuição teórica sobre internacionalização e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de aprofundar as discussões acadêmicas acerca de como as IES podem expandir sua presença internacional de maneira estratégica e sustentável. A investigação busca proporcionar uma compreensão em relação aos critérios e estratégias que colaboram para o destaque institucional no cenário internacional, adotando um planejamento eficaz e aderindo aos princípios de desenvolvimento sustentável, de modo a promover a consolidação de valores essenciais, como a colaboração.

A pesquisa também apresenta uma contribuição prática por meio da elaboração de um relatório técnico, que reúne sugestões de boas práticas para fortalecer a atuação do Instituto Federal da Paraíba na promoção do desenvolvimento sustentável por meio da internacionalização, com foco no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 17, que destaca a importância das parcerias como meio de implementação dos demais objetivos da Agenda 2030. O relatório busca identificar oportunidades para aprimorar a cooperação internacional do IFPB, incentivando parcerias estratégicas com outras instituições de ensino superior, governos, setor privado e sociedade civil.

Este estudo enquadra-se na linha de pesquisa *Avaliação e Financiamento da Educação Superior*, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), oferecido pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, tendo em vista que a intenção da pesquisa é apresentar uma contribuição a fim de elevar a qualidade da gestão da internacionalização.

A contribuição também se estende indiretamente à política de financiamento, visto que o planejamento também contribui com a identificação de lacunas e permite uma alocação de recursos mais eficiente. Nesse contexto, o ODS 17 desempenha um papel importante ao colaborar com o estabelecimento de parcerias em busca de formas de financiamento, como as parcerias público-privadas, por exemplo.

Os resultados obtidos na pesquisa poderão ser utilizados por outras instituições de ensino superior como referência para desenvolver ou aprimorar suas estratégias de internacionalização e desenvolvimento sustentável, promovendo um intercâmbio de conhecimento e melhores práticas na área da educação.

A motivação pessoal para realização desta pesquisa está ligada à trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora. Com formação em Administração, a pesquisadora adquiriu uma compreensão e conhecimento sobre gestão, o que gera maior interesse na área de planejamento e estratégias. Atualmente, a pesquisadora atua na Coordenação de Execução Orçamentária da instituição em que trabalha, onde tem a oportunidade de lidar diretamente com o planejamento e a alocação de recursos. Essa função permite observar de perto os desafios e as oportunidades que surgem no contexto da gestão institucional, incluindo a implementação de políticas de internacionalização.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O atual cenário internacional proporcionou o intercâmbio de conhecimento e experiências entre as universidades, fato que interferiu na educação, colaborando para o crescimento dessas instituições através de novos estudos, novas culturas, aportes e formas de gestão diante das transformações e interações de um mundo globalizado em constante mudança.

Nesse cenário, a internacionalização é vista como um processo necessário para que o ensino superior consiga reagir às demandas e desafios da sociedade globalizada. Ela não deve ser vista como um objetivo final em si mesma, mas sim como um instrumento ou um meio para alcançar maiores objetivos (Carvalho; Araújo, 2020).

A internacionalização tem sido uma prática recorrente nas áreas de ciência política e governança há vários anos. Entretanto, foi apenas a partir do início da década de 1980 que essa abordagem ganhou maior relevância e popularidade no setor educacional. Antes desse período, os termos "educação internacional" e "cooperação internacional" eram amplamente utilizados e ainda são preferidos em alguns países (Knight, 2009).

Na década de 1990, debates sobre terminologia focaram na distinção entre "educação internacional" e termos correlatos como "educação comparada", "educação global" e "educação multicultural". Atualmente, as relações e nuances de significado entre formas de educação "transfronteiriça", "transnacional", "sem fronteiras" e "internacional" são mais relevantes, gerando considerável confusão. (Knight, 2009).

Atualmente, a internacionalização tem sido considerada uma estratégia fundamental para alcançar qualidade, relevância educacional e tornar o aluno mais preparado para o cenário global. Nesse sentido, há uma divergência entre os conceitos de globalização e internacionalização. A globalização é o elemento que impulsiona inicialmente as mudanças no Ensino Superior, enquanto a internacionalização refere-se a uma reação interna e deliberada a essas mudanças. Ou seja, as instituições respondem à globalização através de estratégias que busquem integrá-las ao contexto global de forma proveitosa e, ao mesmo tempo, reduzindo os impactos negativos que venham a surgir (Gacel-Ávila, 2009).

De acordo com Knight (2020, p. 23), “a globalização também é um processo, ainda que diferente da internacionalização, por abordar a ideia de dimensão mundial ou global, e não a noção de relações entre países, como indica o termo ‘internacionalização’”. O autor Hudzik (2011) corrobora a ideia defendida por Knight (2020) ao afirmar que inicialmente houve uma confusão entre os termos “relações internacionais” e “globalização”. Com o tempo, o primeiro passou a descrever relações políticas, econômicas e diplomáticas entre nações, enquanto a

globalização foi definida como um conjunto de forças e fatores que impulsionam e geram transformações.

A globalização do ensino superior pode ser entendida de diversas maneiras. Ela refere-se, primeiramente, a um aumento considerável da capacidade das instituições de oferecer educação de qualidade a nível mundial, principalmente em países fora da Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia. Além disso, a globalização implica no aumento do fluxo de estudantes e de professores pelo mundo e no crescimento da colaboração e de parcerias internacionais. Assim, a globalização exerce um forte impacto na redução e na flexibilização das fronteiras políticas e econômicas, promovendo principalmente uma troca mais livre e abrangente de conhecimento, ideias e aprendizagem (Hudzik, 2011).

Na atualidade, a internacionalização passaria a ser considerada uma nova missão da educação superior. Nesse sentido, para analisá-la sob essa perspectiva, é essencial entender o conceito, quais são os seus principais elementos e como ela é implementada nas atividades cotidianas das instituições, bem como nas políticas e estratégias adotadas pelos governos (Maués; Bastos, 2017).

O conceito mais amplamente utilizado de internacionalização no contexto do ensino superior é o de Jane Knight (2004, p. 11). Segundo a autora, a internacionalização pode ser definida como o “processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária”. Esse processo busca incorporar elementos internacionais às funções essenciais e nos serviços oferecidos por uma instituição de nível superior. Assim, entende-se que há um esforço deliberado a fim de agregar uma perspectiva global em todo o âmbito educacional.

Segundo Knight (2020), o conceito de internacionalização da educação superior deve ser desenvolvido de forma neutra e genérica, devido à variação significativa entre diversos países e até mesmo entre instituições ou regiões. Uma definição neutra promove a universalidade, visto que não considera critérios e o contexto específico de cada país ou cultura.

De acordo com Gacel-Ávila (2006), a internacionalização no ensino superior é entendida como um processo que busca preparar os indivíduos para desenvolver valores e consciência global referente às problemáticas que afetam a humanidade. Isso ocorre através da integração das dimensões globais, internacionais, interculturais, comparada e disciplinar nas funções de ensino, pesquisa e extensão das instituições de educação superior.

O autor Hudzik (2011) apresenta o conceito de internacionalização abrangente, o qual se assemelha aos conceitos de demais autores ao afirmar que a internacionalização consiste em um compromisso ativo de integrar aspectos internacionais e comparativos em todas as missões

da instituição. O autor enfatiza que o processo deve ser abraçado por todos. Desse modo, não deve ser realizado de forma isolada, restringindo-se a um órgão específico.

Frequentemente é propagado nas universidades que, em um mundo já interconectado, a internacionalização acontece espontaneamente. Vale destacar que, embora a universidade possa estar inserida em um contexto globalizado, isso não implica, necessariamente, que esteja internacionalizada, ou seja, que adote uma gestão direcionada através de estratégias e políticas específicas para essa finalidade (Maillard, 2019).

Além dos conceitos gerais, alguns autores apresentam também conceitos específicos relacionados a elementos e atividades específicas da internacionalização. Essas novas definições surgem como respostas às mudanças de contexto e pela necessidade de abordar particularidades.

Nessa perspectiva, o termo “Internacionalização em casa” surgiu devido à necessidade de tornar a educação internacional mais ampla e acessível, em virtude da quantidade limitada de alunos que podem ter acesso a programas de intercâmbio e demais experiências no exterior. Assim, as instituições devem desenvolver estratégias que visem incluir uma dimensão internacional no *campus* e no currículo, através de atividades virtuais e realizadas no *campus*, além dos programas de mobilidade acadêmica (Knight, 2020).

Percebe-se que, embora a internacionalização seja uma prática antiga, a sua conceituação é algo recente. É importante destacar que, além de haver uma certa confusão com o termo “globalização”, não há um padrão em relação a sua definição. Esse fato demonstra uma certa complexidade sobre o tema. Ao compreender os conceitos norteadores, é possível adentrar na análise das motivações que impulsionam as instituições a adotar estratégias de internacionalização. Dessa forma, a discussão agora se volta para as razões que levam as universidades a aderirem ao processo de internacionalização, bem como os fatores que a tornam uma prioridade para as instituições acadêmicas.

2.1 RAZÕES E MOTIVAÇÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

A necessidade de ter razões bem definidas e articuladas para a internacionalização não deve ser subestimada, pois são essas razões que impulsionam o envolvimento e o investimento nesse processo e que se refletem nas políticas e programas implementados. Além disso, tais razões sofrem alterações com o decorrer do tempo, de acordo com o contexto e os interesses das partes envolvidas. Portanto, sua definição não deve ser fixa, permitindo alterações quando necessário (Knight, 2020).

O processo de internacionalização requer um planejamento estratégico bem estruturado, e, nesse sentido, as razões sugerem quais os resultados esperados. Sem um conjunto de boas razões e objetivos bem definidos, as ações de internacionalização podem tornar-se ineficazes, reagindo apenas de forma reativa e não planejada às oportunidades (Knight, 2020).

O quadro abaixo apresenta uma comparação entre categorias de razões para internacionalização, definidas em décadas diferentes, enfatizando a importância da clareza na identificação desses motivos.

Quadro 1 - Razões para internacionalização

Quatro categorias de razões (1999)	Níveis de razões (2020)
Nível acadêmico Dimensão internacional para pesquisa e desenvolvimento Ensino Ampliação do horizonte acadêmico Desenvolvimento institucional Perfil e <i>status</i> Melhoria da qualidade Padrões acadêmicos internacionais	Nível individual Desenvolvimento de visão de mundo e competências internacionais Promoção de carreira Compreensão e aptidões interculturais Conhecimento de questões nacionais/internacionais Desenvolvimento de rede internacional
Nível econômico Geração de receita Competitividade Mercado de trabalho Incentivos financeiros	Nível institucional Melhoria da qualidade Incremento de pesquisa e inovação <i>Branding</i> e perfil internacional Capacitação
Nível político Política exterior Segurança nacional Assistência técnica Paz e compreensão mútua Identidade nacional Identidade regional	Desenvolvimento de corpo discente, docente e funcional Alianças estratégicas Produção de conhecimento Geração de renda

Nível social Identidade cultural nacional Entendimento intercultural Desenvolvimento de cidadania Desenvolvimento social e comunitário	Nível nacional Desenvolvimento de recursos humanos/aptidões Maior acesso à educação superior Ganho de cérebros Intercâmbio comercial Construção da nação Desenvolvimento sociocultural Diplomacia <i>Soft power</i>
	Nível regional Alinhamento de sistemas nacionais Identidade regional Alianças geopolíticas Competitividade regional

Fonte: Knight (2020).

Os autores Santos e Almeida Filho (2012, p.21) identificam três motivos para o fortalecimento da internacionalização: “a massificação do acesso ao ensino superior, a globalização da economia e da sociedade, tornando imprescindível a aquisição de competências facilitadoras da interação entre os países e o processo de integração europeia”. Essas razões demonstram como a internacionalização pode expandir as oportunidades no campo da educação, auxiliar no desenvolvimento econômico e social e também promover a cooperação internacional.

No âmbito acadêmico, a cooperação acadêmica internacional é frequentemente apontada como uma estratégia essencial para o desenvolvimento das universidades. De acordo com Santos e Almeida Filho (2012, p. 57), “a cooperação acadêmica internacional proporciona novas oportunidades e possibilidades inesgotáveis”. Isso indica que a internacionalização possibilita às universidades explorar novas áreas de expansão e inovação.

Algumas das oportunidades trazidas pela cooperação acadêmica internacional incluem a colaboração entre instituições de ensino de diferentes países, o que oferece diversas vantagens, tais como cooperação em pesquisas, intercâmbio de conhecimento, melhoria dos currículos, estabelecimento de parcerias estratégicas, captação de recursos financeiros e estímulo à inovação (Santos; Almeida Filho, 2012, p. 57).

No contexto das instituições brasileiras, a massificação do acesso pode contribuir com a redução das desigualdades educacionais, enquanto a globalização da economia e da sociedade demanda que os estudantes estejam preparados para atuar em um mercado de trabalho

globalizado. Nesse sentido, Knight (2020) enfatiza a importância do desenvolvimento de habilidades entre os estudantes, como a interculturalidade, a comunicação eficaz, o entendimento de questões globais e a capacidade de pensar de forma criativa e empática. Destaca-se ainda a valorização da participação ativa nas comunidades locais e internacionais.

Na conjuntura atual, a cooperação entre países é fundamental para se enfrentar desafios complexos. A dimensão internacional no ensino superior tem uma função significativa nesse cenário, agindo como um agente importante em uma nova abordagem diplomática centrada em diversos intervenientes (Knight, 2020).

Na concepção de Hudzik (2011), a internacionalização promove diversos benefícios no contexto da educação superior. Entre eles, estão a preparação para o mercado global e o desenvolvimento de cidadãos conscientes no que se refere a questões de âmbito mundial. Além disso, a internacionalização contribui para a segurança, desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como para o reconhecimento institucional e a capacidade de pesquisa em um mundo interdependente. Para se destacar no século XXI, é necessário priorizar a abordagem internacional (Hudzik, 2011), o que implica um compromisso institucional forte e contínuo para integrar a dimensão internacional em suas estratégias, políticas e práticas.

Dessa maneira, ao proporcionar aos estudantes experiências variadas, com culturas, idiomas e métodos de trabalho distintos, as instituições de ensino superior estão fomentando o desenvolvimento de aptidões e habilidades essenciais para atuarem em um cenário globalizado. A internacionalização surge, então, como um recurso indispensável para preparar indivíduos flexíveis e criativos, capazes de oferecer soluções em um mercado amplamente conectado e competitivo.

2.2 PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A internacionalização, compreendida como um processo, apresenta um enfoque dinâmico e contínuo, de natureza não linear, composto por estratégias e métodos, a fim de incorporar aspectos internacionais no âmbito da educação superior. O processo de internacionalização é influenciado pelo contexto de cada sistema de educação superior. A definição do processo ocorre através das forças e fraquezas, as quais determinam as estratégias mais adequadas para garantir o fortalecimento e a qualidade da educação (Gacel-Ávila, 2009).

De acordo com Hudzik (2011), existem modelos alternativos de internacionalização que variam conforme a abrangência e diversidade das abordagens adotadas. Assim, as instituições podem optar por diferentes modelos, conforme seus objetivos, recursos e contexto político e

cultural. Quanto mais elementos forem incluídos no processo de internacionalização, mais complexos serão os modelos utilizados.

O modelo mais conhecido é o ciclo da internacionalização apresentado por Knight e De Wit (1995), o qual descreve as etapas do processo nas instituições de ensino superior. O ciclo apresenta seis fases que devem ser executadas num ritmo próprio e contexto específico, conforme as seguintes descrições:

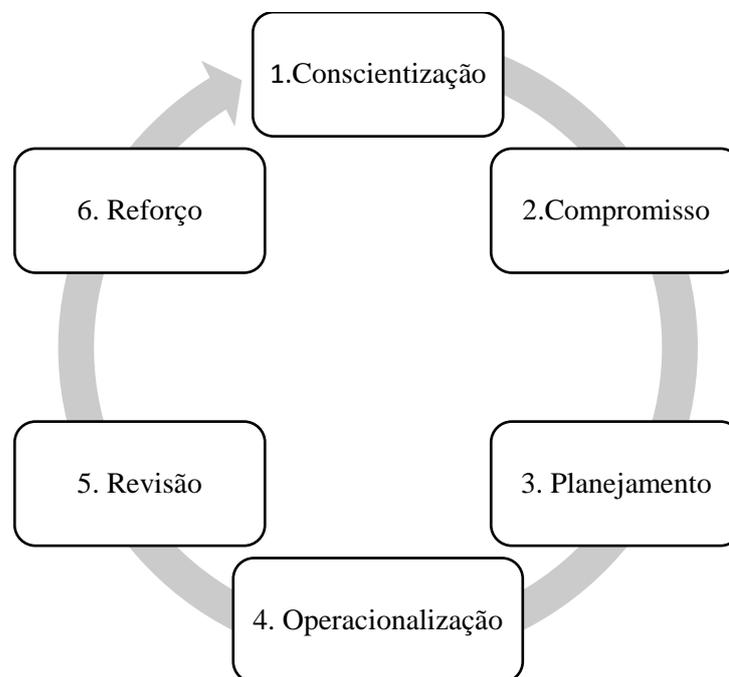
- *Etapa 1 - Conscientização:* o processo tem início a partir da conscientização de toda a comunidade acadêmica a respeito da importância e benefícios da internacionalização. Desse modo, é fundamental estimular debates sobre temas essenciais, como propósito, estratégias, benefícios e até mesmo a destinação de recursos. Todos devem ser ouvidos, inclusive aqueles que não apoiam o processo, a fim de se promover um debate inclusivo, no qual perspectivas diversas sejam consideradas.
- *Etapa 2 - Compromisso:* nesta etapa, ocorre o compromisso de promover a integração da dimensão internacional nas missões de ensino, pesquisa e extensão. O apoio de toda a comunidade acadêmica é fundamental para complementar o compromisso da alta administração e, assim, transformar o compromisso em estratégia de planejamento. Embora o processo seja liderado pela administração superior, o maior impulso da internacionalização provém do corpo docente e do pessoal.
- *Etapa 3 - Planejamento:* o primeiro passo consiste em esclarecer o propósito e o objetivo. Os elementos essenciais, como razões, resultados, especificidades e recursos precisam ser considerados e avaliados antes de definir as estratégias. O planejamento deve ser realizado em todos os níveis, além de ser exclusivo para cada instituição, visto que cada uma delas possui um contexto e necessidades específicas. O planejamento deve ser implementado através de etapas práticas e metas atingíveis contidas num plano operacional.
- *Etapa 4 - Operacionalização:* consiste na implementação de diversos aspectos de uma estratégia de internacionalização, além de criar uma cultura de apoio. Esta fase é influenciada por três fatores principais: atividades e serviços acadêmicos, fatores organizacionais e princípios orientadores. A prioridade e o ritmo das atividades serão definidos conforme os recursos disponíveis e os objetivos específicos. Cada plano operacional deve ser elaborado de acordo com o propósito, necessidades, recursos e características distintivas da instituição.
- *Etapa 5 - Revisão:* avaliação e melhoria contínua da qualidade e impactos gerados pelo

processo de internacionalização. A autora apresenta duas interpretações para o conceito de revisão. No sentido convencional, significa monitorar e avaliar a contribuição e eficácia dos resultados alcançados pelas ações individuais. De modo sistêmico, a revisão busca incorporar a internacionalização nas práticas e rotinas administrativas e acadêmicas da instituição.

- *Etapa 6 - Reforço:* propõe o estabelecimento de recompensas e o reconhecimento da participação de professores e funcionários. Nesse sentido, a criação de incentivos e recompensas é essencial para manter o compromisso firme de todos que participaram ativamente do processo de internacionalização.

Segundo Knight e De Wit (1995), o processo de internacionalização, descrito nesse modelo, é cíclico e não linear. O ciclo incentiva a inovação contínua, além da integração da internacionalização à identidade e aos valores da instituição, através da institucionalização. A autora destaca que não há contradição entre os conceitos de inovação e institucionalização. Eles podem ser complementares e são essenciais para o sucesso do processo.

Figura 1 – O ciclo da Internacionalização



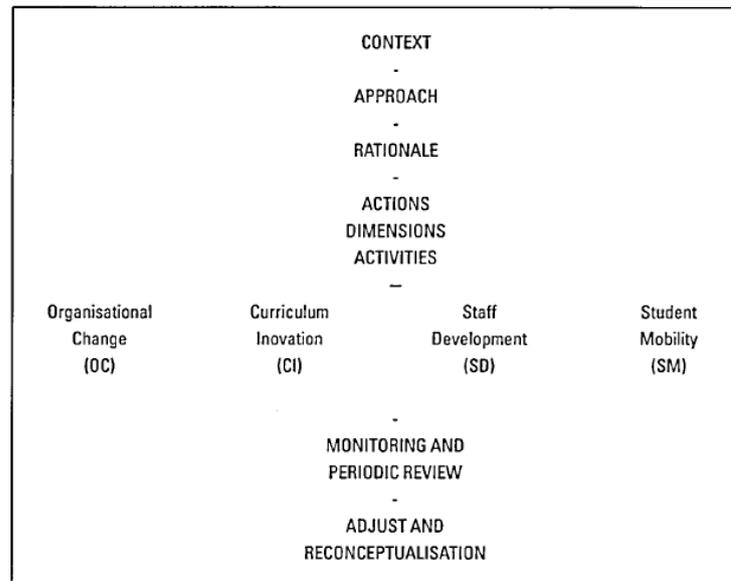
Fonte: Knight e De Wit (1995).

Destaca-se também o modelo de processo fractal de internacionalização proposto por Rudzki (2000), o qual consiste numa ferramenta de análise flexível e adaptável, que permite a implementação da internacionalização em diferentes níveis. O modelo sugere a análise de ações

e questões a serem abordadas numa sequência composta de seis fases, conforme descrito a seguir:

- O primeiro estágio refere-se à análise do contexto externo internacional, que consiste em identificar as oportunidades e benefícios de redes especializadas e a oferta de financiamento externo para o custeio das ações, além da análise do contexto nacional através de políticas de financiamento e programas das agências nacionais de fomento.
- O segundo estágio refere-se à abordagem que será adotada pela gestão, a qual será influenciada pelos fatores externos e internos da instituição. Assim esses fatores determinarão o curso do processo de internacionalização.
- O terceiro estágio consiste em esclarecer as razões da internacionalização, o que é fundamental para a definir a direção e a justificativa das ações, visto que os interesses dos envolvidos variam conforme o financiamento e suas próprias motivações. As razões se constituem em nível individual, relacionada aos alunos e docentes, bem como em nível institucional, referente aos interesses da instituição.
- O quarto estágio é chamado de Ações / Dimensões / Atividades. Nesta etapa, ocorre o agrupamento das ações. Através de uma matriz de atividades, Rudzki (2000) categorizou uma variedade de ações que compõem o processo de internacionalização em quatro dimensões: mudança organizacional; inovação curricular, desenvolvimento de pessoal e mobilidade estudantil.
- No quinto estágio, ocorre o monitoramento e revisão periódica dos resultados alcançados em comparação aos objetivos e metas estabelecidos inicialmente no planejamento. A revisão é uma etapa fundamental para manter a coerência entre o que está sendo executado e o que foi planejado, considerando o contexto externo, a abordagem e as atividades. A avaliação visa obter *feedback* sobre o funcionamento do processo, além de identificar pontos de melhoria.
- O sexto estágio refere-se à etapa de mudança e reposição. Considerando que os fatores ambientais são dinâmicos, mudanças e ajustes tornam-se necessários ao longo do tempo, assim a finalidade é realizar alterações e ajustes ao planejamento, conforme necessário. Esta etapa garante um ciclo de adaptação ao ambiente e o processo de melhoria contínua (Rudzki, 2000).

Figura 2 - Modelo de processo fractal de Rudzki



Fonte: Rudzki (2000).

O modelo de gestão da internacionalização pode ser variável, porém o modelo descentralizado parece ser mais eficaz no caso de ações em múltiplos ambientes acadêmicos. A descentralização promove maior adaptação e articulação com as especificidades e as políticas de desenvolvimento de cada ambiente. Nesse modelo, os responsáveis pela gestão de cada área acadêmica devem assumir a liderança da internacionalização e promover uma gestão ativa, a fim de gerenciar o processo dentro de suas respectivas áreas.

No modelo descentralizado, o reitor desempenha um papel fundamental através dos escritórios de relações internacionais, os quais atuam como suporte e orientação nos processos de internacionalização coordenados (Sebastião; Barrere, 2018).

Isso significa que os gestores acadêmicos, como reitores, chefes de departamento e coordenadores de curso precisam não apenas endossar a internacionalização, mas também adotar ações proativas para fomentá-la e administrá-la em suas respectivas áreas de atuação. Assim, entende-se que uma liderança eficaz é essencial para garantir o êxito do processo de internacionalização nas instituições de ensino superior.

De acordo com Stallivieri (2009), os modelos devem ser interpretados e adaptados à realidade institucional, uma vez que são genéricos e nem sempre consideram as suas condições, cenário políticos, econômicos e sociais, além das particularidades de cada instituição. Muitas vezes essas instituições não possuem as condições e recursos necessários para a implementação dos planos propostos, assim passam a enfrentar desafios e barreiras que dificultam o avanço do processo.

Em um estudo realizado por Stallivieri (2009), a autora propôs um modelo composto por 15 elementos relevantes na elaboração de um plano de ação para internacionalização, conforme descrito no quadro 02.

Quadro 2 – Modelo de elaboração do plano de internacionalização

1	Decisão consciente e estratégica da instituição em optar pela internacionalização;
2	Realizar um diagnóstico a fim de conhecer o cenário interno e externo da instituição referente à internacionalização;
3	Identificar os pontos fracos e fortes da instituição que podem influenciar sua atuação no cenário internacional;
4	Justificar as razões que levam a instituição à busca pela internacionalização.
5	Estabelecer os objetivos almejados com a internacionalização;
6	Identificar os meios de alcançar os objetivos desejados;
7	Analisar os recursos disponíveis e necessários para alcançar os objetivos;
8	Desenvolver um plano com metas para cada objetivo;
9	Estabelecer os meios de implementar o plano de metas;
10	Acompanhar a execução do plano de metas;
11	Identificar os resultados alcançados;
12	Avaliar os resultados e verificar se estão de acordo com as capacidades e condições de cada área da instituição;
13	Rever procedimentos do plano de metas;
14	Readequar o plano de metas de acordo com as novas exigências e necessidades identificadas;
15	Monitorar e avaliar constantemente o plano e os resultados.

Fonte: Adaptado de Stallivieri (2009).

O plano será elaborado em conjunto, mas requer um posicionamento claro das autoridades institucionais quanto ao compromisso pela internacionalização. É essencial definir, de maneira precisa, as expectativas referentes aos níveis de Graduação, Pós-Graduação, extensão, pesquisa e administração e qual será o órgão encarregado de sua implementação (Stallivieri, 2009).

Ao analisar esses modelos, percebe-se que cada um deles oferece pontos de vista complementares acerca do processo de internacionalização. O modelo proposto por Knight e De Wit (1995) destaca a necessidade de um ciclo contínuo e integrado, no qual as fases estão interconectadas. O modelo Fractal de Rudzki (2000) também apresenta uma abordagem

contínua, mas enfatiza a natureza dinâmica do processo. Isso implica necessidade de adaptação das estratégias e maior responsividade às mudanças do ambiente. O enfoque do modelo de Stallivieri (2009) está na operacionalização e nos métodos concretos para efetivar a internacionalização, oferecendo um esquema detalhado para a implementação efetiva das estratégias.

2.3 MENSURAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A avaliação da internacionalização requer uma metodologia que vai além de quantificar a mobilidade acadêmica ou o número de parcerias internacionais. Ela consiste em avaliar de maneira integral o impacto das ações internacionais na qualidade do ensino, na pesquisa e na reputação internacional da instituição. Portanto, medir e avaliar o sucesso dos objetivos e o impacto da internacionalização exige uma compreensão clara do significado desse processo para a instituição. Essa compreensão é fundamental para determinar como alcançar esses objetivos e quais caminhos seguir (Hudzik; Stohl, 2009).

Na concepção de Leal, Stallivieri e Moraes (2018, p. 53), a avaliação pode ser definida como “um processo multidimensional e complexo que analisa a qualidade das ações de pesquisa, de ensino e de extensão e das demais ações que formam o ambiente universitário”.

Quando a avaliação é negligenciada, a prioridade que a instituição atribui à internacionalização acaba sendo enfraquecida. Um compromisso com a internacionalização requer um compromisso com a avaliação dos resultados da internacionalização, a fim de que os esforços sejam validados, melhorados continuamente, transparentes e alinhados com os objetivos institucionais. A avaliação é, portanto, um componente essencial para o sucesso e a sustentabilidade das iniciativas de internacionalização (Hudzik, Stohl, 2009).

Segundo Gacel-Ávila (2004), a avaliação proporciona uma base fundamentada para a reflexão e para a tomada de decisões estratégicas. Os resultados obtidos fornecem dados que ajudam a fundamentar decisões, justificar pedidos de apoio e resolver problemas institucionais. Portanto, a avaliação institucional deve ser a primeira etapa no processo de internacionalização, garantindo que as ações e as estratégias adotadas sejam fundamentadas em uma compreensão clara da realidade institucional.

O desenvolvimento de estratégias de avaliação e de ferramentas alinhadas à missão e aos valores institucionais pode gerar inúmeros benefícios para as universidades. Além de mensurar o sucesso das iniciativas de internacionalização, esses instrumentos fortalecem a coerência entre as práticas adotadas e os objetivos institucionais, promovendo uma cultura de

engajamento e colaboração (Hudzik; Stohl, 2009).

Diante da maior necessidade de profissionais capacitados para atuar em um cenário globalizado, torna-se fundamental que os gestores das instituições analisem de que forma os alunos estão absorvendo as informações dos programas internacionais. Esse processo tem como objetivo mensurar a eficácia desses programas em atingir as metas de aprendizagem propostas. Dessa forma, a avaliação auxilia na garantia do cumprimento dos objetivos educacionais ligados à internacionalização (Deardorff; Pysarchik; Yun, 2009).

A avaliação deve estar alinhada às missões da instituição, considerando que cada instituição possui suas prioridades e linhas de atuação específicas, seja no ensino, na pesquisa, na extensão ou na resolução de problemas de alcance nacional ou internacional. Os tipos de avaliação variam conforme a diversidade de objetivos da instituição, bem como seu foco, critérios e resultados esperados (Hudzik; Stohl, 2009).

Nesse sentido, Sebastián e Barrere (2018) ressaltam que, ao definir objetivos de internacionalização no PDI, esses se tornam a principal referência para analisar e avaliar recursos, atividades, participantes (entradas) e os resultados obtidos (saídas). A qualidade da internacionalização é medida pelo êxito em alcançar esses objetivos e pelos impactos intangíveis gerados.

A autora Stallivieri (2021) propõe que a avaliação da internacionalização não se baseie apenas em métricas quantitativas, como número de estudantes enviados e recebidos, acordos firmados, publicações e citações internacionais. Em vez disso, deve-se focar no impacto e na contribuição desses resultados para os objetivos globais da instituição. As métricas quantitativas, isoladamente, não capturam a plena dimensão dos impactos resultantes da internacionalização, sendo essencial considerar os efeitos qualitativos e intangíveis.

De acordo com Hudzik e Stohl (2009), a avaliação baseia-se em três questões centrais: (1) Quais são os objetivos institucionais referentes à internacionalização? (2) Como podemos mensurar e determinar se os objetivos foram alcançados (ou até que ponto)? (3) Como os resultados contribuem ou agregam valor às missões e objetivos gerais da instituição?

As questões apresentadas auxiliam a instituição na adoção de uma abordagem focada em resultados para a internacionalização. Elas asseguram que as ações de internacionalização não constituam apenas práticas isoladas, mas sim uma parte integrante das estratégias institucionais através de impactos mensuráveis e relevantes para a missão e os objetivos gerais da instituição.

A autora Coelen (2009) propõe o uso de três ferramentas para avaliar a internacionalização: a) autoavaliação - que auxilia as instituições em suas análises de situações

particulares; b) *benchmarking* - que permite a comparação entre diferentes partes de uma instituição ou entre diferentes instituições; c) *ranking* - que possibilita uma avaliação externa e pode aumentar a visibilidade da instituição.

Nesse sentido, a escolha da ferramenta varia conforme a necessidade de avaliação, visto que a autoavaliação proporciona uma análise profunda e personalizada; o *benchmarking* incentiva a adoção de melhores práticas através de comparações; e o *ranking* aumenta a visibilidade e credibilidade. Em conjunto, essas ferramentas proporcionam uma abordagem completa para medir e aprimorar as ações de globalização, considerando o ponto de vista interno e externo das instituições.

Com o objetivo de proporcionar uma estrutura sistemática e objetiva que auxilie as instituições de ensino superior a medir e a aprimorar suas práticas internacionais, alguns autores propõem modelos de avaliação da internacionalização. Segundo Hudzik e Stohl (2009), os modelos de avaliação fornecem evidências do impacto gerado pela internacionalização, como o aumento do conhecimento dos estudantes, crescimento ou estabilidade de financiamento e reputação do corpo docente. Portanto, nesse sentido, é inapropriado que órgãos reguladores imponham um modelo único de avaliação, com critérios uniformemente aplicáveis a todas as instituições.

A aplicação de modelos de avaliação bem definidos permite uma análise sistemática e comparativa dos processos implementados. Nessa perspectiva, Hudzik e Stohl (2009) apresentam um método de avaliação baseado em cinco etapas de medição social e científica, oferecendo uma estrutura sólida para a avaliação e o aprimoramento das estratégias de internacionalização nas universidades:

- Identificar conceitos importantes, como “internacionalização”, “sucesso” e “objetivos”;
- Divisão dos conceitos em partes menores e mais específicas;
- Ajustar as dimensões e componentes em termos mensuráveis, através de indicadores.
- Medir as dimensões importantes através da coleta de dados empíricos. Isso pode incluir pesquisas, estatísticas de matrícula, relatórios de intercâmbio, entre outros.
- Reagrupar os dados a fim de formar uma visão geral dos resultados. Essa etapa permite ver o progresso de diferentes aspectos da internacionalização e quais áreas requerem ajustes.

Em seu estudo sobre o processo de avaliação, os autores Deardorff, Pysarchik e Yun

(2009, p. 25) identificam uma série de princípios básicos que devem ser considerados ao definir as ferramentas e métodos de avaliação, os quais seguem descritos no Quadro 3.

Quadro 3 - Princípios básicos de avaliação

ETAPA	DESCRIÇÃO
1. Revisar a declaração de missão e os objetivos gerais do programa ou curso.	As metas estabelecem uma orientação geral, enquanto os objetivos definem um percurso detalhado para atingir essas metas.
2. Definir as prioridades de avaliação com base nas metas e objetivos identificados.	Dada a complexidade e o tempo envolvido no processo de avaliação, é essencial priorizar quais metas e objetivos serão avaliados.
3. Definir indicadores	Definir os indicadores-chave como competência intercultural ou cidadania global, baseando-se na literatura acadêmica existente.
4. Identificar os recursos disponíveis	Analisar o contexto institucional de avaliação, identificando os recursos disponíveis, incluindo pessoal no <i>campus</i> que já possua experiência em atividades de avaliação.
5. Formar uma equipe de avaliação	Avaliação é uma tarefa muito complexa para ser implementada por apenas um setor.
6. Implementar a avaliação	Implementação da avaliação através de um ciclo estruturado de etapas, garantindo uma avaliação eficaz e contínua.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Deardorff, Pysarchik e Yun (2009, p. 25).

Após desenvolver a estratégia de avaliação e formar uma equipe, a avaliação pode ser implementada. Nesse sentido, os autores Deardorff, Pysarchik e Yun (2009) sugerem o ciclo de avaliação, estruturado nas seguintes etapas:

1. **Definir resultados e determinar critérios mensuráveis:** conforme missão e objetivos;
2. **Identificar os métodos de avaliação:** conforme objetivos e metas;
3. **Coleta de dados:** utilizando uma variedade de ferramentas e métodos alinhados aos objetivos e metas;
4. **Análise dos dados:** identificando os padrões de resultados;

5. **Utilização dos dados:** definição de como os dados serão utilizados (coletar apenas dados que tenham um uso claro);
6. **Comunicação dos dados:** para todas as partes interessadas, incluindo docentes, discentes, administrativo, pais, membros da comunidade entre outros.
7. **Avaliação do processo de avaliação e estratégias de avaliação:** identificando os aprendizados obtidos com o processo e as áreas que podem ser melhoradas. Determinar novas prioridades que precisam ser avaliadas.

Essas metodologias enfatizam a definição de indicadores, que são ferramentas utilizadas para mensurar e analisar o progresso e os impactos da internacionalização. Os indicadores fornecem uma referência objetiva para a coleta e análise de dados, permitindo que as instituições avaliem com precisão seu desempenho e façam ajustes necessários para alcançar seus objetivos estratégicos.

Percebe-se que, conforme as instituições de ensino avançam em seus processos de internacionalização, aumenta o interesse em avaliar e monitorar o impacto dessas iniciativas, através de um conjunto de indicadores (Morosin *et al.*, 2009). Nesse sentido, do ponto de vista conceitual de Cassiolato e Gonzalez (2009, p. 24), pode-se compreender que

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.

Por conseguinte, Knight (2020) alerta sobre a importância de se utilizar indicadores apropriados, visto que, apesar de dados quantitativos poderem oferecer informações úteis, focar exclusivamente em resultados pode ignorar o processo de transformação da internacionalização. Portanto, o ideal é desenvolver e utilizar um conjunto de indicadores que considerem tanto os resultados quanto os processos envolvidos para garantir uma avaliação equilibrada e abrangente da internacionalização.

Os autores Hudzik e Stohl (2009, p. 14) apontam três elementos usados para medir diferentes aspectos das avaliações da internacionalização, seguindo a modelagem de sistemas, sendo eles

- (i) inputs: recursos (dinheiro, pessoas, políticas etc.) disponíveis para apoiar os esforços de internacionalização;
- (ii) outputs ou produtos: a quantidade e os tipos de trabalho ou atividade realizada em apoio aos esforços de internacionalização; e
- (iii) os resultados: impactos ou resultados finais.

Dessa maneira, os resultados avaliam se as metas estão sendo atingidas, além de justificar a alocação de recursos e a execução das atividades. No entanto, as avaliações incluem frequentemente os indicadores de recursos e produtos com maior foco na quantidade (Hudzik; Stohl, 2009).

A definição dos indicadores requer uma análise detalhada que considere tanto uma visão ampla da instituição quanto uma visão focada em aspectos específicos. Nesse aspecto, De Wit (2002) afirma que os indicadores institucionais estão divididos entre aqueles que oferecem uma visão holística da internacionalização em toda a instituição e os que se concentram em áreas específicas, proporcionando uma análise mais segmentada, como em determinados departamentos ou programas.

Nessa mesma perspectiva, Morosini *et al.* (2016) compreendem que os indicadores institucionais apresentam duas subdimensões: a das redes (internacionais) e a da própria instituição. Os indicadores de redes medem a participação em redes internacionais de pesquisa, enquanto os indicadores da instituição, considerados tradicionais, avaliam aspectos internos, como ensino e gestão.

Compreende-se que os indicadores de redes internacionais se destacam na mensuração da colaboração em pesquisa, refletindo a crescente influência das redes globais no avanço do conhecimento científico. Em contrapartida, os indicadores internos da instituição são fundamentais para entender como a internacionalização impacta a estrutura organizacional e os processos educacionais.

Após o processo de identificação, é preciso criar critérios para atribuir importância a esses indicadores de acordo com a missão declarada pela universidade. Por exemplo, uma universidade com foco em pesquisa em sua missão dará maior ênfase ao número e à relevância das bolsas de pesquisa internacionais e/ou aos projetos de cooperação internacional, em comparação com a quantidade de estudantes estrangeiros de graduação (Bartell, 2003).

No estudo realizado por Brandenburg *et al.* (2009), constatou-se que a seleção de indicadores deve focar nos aspectos de maior relevância para a IES no que se refere à internacionalização, ou seja, a estratégia e os objetivos da IES guiam a seleção dos indicadores.

A etapa seguinte consiste em uma avaliação pragmática da disponibilidade e da viabilidade da coleta dos dados necessários. Caso as informações não estejam facilmente disponíveis, a IES precisa analisar os esforços e recursos necessários para obtê-las. Essa análise é fundamental para assegurar a viabilidade dos indicadores selecionados e a eficácia do processo de avaliação.

O objetivo do estudo realizado por Brandenburg *et al.* (2009) consistia em desenvolver um conjunto de indicadores que pudessem ser aplicados em diferentes tipos de instituições de ensino superior. Isto é, independente da instituição, haveria indicadores relevantes e de uso geral para avaliar a internacionalização. No entanto, as próprias instituições precisam analisar se cada critério é relevante em seu contexto específico e se os dados necessários podem ser adquiridos. Isso envolve a adaptação dos indicadores conforme as particularidades e capacidades de cada instituição.

De acordo com Morosini *et al.* (2016, p.19), “a proposição de indicadores que avaliem a relação entre internacionalização universitária e qualidade não é clara, e torna-se ainda mais complexa com a expansão flexível e acelerada da educação superior neste século”. Essa expansão promove o surgimento de novas instituições e a implementação de novas abordagens educacionais. Além disso, o desafio na coleta e na comparação de dados, assim como na avaliação do impacto da internacionalização na qualidade, torna ainda mais árdua a elaboração de indicadores precisos.

Os dados apresentados pelos indicadores são frequentemente utilizados como base para a elaboração de *rankings* universitários, que comparam instituições em âmbito nacional e internacional. Esses *rankings* têm ganhado destaque como instrumentos de avaliação e comparação das instituições de ensino superior em nível global.

De acordo com Leal, Stallivieri e Moraes (2018, p. 4), os *rankings* podem ser definidos como “ferramentas voltadas à hierarquização das instituições universitárias, que, a partir de diferentes parâmetros avaliativos, visam a informar e a orientar estudantes, docentes e pesquisadores, a opinião pública e a sociedade em geral a respeito das melhores instituições”. Baseado em diferentes critérios para avaliar as universidades, os *rankings* proporcionam uma visão comparativa acerca da qualidade de ensino e pesquisa.

A adesão aos *rankings* baseia-se na utilização de indicadores que garantem a credibilidade das instituições de ensino superior, avaliando sua produtividade, excelência, concentração de capital intelectual, geração de conhecimento de alta qualidade e capacidades de pesquisa. Esses *rankings* classificam as instituições com base na reputação e na comparabilidade com outras IESs, ajudando a identificar aquelas que mais se destacam. Aos poucos, novos critérios e indicadores foram sendo incorporados, a fim de fornecer uma visão, de forma genérica, sobre desempenho das IES em relação à qualidade dos serviços que oferecem (Stallivieri, 2021).

Com o crescimento dos *rankings* acadêmicos internacionais por volta dos anos 2000, as IES passaram a ter o desafio de adaptação para fornecer os dados exigidos por esses *rankings*

e se alinhar aos padrões internacionais de qualidade que eles avaliam (Stallivieri, 2021). Esse movimento exigiu que as IES implementassem mudanças em suas práticas de gestão, avaliação e comunicação de resultados, visando atender às expectativas de desempenho e competitividade no âmbito internacional.

O gestor de relações internacionais costuma ser o responsável por fornecer as informações requeridas e, ocasionalmente, explicar alguns dos indicadores aos contatos externos. Assim é fundamental que o gestor esteja familiarizado com os principais *rankings* e compreenda os diferentes tipos de demandas que poderão surgir em sua instituição de ensino (Maillard, 2019).

Segundo Knight (2020), a internacionalização é vista com frequência por efeitos de influência geopolítica. Na era dos ranqueamentos, essa prática tem sido percebida como uma estratégia para melhorar a classificação e o perfil de uma instituição ou país. Desse modo, nota-se um grande interesse pela busca de reconhecimento em *rankings* internacionais e regionais, porém a autora reflete acerca das reais intenções por trás do processo de internacionalização.

Enquanto alguns argumentam que a internacionalização deve buscar o desenvolvimento acadêmico e cultural, Knight (2020) alerta que a busca por reconhecimento em *rankings* pode desviar o foco das metas educacionais para estratégias de *marketing* e relações-públicas. A pressão pelo aumento da visibilidade internacional pode resultar em práticas que priorizam a quantidade e não a qualidade, como, por exemplo, a quantidade de estudantes estrangeiros que muitas vezes não recebem o suporte adequado para sua integração acadêmica.

Seguindo essa direção, Hudzik e Stohl (2009, p.17) explicam as vantagens e desvantagens das métricas de comparação ao afirmar que “pelo lado positivo, a padronização de um conjunto de métricas entre instituições é necessária para comparações significativas em alguns indicadores-chave. Temos uma noção de onde estamos em relação aos outros”. Por outro lado, os autores alertam que a dependência excessiva de um conjunto limitado de medidas padronizadas de comparação das IES pode reduzir a diversidade e a inovação. Isso ocorre porque tais medidas não reconhecem os pontos fortes e resultados de áreas específicas, levando à uniformização dos resultados.

Portanto, é fundamental que haja um equilíbrio entre a busca por classificação e uma análise criteriosa de seus objetivos e do contexto institucional. Dessa forma, as avaliações realizadas devem ter como prioridade a contribuição para a qualidade educacional e a cooperação internacional, além de melhorar sua reputação e classificação nos ranqueamentos globais.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030

Este capítulo tem como objetivo abordar a evolução histórica do conceito de desenvolvimento sustentável, contextualizando-o sob a ótica do cenário global que culminou na formulação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A partir desse estudo, serão discutidos os marcos e desafios que definiram a trajetória do desenvolvimento sustentável, levando à adoção dos ODS como uma estratégia global para enfrentar as grandes questões socioambientais. Além disso, será destacado o papel fundamental das IES na promoção e avanço dos ODS, evidenciando como essas instituições podem atuar como agentes de transformação social e ambiental, alinhando suas práticas e políticas com os objetivos estabelecidos na Agenda 2030.

3.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

À medida que os problemas ambientais se tornam mais frequentes e complexos, eles não podem mais ser resolvidos apenas em nível local e precisam ser gerenciados por políticas e ações coordenadas em nível nacional. Além das práticas tradicionais de correção e repressão dos danos ambientais, estão sendo introduzidos novos métodos e políticas governamentais focados na prevenção da poluição e na melhoria da eficiência e da sustentabilidade dos sistemas produtivos. Tem-se como exemplo o fato de substituir processos produtivos poluentes por tecnologias e métodos de produção menos prejudiciais ao meio ambiente, através da utilização de recursos limpos e eficientes, zoneamento da área industrial e exigência prévia de estudo de impacto ambiental (Barbieri, 2020).

O período Pós-guerra resultou em diversos impactos ambientais adversos devido ao rápido crescimento econômico observado em várias regiões do mundo, particularmente nas áreas que foram diretamente afetadas pelos conflitos. Em decorrência a esse problema, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, no ano de 1972, que foi fundamental para definir um novo paradigma e fomentar discussões sobre a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, que posteriormente daria origem ao conceito de desenvolvimento sustentável (Barbieri, 2020).

A Primeira Conferência sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, marcou uma mudança significativa na abordagem das questões ambientais, ampliando o foco de uma perspectiva local para uma global. Essa mudança influenciou os modos de produção existentes e inseriu a dimensão ambiental no cenário internacional, orientando a formulação de

acordos, convenções e tratados internacionais, impulsionando um movimento global pela sustentabilidade (Serafini; Moura, 2021).

Em 1983, foi criada pela ONU a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), sob a presidência de Gro Harlem Brundtland. A comissão foi criada com o propósito de reavaliar questões ambientais de caráter crítico e propor soluções práticas para o alcance do desenvolvimento sustentável. O trabalho resultou na publicação, em 1987, do influente relatório *Nosso futuro comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*, que contribuiu para uma nova concepção de desenvolvimento fundamentada em três dimensões: econômica, ambiental e equidade social (Barbieri, 2020).

O relatório introduziu e popularizou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, definindo-o como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Os debates e diretrizes da Comissão Brundtland resultaram na realização da Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que representou um marco nas discussões globais sobre desenvolvimento sustentável (Galvão, 2020). A conferência reuniu líderes mundiais com a finalidade de discutir e adotar medidas que assegurem um desenvolvimento sustentável acessível para as próximas gerações e apresentou como resultados a adoção da Agenda 21, um plano que tinha como objetivo repensar o crescimento econômico, fomentar a justiça social e assegurar a preservação ambiental.

Representando um marco na trajetória do desenvolvimento sustentável, em setembro de 2000, foi realizada a Cúpula do Milênio com a participação de líderes de Estado, representantes de 191 nações, que se reuniram na sede das Nações Unidas para firmar um compromisso de parceria visando minimizar a pobreza extrema, degradação ambiental e outros desafios da sociedade. O encontro culminou na Declaração do Milênio, na qual foram estabelecidos os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito metas ambiciosas a serem atingidas até 2015 (UN, 2016).

Posteriormente, foi realizada a conferência Rio+20, que ocorreu 20 anos após a Cúpula da Terra, que teve como propósito avaliar o progresso desde a Eco-92 e fortalecer o compromisso global com o desenvolvimento sustentável. A conferência resultou num documento final, intitulado de *O Futuro que Queremos*, acordado por 188 países, contendo medidas práticas para implementar o desenvolvimento sustentável e um roteiro para viabilizar a cooperação internacional. Nele, foi estabelecido um conjunto de medidas estratégicas para a

formação de novas parcerias e compromissos para promover a sustentabilidade (ONU, 2015).

Os países participantes da Rio+20 refletiram sobre a relevância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para desenvolvimento humano e redução da pobreza. Com isso, concordaram sobre a necessidade de definir novos objetivos de desenvolvimento sustentável, conhecidos como ODS, os quais deveriam ser claros, focados na execução e de fácil compreensão, aplicáveis universalmente a todos os países. A definição desses objetivos ocorreu nos dois anos seguintes, com ênfase nas áreas prioritárias do desenvolvimento sustentável para facilitar a mensuração do progresso (ONU, 2015).

Ao analisar a evolução histórica do desenvolvimento sustentável, desde a Conferência de Estocolmo até a adoção da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, percebe-se um progresso na conscientização e na ação global em relação às questões ambientais, sociais e econômicas. A realização das conferências e os documentos que resultaram delas reiteram a relevância de um desenvolvimento equilibrado, que considere a preservação ambiental, a equidade social e o crescimento econômico. Esse percurso destaca a evolução da governança ambiental e o compromisso crescente dos países em implementar práticas sustentáveis, visando garantir um futuro viável para as próximas gerações.

3.2 AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um processo de colaboração global e multilateral foi estabelecido para definir os objetivos que sucederiam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nesse contexto, em setembro de 2015, líderes internacionais reuniram-se na Cúpula Especial das Nações Unidas, em Nova York, para adotar um plano global destinado a erradicar a pobreza, preservar o meio ambiente e assegurar que todas as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade.

Esse plano, composto por 17 ODS e 169 metas, foi denominado *Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Fundamentado na premissa de um apelo universal à ação, a Agenda 2030 reconhece que o desenvolvimento sustentável deve equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental de maneira integrada (Nações Unidas, 2015).

O principal desafio global está relacionado à erradicação da pobreza, o qual constitui um fator essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, a Agenda 2030 compromete-se em promover um desenvolvimento que seja equilibrado e integrado nas dimensões econômica, social e ambiental. Isso mostra que, além de continuar e ampliar os sucessos alcançados com os ODM, também é necessário focar nas metas que ainda não foram

alcançadas. A abordagem integrada visa garantir que os avanços em uma dimensão não comprometam as outras, promovendo um desenvolvimento abrangente e inclusivo para todas os países (Nações Unidas, 2015).

Através dessa perspectiva, a Agenda ressalta a relevância do esforço coordenado e colaborativo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estruturados em torno dos cinco pilares principais, também conhecidos como os 5 Ps: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

A Agenda 2030 é universal e apresenta 17 ODS interdependentes e integrados, abrangendo três dimensões: econômica, social e ambiental. A abordagem da agenda visa erradicar a pobreza, combater desigualdades e promover o crescimento econômico e a preservação ambiental. Embora os objetivos e metas sejam globais, sua implementação pode ser adaptada para atender às circunstâncias específicas de cada país, permitindo que cada nação contribua de acordo com suas possibilidades e necessidades particulares. A execução das metas depende da coordenação e do esforço contínuo em todos os níveis (Nações Unidas, 2015).

No Quadro 04 estão listados os 17 objetivos estabelecidos pela ONU com o propósito de contribuir com a execução da Agenda 2030.

Quadro 4 – Descrição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030

OBJETIVO	DESCRIÇÃO
1. Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
7. Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
9. Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

OBJETIVO	DESCRIÇÃO
12. Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
13. Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
14. Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
17. Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015).

No processo de evolução das agendas de desenvolvimento, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se distinguem dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em diversos aspectos, a começar pela quantidade de objetivos. Os ODM, introduzidos em 2000, consistem em 8 objetivos principais, em contraste, a Agenda 2030 ampliou esses compromissos para 17 objetivos e 169 metas, com uma ênfase mais abrangente no desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, temáticas que foram anteriormente negligenciadas pelos ODM passaram a receber visibilidade na Agenda 2030.

Os autores Leal Filho *et al.* (2019) apontam a diferença entre os ODM e a Agenda 2030 sob a perspectiva do alcance e da aplicabilidade dos compromissos. Os ODM focavam em metas setoriais específicas para países pobres, com financiamento proveniente dos países ricos, concentrando-se na erradicação da pobreza e melhoria na área da saúde. Por outro lado, a Agenda 2030 apresenta uma perspectiva mais abrangente e universal, considerando que os compromissos se aplicam tanto aos países em desenvolvimento quanto aos desenvolvidos. Isso reflete uma visão de responsabilidade compartilhada e uma necessidade de cooperação global para enfrentar desafios complexos de maneira holística e integrada.

Para compreender a implementação da Agenda 2030, é fundamental destacar o ODS-17, que visa fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Segundo Barbieri (2020), esse objetivo é dividido em categorias específicas de implementação: finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas, as quais seguem extensivamente os meios de execução delineados no documento *O Futuro que Queremos*.

No processo de implementação, o ODS-17 propõe uma abordagem integrada, que combina recursos e esforços de diversos setores e atores. Nesse aspecto, enfatiza-se a importância de fortalecer a cooperação internacional para alcançar o desenvolvimento sustentável, incluindo parcerias entre diferentes setores, como governos, empresas e sociedade civil, a fim de mobilizar e compartilhar conhecimento especializado, inovação e recursos financeiros (Silva, 2018). A ênfase está em dar apoio aos países em desenvolvimento, garantindo o direcionamento dos recursos e a colaboração necessários para promover o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

As metas estabelecidas na Agenda 2030 são consideradas padrões ideais, mas cada governo deve adequá-las às suas circunstâncias nacionais, definindo metas próprias e incorporando-as em suas políticas e estratégias de planejamento. Nesse caso, embora haja um nível global de ambição, a implementação deve ser contextualizada ao cenário de cada país, respeitando suas particularidades. Destaca-se também a importância de se reconhecer a relação entre o desenvolvimento sustentável e os processos econômicos, sociais e ambientais em curso (Nações Unidas, 2015).

O processo de adequação promove a incorporação das metas pelos países, incentivando o engajamento e o compromisso dos governos e das comunidades locais no processo de desenvolvimento sustentável. Os autores Menezes e Minilo (2017) defendem que a coerência do diálogo global sobre os ODM e os ODS não deve ser vista como uma imposição de padrões e estratégias homogêneas. Pelo contrário, contextualizar o diálogo é fundamental para lidar com desafios específicos de cada região. Eles ressaltam que um dos principais desafios enfrentados pelos organismos internacionais na aplicação desses objetivos é a necessidade de ajustar as metas globais à realidade local, superando obstáculos de natureza política e administrativa.

No Brasil, a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), que está ligada à Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR), foi estabelecida por meio do Decreto n.º 8.892 de 27 de outubro de 2016 para gerir a execução da Agenda 2030. Esse documento normativo foi revogado pelo Decreto n.º 10.179, de 18 de dezembro de 2019, transferindo a responsabilidade para a Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS), também da SEGOV/PR. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) passou a fornecer assessoria técnica contínua para as atividades relacionadas à implementação da Agenda 2030 no Brasil (IPEA, 2020).

Um estudo detalhado sobre a implementação dos ODS no Brasil foi conduzido pelo IPEA, o qual analisou a adequação de cada meta global à realidade brasileira, como parte do Plano de Ação do CNODS para o período de 2017-2019. A análise teve como objetivo

identificar desafios específicos e propor estratégias eficazes para a adequação e implementação das metas globais no cenário nacional (Barbieri, 2020).

O movimento pelo desenvolvimento sustentável não se limita à atuação dos líderes governamentais, embora seu comprometimento e engajamento sejam essenciais para a implementação e o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos. Sem a participação ativa dos governantes, alcançar essas metas torna-se um desafio ainda maior. No entanto, o movimento pode continuar avançando por meio dos esforços de outros setores e da mobilização da sociedade civil (Barbieri, 2020).

Os processos de monitoramento e avaliação da Agenda 2030 são guiados por princípios que asseguram que esses processos sejam realizados de forma voluntária e conduzidos pelos próprios países, respeitando suas realidades e prioridades políticas. O monitoramento do progresso ocorre de forma integrada e universal, focando em conquistas e desafios a longo prazo. Esses processos devem ser transparentes, inclusivos, focados nas necessidades e direitos das pessoas e sensíveis a questões de gênero, com ênfase especial nos mais vulneráveis, baseados em evidências e dados confiáveis, além de colaborarem para o aprimoramento das capacidades nos países em desenvolvimento (Nações Unidas, 2015).

Destaca-se que os Estados-membros são os responsáveis por monitorar e revisar os progressos na implementação dos ODS em âmbito nacional e local. Desse modo, recomenda-se o engajamento de diferentes atores e instituições interessadas, visto que cada país deve avaliar continuamente os avanços em direção às metas estabelecidas, adotando uma abordagem colaborativa e inclusiva no processo de monitoramento e revisão (Silva, 2018). Nesse contexto, indicadores são utilizados para auxiliar nesse processo, permitindo uma análise mais precisa e detalhada dos avanços, desafios e áreas que necessitam de melhorias, assegurando uma implementação correta e transparente dos ODS.

As diretrizes da Agenda 2030 reconhecem a necessidade de uma abordagem colaborativa e integrada para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando o papel relevante desempenhado por governos, empresas, academia e sociedade civil (Serafini; Moura; Rezende, 2021). Cada um desses atores contribui de maneira complementar para o avanço dos ODS, formando uma rede interconectada de esforços que impulsionam o desenvolvimento sustentável em suas diversas dimensões. A academia, por sua vez, contribui através da pesquisa, educação e disseminação de conhecimentos, formando profissionais conscientes e capacitados para enfrentar os desafios globais, conforme será abordado no próximo tópico.

3.3 PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO AVANÇO DOS ODS

No âmbito do desenvolvimento sustentável, as instituições de ensino têm sido desafiadas a demonstrar um comprometimento com a sustentabilidade. Além de atuar na disseminação de conhecimento, essas instituições precisam integrar princípios de sustentabilidade em todos os aspectos de sua administração e atividades acadêmicas, servindo como modelos de responsabilidade ambiental e social na prática (Serafini; Moura; Rezende, 2021). Desse modo, o paradigma do desenvolvimento sustentável se traduz na necessidade de incorporar a sustentabilidade em todas as suas dimensões (curricular, institucional e operacional) e de atuar como agentes transformadores na sociedade.

Os autores Menezes e Minilo (2017) destacam o papel fundamental e estratégico das instituições de ensino superior nas dimensões do desenvolvimento sustentável por meio de duas abordagens. A primeira diz respeito à formação de cidadãos e profissionais qualificados, capacitados para resolver problemas técnicos e sociais pertinentes às necessidades e particularidades do país. A segunda abordagem está relacionada à produção de conhecimento acadêmico-científico de alta relevância e qualidade, essencial para apoiar e direcionar a resolução desses problemas. O conhecimento gerado facilita a inovação e avanço tecnológico, revelando novas ferramentas e métodos que permitem superar desafios estruturais.

Além de suas funções principais, as IES atuam na captação e desenvolvimento de talentos e na promoção da criatividade, atuando como pilares centrais nos sistemas de inovação tanto regionais quanto nacionais. Sua contribuição torna-se relevante para a comunidade global à medida que colabora para a compreensão dos desafios e das oportunidades referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além da formulação e execução de soluções, na revisão de políticas e estratégias de transformação, bem como no monitoramento dos resultados (SDSN, 2018).

Destaca-se que muitos dos 17 ODS estão diretamente ou indiretamente relacionados às inovações tecnológicas. No entanto, as estratégias para alcançar esses objetivos não devem ser consideradas apenas formalidades e burocracias, visto que devem ser concebidas e implementadas iniciativas que efetivamente melhorem a qualidade de vida das pessoas (Tartaruga; Sperotto; Griebeler, 2019). Assim, o foco deve estar na geração de impacto real e positivo na sociedade, através da tecnologia de maneira prática e significativa para enfrentar os desafios globais e promover o desenvolvimento sustentável.

Ao analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável na Agenda 2030, destaca-se

que o ODS 4, relacionado à Educação de Qualidade, é o que mais se relaciona diretamente às IES por ser dedicado a assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Nesse contexto, para auxiliar os discentes no desenvolvimento de habilidades, competências e mentalidades alinhadas aos ODS, as IES deverão implementar novas atividades de “aprendizagem transformadora”. Tais atividades devem empregar uma abordagem interdisciplinar, aprendizagem baseada na ação e a participação de múltiplos atores, como comunidades locais, empresas e organizações governamentais. Essas práticas inovadoras ainda não são amplamente adotadas nas universidades e exigem uma alteração nos métodos tradicionais de ensino (SDSN, 2020).

A Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (EODS) nas universidades apresenta diversos benefícios, considerando que ela evidencia o impacto e a relevância da universidade, não apenas para os discentes e funcionários atuais, mas também para outros setores da sociedade. Além disso, a implementação de EODS facilita a formação de parcerias e colaborações inovadoras tanto dentro da universidade quanto com organizações externas. Dada a abrangência e a natureza interdisciplinar dos ODS, os princípios da EODS podem ser integrados às atividades de ensino e aprendizagem, tanto formais quanto informais, já desenvolvidas nas universidades, enriquecendo-as e ampliando seu valor educativo (SDSN, 2020).

As instituições de ensino desempenham um papel fundamental não apenas na transmissão de conhecimentos teóricos, mas também no desenvolvimento de competências práticas, capacitando alunos e professores a compreenderem a relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a sociedade e a aplicá-los de forma concreta em seu cotidiano. Isso abrange tanto o contexto acadêmico quanto as experiências fora do *campus*, ressaltando a relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na formação de uma consciência crítica e engajada em relação à sustentabilidade (Serafini; Moura; Rezende, 2021). Essa abordagem visa preparar os estudantes e o corpo docente para atuarem como agentes de mudança, aplicando os princípios dos ODS em suas atividades profissionais e pessoais, promovendo, assim, um impacto positivo na sociedade.

De acordo com Serafini, Moura e Rezende (2021), as IES devem priorizar o desenvolvimento de pesquisas que sejam mais aplicadas e direcionadas aos ODS. Deste modo, as pesquisas devem ser orientadas para a prática, buscando desenvolver estratégias, técnicas e soluções efetivas que possam beneficiar tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade como um todo. Menezes e Minilo (2017) reforçam essa ideia ao apontar as universidades como

impulsionadoras da inovação e do conhecimento científico, possibilitando a realização de pesquisas aplicadas em projetos experimentais. Os resultados dessas pesquisas podem ser adaptados e compartilhados com a sociedade por meio de programas de extensão.

Além das funções tradicionais de ensino, pesquisa e extensão, é fundamental que os ODS sejam integrados ao processo estratégico de gestão das universidades. De acordo com a SDSN (2020), inserir a aprendizagem direcionada aos ODS requer uma abordagem coordenada, na qual o planejamento e a implementação das iniciativas sejam integrados de forma alinhada e estratégica em todas as áreas da universidade, garantindo que essas atividades sejam adaptadas às particularidades e necessidades do contexto institucional.

Nesse sentido, a realização de um diagnóstico institucional, como base para o planejamento de ações que enfoquem os ODS e a implementação da Agenda 2030, tem sido uma prática recorrente entre pesquisadores da área (Christ; Piffer, 2022). Os resultados possibilitam uma avaliação reflexiva que pode orientar a elaboração de diretrizes, ações e métodos que contribuam para alcançar os objetivos estabelecidos na Agenda 2030 de forma eficiente e personalizada de acordo com as particularidades de cada instituição.

Destaca-se a importância de criar mecanismos institucionais dentro das universidades para garantir a efetividade na implementação da educação direcionada aos ODS. Isso inclui assegurar que a alta liderança universitária esteja profundamente comprometida com essa iniciativa e que tal compromisso seja formalizado e integrado aos principais documentos estratégicos e de planejamento da instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (SDSN, 2020). Dessa forma, os ODS deixam de ser um conceito abstrato e se tornam uma prioridade institucional clara, refletida na estrutura operacional e nas diretrizes de longo prazo da universidade, garantindo uma abordagem estratégica e integrada para o desenvolvimento sustentável.

Embora uma política de sustentabilidade ou um planejamento estratégico sejam relevantes no processo, eles não são suficientes por si só para garantir resultados, visto que o sucesso na implementação de práticas sustentáveis depende do compromisso e da participação de todos os envolvidos no processo. Além disso, a implementação e execução dos ODS não devem ser tratadas como uma simples formalidade, mas sim como uma ferramenta para promover as práticas, valores e a mentalidade institucional, garantindo que a sustentabilidade se torne uma parte essencial e natural do funcionamento da instituição (Christ; Piffer, 2022).

Nesse contexto, o ODS-17, que enfatiza a importância de parcerias e meios de implementação, é definido pela Agenda 2030 como um elemento central para assegurar que a integração dos ODS nas instituições ocorra de forma efetiva e colaborativa, promovendo um

esforço conjunto e coordenado no alcance dos demais objetivos.

O ODS 17 ressalta a importância de mecanismos de implementação e colaboração para promover o avanço e desenvolvimento sustentável dos países. O alcance da Agenda 2030 demanda uma coordenação internacional bem integrada, que se concentre em ações como a Cooperação Sul-Sul e triangular, transferência de tecnologia, troca de informações e recursos humanos, além da assistência ao desenvolvimento (Movimento ODS).

Ao destacar a necessidade de parcerias firmes entre governos, setor privado, sociedade civil e outras partes interessadas, o ODS 17 reconhece que o desenvolvimento global não pode ser alcançado isoladamente. A cooperação entre diferentes setores e países é essencial para mobilizar os recursos financeiros, tecnológicos e humanos necessários, além de promover a troca de conhecimento e boas práticas, criando um ambiente favorável para o crescimento sustentável em todo o mundo. Nesse sentido, a internacionalização da educação superior insere as IES no cenário global, tornando-se uma via fundamental para implementação da agenda ODS ao facilitar uma relação de colaboração entre as instituições e a comunidade internacional.

Em um mundo cada vez mais interconectado e diante de desafios globais, como a necessidade de promover uma cultura de paz, cabe aos sistemas educacionais a responsabilidade de formar cidadãos capazes de entender e atuar nesses contextos. Nessa perspectiva, a internacionalização da educação é concebida como uma estratégia fundamental para atingir esse objetivo ao ampliar o acesso a oportunidades educacionais internacionais e capacitar os estudantes a se tornarem cidadãos globais (Jorge, 2018).

Há uma necessidade de expandir a cooperação internacional, que antes era focada principalmente no Governo Federal, para incluir também estados, municípios e outros atores importantes, como o setor privado, organizações da sociedade civil e academia. No âmbito do setor privado, reconhece-se que a ONU pode desempenhar um papel relevante na articulação entre as ações de responsabilidade social corporativa e as políticas públicas. Entende-se que o investimento social privado não substitui o investimento público, mas sim o complementa, buscando uma colaboração para alcançar objetivos comuns (Jorge, 2018).

A capacitação por meio da educação é um elemento central para que os países em desenvolvimento enfrentem de maneira eficaz seus desafios relacionados à sustentabilidade. Através do vínculo estabelecido com outros países, incluindo estudantes internacionais, ex-alunos, parcerias acadêmicas e programas de intercâmbio, a IES impulsiona o desenvolvimento de competências necessárias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As redes de colaborações educacionais são estratégicas para capacitar indivíduos e comunidades em habilidades essenciais, facilitando o progresso sustentável nesses contextos (SDSN, 2018).

Com base em princípios estabelecidos, a universidade pública busca colaborar com outras instituições, tanto nacionais quanto internacionais, como universidades, ONGs e empresas. Essas parcerias priorizam o compartilhamento de recursos, incluindo informações, programas de intercâmbio, tecnologias, financiamento e conhecimento, com o objetivo de promover o desenvolvimento. De certo modo, essa estratégia visa fortalecer a colaboração e aumentar o impacto positivo da universidade no desenvolvimento social e econômico (Melara; Cabral, 2020).

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, será apresentado o percurso metodológico utilizado para conduzir esta pesquisa, bem como suas classificações e procedimentos técnicos necessários para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos, fornecendo uma estrutura para a coleta e análise dos dados. Conforme definição de Lakatos e Marconi (2003, p. 83), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo — conhecimentos válidos e verdadeiros —, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Através dos procedimentos metodológicos, foi possível chegar aos resultados para atingir os objetivos da pesquisa.

4.1. TIPO DE PESQUISA

Considerando os objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois visa apresentar uma descrição elaborada do estado atual da internacionalização no IFPB. Isso inclui a identificação de práticas de internacionalização, políticas institucionais, programas de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e a infraestrutura disponível para realizar essas atividades. Nesse sentido, Prodanov e Freitas (2013, p.52) afirmam que, “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”.

Considerando a abordagem do problema, esta pesquisa adotou um enfoque qualitativo, permitindo uma análise contextualizada e aprofundada das políticas, estratégias, diretrizes e práticas relacionadas ao objeto de estudo. A pesquisa buscou compreender o fenômeno da internacionalização, a partir das práticas acadêmicas e institucionais, alinhada ao desenvolvimento sustentável, considerando os contextos cultural, social e econômico que podem influenciar a internacionalização no IFPB.

Conforme explica Minayo *et al.* (2002, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”, ou seja, apesar de analisar documentos da instituição que possam conter dados estatísticos e valores, o foco da pesquisa será a realização de uma análise interpretativa das informações coletadas em busca de significados.

4.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como documental, conforme os procedimentos técnicos adotados. Para alcançar os objetivos delineados, a pesquisa documental foi conduzida por meio da análise e interpretação de documentos institucionais essenciais à coleta de dados. Nesse sentido, Severino (2014, p. 105) destaca que “os conteúdos dos textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”.

Por meio dessa abordagem, foi possível realizar uma análise do cenário atual da internacionalização no IFPB e identificar aspectos relevantes da sua política, estratégias, práticas, desafios e oportunidades de melhoria. Os resultados da pesquisa documental forneceram um embasamento para o aprimorar as ações existentes e elaborar recomendações práticas de modo a integrar a internacionalização aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

4.3 AMBIENTE E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, instituição de ensino superior, técnico e tecnológico, instituída pela Lei n.º 11.892/2008, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. A política de internacionalização é conduzida pela Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARINTER), unidade vinculada à Reitoria e responsável por assessorar, elaborar, propor e coordenar a execução das políticas de cooperação institucional e internacional. Criada pela Resolução n.º 144 – CS, de 11 de agosto de 2017, a ARINTER desempenha um papel central na articulação dessas iniciativas.

É importante ressaltar que a ARINTER atua em colaboração com as unidades de suporte presentes nos *campi*: o Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI) e o Núcleo de Línguas e Estudos Linguísticos (NuCLI). O NAI tem como objetivo ampliar a participação dos *campi* do IFPB em iniciativas internacionais, fomentando a cooperação e o intercâmbio nas áreas científica, tecnológica, cultural e acadêmica. O NuCLI, por sua vez, oferece oportunidades de aprendizado de idiomas e participação em atividades culturais, científicas e pedagógicas, contribuindo significativamente para o processo de internacionalização.

No âmbito de seu planejamento, a ARINTER estabelece como uma de suas principais

metas o desenvolvimento do planejamento e do monitoramento das ações, além da definição de normas e procedimentos. Essa meta está diretamente relacionada ao objeto de estudo desta pesquisa.

Para a análise, a pesquisa considerou o período de 2019 a 2023, visto que, embora a Agenda 2030 tenha sido estabelecida em 2015, o IFPB formalizou seu compromisso público com o ODS 17 apenas em 2019. Esse recorte temporal permitiu examinar as ações e as estratégias adotadas pela instituição a partir do momento em que a instituição passou a ser alinhada de maneira mais estruturada aos princípios da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

4.4 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico adotado para atingir os objetivos propostos envolveu a coleta e análise de documentos institucionais disponibilizados no site oficial do Instituto Federal da Paraíba. A resolução referente à política de internacionalização foi encontrada na página da ARINTER, enquanto os demais documentos estavam distribuídos em diferentes seções do portal. A busca transcorreu sem dificuldades, uma vez que todos os documentos coletados são de acesso público.

Os documentos utilizados incluem: a Resolução n.º 144-CS, de 11 de agosto de 2017, que estabelece o Regimento Geral do IFPB; a Resolução-CS n.º 40, de 7 de agosto de 2019, que convalida a Resolução-AR n.º 19/2018 e dispõe sobre a Política de Internacionalização do IFPB; o Termo de Compromisso das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba com os ODS da ONU; os Planos de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 e 2020-2024; além dos Relatórios de Gestão do período de 2019 a 2023.

Cabe destacar que, nos documentos analisados, os relatórios de gestão foram nomeados como relatos integrados. No entanto, como estavam disponibilizados no site institucional sob a nomenclatura tradicional de Relatórios de Gestão, optou-se por manter essa denominação para fins de análise. Com relação ao primeiro objetivo, as fontes de pesquisa foram utilizadas para fornecer um embasamento sobre o contexto legal e normativo da internacionalização no IFPB, bem como sobre a integração da Agenda 2030 e dos ODS na instituição. Esses documentos permitiram compreender os marcos regulatórios que orientam as ações institucionais nesse campo, proporcionando uma base mais estruturada para a análise dos demais documentos.

A fim de facilitar a compreensão do processo metodológico, foi elaborado o quadro abaixo detalhando cada documento utilizado, bem como as técnicas de coleta e análise aplicadas a cada objetivo.

Quadro 5 – Procedimentos de coleta e análise de dados

OBJETIVO	COLETA E ANÁLISE	FONTE
1º Analisar os normativos institucionais a respeito da internacionalização e dos ODS.	Análise documental	Regimento Geral do IFPB; Política de Internacionalização; Termo de compromisso com ODS
2º Realizar o levantamento das ações de internacionalização do IFPB.	Análise de conteúdo	PDI 2015-2019 e PDI 2020-2024; Relatórios de Gestão (RG) – 2019 a 2023.
3º Examinar a aderência das ações de internacionalização ao ODS 17/ONU.	Análise de conteúdo	PDI 2015-2019 e PDI 2020-2024; Relatórios de Gestão (RG) – 2019 a 2023.
4º Elaborar um relatório técnico com recomendações práticas de internacionalização do IFPB alinhadas ao ODS 17.	Análise de conteúdo	Referencial teórico; PDI 2015-2019 e PDI 2020-2024; Relatórios de Gestão (RG) – 2019 a 2023.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após o levantamento das fontes de pesquisa, procedeu-se a coleta dos dados utilizados na análise documental. O processo de análise dos dados envolve o trabalho minucioso com os dados coletados, sua organização e a divisão em unidades manipuláveis. A partir dessa manipulação, busca-se a síntese dos resultados, a identificação de padrões relevantes e a descoberta dos aspectos mais importantes a serem aprendidos. Por fim, é necessário tomar decisões sobre o que será transmitido aos outros, levando em consideração a relevância e a significância dos achados (Bogdan; Biklen, 1994).

A análise de dados foi realizada de forma sistemática através do método de análise de conteúdo, o qual se baseia na coleta e análise de documentos institucionais e governamentais relacionados ao objeto de estudo, como relatórios, planos, políticas governamentais, legislações, entre outros. Para Bardin (2016, p.48), a análise de conteúdo é definida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Após a coleta e seleção dos documentos, foi realizada uma leitura flutuante, com o objetivo de analisar a relevância do documento, temas, conceitos e assim definir as categorias e os aspectos a serem analisados, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 - Categorias da pesquisa

CATEGORIA	CATEGORIA
C1: AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	C2: ODS-17
Intercâmbio	Financiamento
Mobilidade acadêmica	Transferência e compartilhamento de conhecimento
Currículo	Cooperação
Eventos	Transferência e compartilhamento de Tecnologia
Línguas Estrangeiras/Idiomas	Parceria e acordos
Capacitação	Redes
Pesquisas e Projetos em colaboração	Capacitação em desenvolvimento sustentável
Extensão	
Parcerias, acordos e convênios	
Dupla titulação	
Visita e missão internacional	
Reunião	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A definição das categorias seguiu o método das categorias mistas, conforme proposto por Bardin. Esse método combina categorias previamente estabelecidas, com base em referenciais teóricos ou objetivos da pesquisa, e categorias emergentes, que surgem ao longo da análise dos documentos. Dessa forma, a categorização inicial foi ajustada a partir da leitura dos documentos institucionais, permitindo maior aderência ao conteúdo analisado.

A categorização foi estruturada com base em objetivos específicos da pesquisa. A categoria C1 (Ações de internacionalização) refere-se ao objetivo 2 e abrange as iniciativas

relacionadas à internacionalização de forma ampla, sendo definida a partir da leitura e análise dos documentos institucionais. Inicialmente, buscou-se definir os aspectos dessa categoria previamente com base no referencial teórico. No entanto, ao avançar na análise dos documentos institucionais, percebeu-se que essa abordagem não refletia adequadamente os objetivos e as temáticas abordadas nos documentos. Diante disso, optou-se por definir os aspectos com base nas práticas identificadas na leitura inicial dos documentos institucionais, garantindo maior aderência ao contexto específico da instituição.

Por sua vez, a categoria 2 (C2) (ODS 17) e seus aspectos correspondem ao terceiro objetivo específico e concentra-se em práticas voltadas ao cumprimento do ODS 17. A sua definição teve como base inicial o referencial teórico, especialmente as dimensões do ODS 17 e a leitura das metas da Agenda 2030 considerando aquelas que se aplicam ao contexto educacional. Além disso, posteriormente também foi necessário considerar a leitura dos documentos institucionais, a qual permitiu uma adaptação das metas do ODS 17 à realidade e às práticas da instituição.

Após a definição das categorias, foi elaborada uma planilha de análise no Microsoft Excel, contendo informações sobre a unidade de análise, código, trecho do documento e categoria correspondente. Em seguida, os dados foram organizados e categorizados com o objetivo de extrair seus significados. Cabe destacar que a definição inicial das categorias apresentou certo grau de complexidade, uma vez que as duas temáticas são transversais e o ODS 17 está intrinsecamente interligado a diversas estratégias e práticas de internacionalização. Diante dessa interconexão, optou-se por analisar as categorias de forma cruzada, permitindo uma compreensão mais integrada dos dados, porém buscando identificar cada aspecto definido através dos códigos.

Para a realização da análise, foi elaborada a proposição "A internacionalização no IFPB tem avançado em alinhamento com o ODS 17, refletindo-se em suas políticas e ações institucionais.". Essa proposição foi construída a fim de orientar a investigação, fornecendo um referencial para a identificação e organização das informações extraídas dos documentos institucionais. A proposição serviu como base para a análise documental, permitindo verificar em que medida as políticas e ações de internacionalização do IFPB dialogam com os princípios do ODS 17. A partir dela, os documentos foram examinados com foco na busca de elementos que confirmassem ou não essa relação, auxiliando na sistematização dos dados.

A análise seguiu a seguinte sequência de documentos: normativos institucionais, incluindo o termo de compromisso com os ODS, os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e, por fim, os relatórios de gestão, todos organizados em ordem cronológica. Esse

procedimento permitiu compreender a evolução da política e das ações de internacionalização ao longo dos anos, bem como a incorporação da Agenda 2030 e do ODS 17 nesse processo. O objetivo dessa análise foi identificar relações, tendências e aspectos da institucionalização da internacionalização no IFPB, além de mapear ações vinculadas ao desenvolvimento sustentável. Esse processo possibilitou uma visão mais ampla do contexto atual, evidenciando lacunas e oportunidades de aprimoramento.

Durante a análise, cada documento foi consultado utilizando a pesquisa por código ou palavras-chave, como "internacional", permitindo a identificação dos trechos relevantes. Esses trechos foram extraídos e classificados na planilha, considerando a categoria correspondente, os códigos estabelecidos e a respectiva página do documento.

A interpretação dos dados foi conduzida de maneira crítica e reflexiva, levando em conta o contexto de produção dos documentos e as possíveis influências das políticas públicas e institucionais que poderiam afetar o processo de internacionalização. Desse modo, Gil (2008, p. 178) afirma que:

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas.

Com base nos resultados, foi possível identificar como as estratégias atuais podem ser aperfeiçoadas ou complementadas para melhor alinhamento com o ODS 17, embasado no documento *Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (2015), levando em consideração os eixos fundamentais propostos nas metas do ODS17, como financiamento, tecnologia, formação de capacidades e questões sistêmicas.

Por fim, a etapa final consistiu na elaboração do produto técnico-tecnológico, um relatório técnico conclusivo sobre as ações de internacionalização desenvolvidas no IFPB e sua relação com o ODS 17. O documento também apresenta sugestões de aprimoramento, fundamentadas nos desafios identificados na análise e alinhadas aos princípios do ODS 17 e da Agenda 2030 da ONU.

Espera-se que esse produto contribua para o direcionamento estratégico da instituição, garantindo que as ações desenvolvidas estejam voltadas para o fortalecimento da política de internacionalização do IFPB e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, o relatório busca fomentar a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas institucionais, com ênfase no ODS 17, que trata de parcerias e meios de

implementação, reforçando o compromisso da instituição com a cooperação internacional e a sustentabilidade.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos através da pesquisa documental realizada com o objetivo de compreender como as ações de internacionalização do IFPB vêm sendo integradas aos princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS-17) da ONU. A investigação baseou-se na análise de normativos institucionais, nos Planos de Desenvolvimento Institucional dos períodos de 2015-2019 e 2020-2024, bem como nos relatórios de gestão de 2019 a 2023.

A análise foi dividida em duas etapas, a começar pela análise documental dos normativos institucionais: Regimento Geral e Política de internacionalização do IFPB, além do termo de compromisso das instituições de ensino superior com os ODS da ONU. A segunda etapa foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), adotando duas categorias principais: (i) Ações de Internacionalização e (ii) ODS-17. Para cada categoria, foram definidos códigos de análise referentes aos aspectos analisados em cada documento, conforme apresentado na metodologia.

A partir dessa abordagem, buscou-se identificar a presença e a evolução das estratégias institucionais voltadas à internacionalização e sua articulação com os princípios do ODS 17 que trata das parcerias e meios para implementação.

5.1 ANÁLISE DOS NORMATIVOS

A análise dos normativos institucionais do IFPB constitui uma etapa fundamental para compreender o contexto da internacionalização e como iniciou a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na instituição. Para isso, foram examinados três documentos-chave: a Resolução n.º 144-CS, de 11 de agosto de 2017, que estabelece o Regimento Geral da instituição; a Resolução-CS n.º 40, de 7 de agosto de 2019, que convalida a Resolução-AR n.º 19/2018 e dispõe sobre a Política de Internacionalização do IFPB; e o Termo de Compromisso das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba com os ODS da ONU.

A análise buscou identificar diretrizes, princípios e estratégias institucionais voltados à internacionalização, bem como verificar a existência de dispositivos que alinhem as ações do IFPB aos compromissos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU.

5.1.1 Análise do Regimento Geral

Esta subseção apresenta uma análise dos elementos relacionados à internacionalização presentes no Regimento Geral do IFPB, destacando suas implicações e contribuições para o fortalecimento da dimensão internacional na instituição.

O Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), estabelecido pela Resolução n.º 144-CS, de 11 de agosto de 2017, é um documento normativo que define diretrizes e procedimentos para a organização e funcionamento da instituição. Entre as áreas contempladas, destaca-se a internacionalização, abordada por meio da criação e da definição das atribuições da Assessoria de Relações Internacionais, bem como de dispositivos relacionados à Diretoria de Extensão e à mobilidade estudantil.

A ARINTER é identificada no regimento como órgão auxiliar da Reitoria, criado com o objetivo de promover e fortalecer as relações entre o IFPB e instituições educacionais estrangeiras. As atribuições da ARINTER estão descritas no Art. 58, abrangendo uma ampla gama de atividades que incluem:

1. Assessoramento à Reitoria: Atua como suporte em questões relacionadas às políticas e diretrizes internacionais.
2. Cooperação técnica e intercâmbios: Facilita convênios, parcerias e acordos de cooperação internacional.
3. Mobilidade acadêmica: Apoia as atividades de mobilidade nacional e internacional de estudantes, docentes e servidores.
4. Recepção de delegações internacionais: Garante a articulação e o suporte às visitas de missões estrangeiras ao IFPB.
5. Captação de recursos: Contribui para a elaboração de projetos e estudos em parceria com instituições estrangeiras.

Essa abrangência evidencia o papel central da ARINTER no fortalecimento da política de internacionalização, atuando de maneira transversal em todas as esferas institucionais relacionadas a assuntos internacionais.

No contexto da internacionalização, a Diretoria de Extensão é mencionada no inciso VIII como responsável por divulgar programas nacionais e internacionais de extensão, informando à comunidade interna sobre instituições financiadoras, prazos e procedimentos. Essa função desempenha um papel significativo ao: (i) promover o acesso à informação sobre oportunidades internacionais e (ii) incentivar a participação de estudantes e de servidores em programas de extensão fora do país.

Ao facilitar a integração de programas internacionais de extensão, a Diretoria contribui diretamente para ampliar as oportunidades de colaboração e de troca de conhecimentos.

O Art. 214 do regimento estabelece que as normas para o ingresso por mobilidade estudantil são definidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Esse dispositivo fornece a base legal para:

- Entrada de estudantes estrangeiros: Permite que estudantes de outras instituições ingressem no IFPB;
- Saída de estudantes brasileiros: Facilita a participação de estudantes do IFPB em programas de mobilidade em instituições internacionais.

A regulamentação da mobilidade estudantil é um elemento-chave para promover a troca de experiências e o fortalecimento das relações acadêmicas internacionais, alinhando-se às melhores práticas de internacionalização no âmbito da educação superior.

A análise do Regimento Geral do IFPB demonstra uma estratégia estruturada em relação à internacionalização, com iniciativas claramente definidas nos campos da cooperação internacional, mobilidade acadêmica e divulgação de oportunidades globais. A criação da ARINTER, em especial, reflete a intenção da instituição de consolidar uma gestão eficiente de suas relações internacionais, além de fomentar a integração com a comunidade acadêmica global.

Ademais, as disposições sobre mobilidade estudantil e extensão reforçam o compromisso do IFPB em oferecer uma formação ampla, com oportunidades que ultrapassam as fronteiras nacionais. Essa perspectiva alinha-se às tendências contemporâneas de internacionalização no ensino superior, promovendo a formação de indivíduos capacitados para atuar em contextos globais.

5.1.2 Análise da Política de Internacionalização do IFPB

O segundo documento analisado trata da política de internacionalização do IFPB, referente à Resolução-CS n.º 40, de 07 de agosto de 2019. O documento estabelece diretrizes para inserir a instituição no contexto internacional da educação, ciência e tecnologia, tendo por objetivo fomentar a internacionalização através da cooperação internacional em ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão e busca tornar o IFPB um ambiente internacional, por meio do fortalecimento das parcerias e colaborações internacionais.

No primeiro momento, é importante destacar que o Instituto Federal da Paraíba desenvolve ações de internacionalização há muitos anos. Contudo, essas iniciativas eram inicialmente realizadas de forma isolada, pois não havia uma política institucional formalmente estabelecida para orientá-las.

O processo de internacionalização foi gradualmente ganhando espaço na estrutura do instituto, com o regimento publicado em 2010 mencionando a existência de uma Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais como órgão auxiliar da Reitoria para tratar de questões relacionadas à internacionalização. Entretanto, somente em 2017 o IFPB formalizou a criação da Assessoria de Relações Internacionais, consolidando esse ato por meio da inclusão no Regimento Geral da Instituição, conforme estabelecido pela Resolução n.º 144-CS. Apenas no ano de 2017 que, a partir da instituição da Assessoria de Relações Internacionais, deu-se início à elaboração da Política de Internacionalização, a qual originou-se da Resolução-AR n.º 19, formulada em 24 de abril de 2018, sendo posteriormente convalidada pela resolução analisada nesta pesquisa.

A política de internacionalização do IFPB está fundamentada na Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, elaborada pelo Fórum dos Assessores de Relações Internacionais (FORINTER). Além desse marco regulatório, o FORINTER disponibiliza um documento com Diretrizes para a Elaboração da Política de Internacionalização, orientando as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil.

No âmbito da Política de Internacionalização do IFPB, o preâmbulo do documento justifica a necessidade da internacionalização com base em fundamentos legais que sustentam sua implementação. Entre esses fundamentos, destacam-se a participação do Brasil em organismos multilaterais de educação, o artigo 4º da Constituição Federal, que incentiva a integração latino-americana, e a Lei n.º 11.892/2008, que institui os Institutos Federais.

Apesar de estabelecer o contexto jurídico e institucional, o preâmbulo não detalha necessidades específicas de internacionalização do IFPB, nem oferece um panorama interno que justifique de forma concreta a elaboração da política, limitando-se a generalidades, sem abordar desafios ou demandas particulares da instituição. Essas necessidades podem ser classificadas como a razão ou motivação para instituir a política de internacionalização no instituto no âmbito acadêmico, político e social, conforme definido por Knight (2020).

A internacionalização é entendida como um processo integrador que engloba mobilidade acadêmica, pesquisas em parceria, projetos internacionais, desenvolvimento curricular e práticas pedagógicas com repercussão nacional e internacional. Seu conceito é compreendido de uma forma mais abrangente, pois o entendimento de internacionalização demonstrado vai além da mobilidade física para incluir a cooperação acadêmica e a inovação curricular. Esse conceito corrobora a definição de internacionalização abrangente apresentada por Hudzik (2011).

Posteriormente, são identificados os eixos estratégicos que norteiam as ações de internacionalização, incluindo mobilidade, acordos de cooperação, projetos internacionais, ensino de idiomas, financiamento, estrutura organizacional, comunicação, participação em eventos e normativas. A diversidade dos eixos evidencia uma abordagem abrangente, contemplando aspectos acadêmicos, administrativos e financeiros, visto que há uma necessidade de estruturar ações para garantir eficácia e alcance dos objetivos de internacionalização.

Fica estabelecido que as ações prioritárias de internacionalização do Instituto Federal da Paraíba devem ser direcionadas para transformar a instituição em um ambiente internacional. Isso implica adotar medidas que favoreçam a presença do IFPB no cenário internacional em diferentes aspectos, envolvendo ensino, liderança, acordos de cooperação, pesquisa aplicada e inovação tecnológica.

Destaca-se, nesse aspecto, a intenção de integrar a internacionalização em todas as dimensões institucionais, além de elevar o padrão acadêmico e tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Foi ressaltado como pressuposto da política a importância do engajamento da comunidade acadêmica para o sucesso da internacionalização, ou seja, a necessidade de uma base institucional ativa e participativa. Isso inclui a sensibilização sobre os benefícios da experiência internacional, envolvimento de docentes, técnicos e discentes em atividades globais e a participação em fóruns e redes internacionais.

Quanto aos benefícios previstos, destaca-se o alinhamento com pautas globais, além da ênfase na qualificação de estudantes e servidores para o contexto internacional. A

internacionalização proporciona vantagens como a ampliação de parcerias para a produção tecnológica e o fortalecimento de uma governança aprimorada.

O documento estabelece metas como sensibilizar a comunidade, mapear e fomentar relações internacionais, divulgar oportunidades, participar em instâncias de fomento, desenvolver acordos, preparar estudantes, internacionalizar currículos, desenvolver ações de extensão e aprimorar o perfil institucional global. As metas são específicas e mensuráveis, com foco na ampliação e fortalecimento da presença internacional da instituição. Dentre as metas elencadas, podemos destacar a sensibilização da comunidade acadêmica que está relacionada ao processo de conscientização abordado no ciclo de internacionalização por Knight e De Wit (1995), além do mapeamento das relações internacionais no IFPB, o qual configura uma ação que facilita o planejamento estratégico para futuras ações e colaborações.

De acordo com o artigo 8º, a política tem como objetivo promover a internacionalização baseados na diplomacia científica e na cooperação tecnológica, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão. Essa colaboração acontece por meio de parcerias e intercâmbios internacionais, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, sempre pautado na qualidade e princípios éticos. Além disso, o IFPB deseja aumentar o reconhecimento das suas ações, tanto dentro quanto fora do Brasil, mostrando sua capacidade de colaborar em redes internacionais. Estas ações visam melhorar a imagem do IFPB globalmente e a integrar a instituição em um cenário mais amplo, mundial.

As estratégias propostas estão organizadas em eixos de ação, contemplando iniciativas fundamentais, como o desenvolvimento de programas conjuntos de pós-graduação, a criação de cursos e disciplinas ministrados em línguas estrangeiras e o fortalecimento de parcerias com instituições da América Latina e de países de língua portuguesa.

Os eixos de ação estratégica estabelecem prioridades, como a ampliação de acordos de cooperação, a participação ativa em programas de fomento e o fortalecimento da posição institucional em redes internacionais. Além disso, ressaltam a necessidade de diversificar as oportunidades de intercâmbio.

O Instituto Federal da Paraíba promove ações de internacionalização que incluem a mobilidade de seus docentes em parceria com instituições, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal. As ações de apoio a intercâmbios e mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores mostram o compromisso em oferecer experiências internacionais, essenciais para o desenvolvimento de competências globais.

Embora a política não mencione explicitamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ela contribui com a promoção de uma educação de qualidade e outras temáticas de

relevância que estão alinhados aos ODS, conforme o trecho: “Consolidar acordos de cooperação com setores da sociedade em nível internacional, colaborando com temas globais tais como esporte para todos, promoção da saúde, inclusão de pessoas com deficiências etc.” (IFPB, 2019, p. 4).

Além disso, enfatiza o engajamento com agendas globais, destacando a relevância da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. Também ressalta a participação em organismos multilaterais, promovendo princípios que são consistentes com os objetivos propostos pelos ODS.

A política reconhece os desafios relacionados à internacionalização e propõe soluções específicas para enfrentá-los. Um dos desafios identificados é a oferta limitada de cursos em língua estrangeira, para o qual se sugere o fortalecimento do ensino de idiomas, a criação de um catálogo de disciplinas em inglês e o desenvolvimento de programas de dupla diplomação. Outro ponto destacado é a necessidade de engajamento institucional, que pode ser abordada por meio da sensibilização da comunidade acadêmica e da institucionalização do comprometimento das diferentes unidades.

A capacitação de docentes e técnicos é apontada como uma prioridade, com propostas de investimento no ensino de línguas, no desenvolvimento de competências interculturais e na oferta de incentivos para a participação em atividades internacionais. Por fim, para garantir a sustentabilidade financeira da internacionalização, a política propõe a diversificação das fontes de financiamento e o fortalecimento das estratégias de captação de recursos externos.

5.1.3 Análise do Termo de Compromisso das Instituições de Ensino Superior da Paraíba com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

O Termo de Compromisso com os ODS foi um documento assinado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) juntamente com outras Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba durante a EXPOTEC 2019, um evento voltado para tecnologia e inovação, que reúne profissionais, estudantes e pesquisadores para discutir avanços científicos e desafios contemporâneos. Na edição de 2019, o evento também serviu como espaço para fomentar o debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e fortalecer o compromisso das instituições de ensino superior com a Agenda 2030.

A proposta foi desenvolvida pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por meio do Centro de Estudos Avançados em Políticas Públicas e Governança (CEAPPG), o qual busca

promover a disseminação e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no meio acadêmico. A partir de uma pesquisa realizada durante a EXPOTEC 2018, que investigou as percepções do público sobre a implementação dos ODS, o CEAPPG, em parceria com o Governo do Estado da Paraíba, formalizou o Termo de Compromisso, visando incentivar práticas institucionais alinhadas à Agenda 2030.

Assinado por reitores e representantes de diversas instituições paraibanas, o documento não impõe obrigações legais, mas se caracteriza como um documento que orienta a adaptação das estratégias acadêmicas à Agenda 2030. Sua análise revela um engajamento voluntário das universidades na integração dos ODS, respeitando as particularidades e desafios de cada instituição. A principal contribuição reside na indução de boas práticas institucionais, favorecendo a integração dos ODS nas rotinas acadêmicas e administrativas.

O documento detalha os objetivos prioritários da instituição, destacando iniciativas voltadas à educação de qualidade, à promoção da igualdade e à sustentabilidade ambiental. Além disso, o documento estabelece compromissos com a formação cidadã e com a criação de parcerias para o alcance das metas globais, reforçando o papel das instituições de ensino como agentes ativos no cumprimento da Agenda 2030.

Em primeiro lugar, há o destaque da integração dos ODS aos currículos acadêmicos, prevendo a inserção de disciplinas e conteúdo que abordam temas como sustentabilidade, inovação social e responsabilidade ambiental. Essa integração tem como objetivo sensibilizar e capacitar os estudantes para atuarem como multiplicadores dos princípios defendidos pela Agenda 2030.

Na área de extensão, o documento prioriza a realização de projetos comunitários voltados para populações vulneráveis, com a intenção de promover a inclusão social e reduzir desigualdades. Também são mencionadas iniciativas que incentivam a participação de servidores e discentes em programas internacionais, reforçando a cooperação global prevista no ODS 17.

Em relação à sustentabilidade institucional, o Termo aponta para o desenvolvimento de políticas internas voltadas à eficiência no uso de recursos naturais, à gestão adequada de resíduos e à adoção de práticas administrativas ambientalmente responsáveis. Contudo, o documento não apresenta detalhamento específico sobre os indicadores que serão utilizados para avaliar a efetividade dessas ações.

Outro ponto relevante é a ênfase no fortalecimento de parcerias institucionais. O documento destaca a importância de estabelecer colaborações com organizações

governamentais e não governamentais, assim como com instituições internacionais, para potencializar os resultados das iniciativas relacionadas aos ODS.

A assinatura do termo demonstra que o IFPB tem buscado integrar os ODS à sua atuação institucional de forma estruturada, especialmente por meio de ações educacionais e de extensão. Como instituição de ensino técnico e tecnológico, o IFPB tem um papel fundamental na formação de profissionais e na promoção de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável.

5.2 ANÁLISE DO PDI 2015-2019 E 2020-2024

O PDI é um documento estratégico que orienta a gestão institucional e define diretrizes, objetivos e ações para o desenvolvimento da instituição, sendo sua elaboração uma exigência legal. A obrigatoriedade do PDI foi inicialmente determinada pelo Art. 16 do Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, que regulamentou os processos de credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior no Brasil. Posteriormente, o Decreto n.º 9.235/2017 consolidou essa exigência, estabelecendo diretrizes para a regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, reforçando o PDI como um instrumento essencial para o planejamento e a gestão acadêmico-administrativa.

A partir dessa análise, buscou-se compreender como a internacionalização e o ODS-17 foram abordados nos planos, identificando estratégias relacionadas às ações de cooperação internacional, mobilidade acadêmica, parcerias e outras iniciativas voltadas à consolidação da internacionalização na instituição e ao alinhamento com a Agenda 2030.

5.2.1 Análise do PDI 2015-2019

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 foi elaborado conforme o Art. 16 do Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006. O documento apresenta diferentes menções à cooperação e às parcerias com instituições internacionais. Embora não dedique um capítulo específico à internacionalização, é possível verificar uma preocupação em estabelecer e fortalecer relações acadêmicas e científicas que ultrapassem fronteiras, o que indica uma visão de ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão em escala global. A seguir, são destacadas as principais iniciativas relacionadas à internacionalização, bem como os elementos

que se articulam com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17, que trata de parcerias para a implementação de práticas sustentáveis.

Em diversos trechos do documento, há referência à intenção de fortalecer a cooperação e a articulação com instituições semelhantes, tanto nacionais quanto internacionais, visando ao aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão. Também se observa a proposta de estabelecer diretrizes para parcerias, colaboração técnico-científica e intercâmbio com instituições de ensino superior no Brasil e no exterior, reforçando a busca por acordos que possibilitem o compartilhamento de experiências e recursos. Tais ações vão ao encontro daquilo que o ODS 17 recomenda: a criação de alianças efetivas para troca de conhecimentos e fortalecimento institucional.

Entre as iniciativas de internacionalização, destacam-se os esforços para ampliar e consolidar a projeção da pesquisa do IFPB, incentivando a participação de docentes em programas de pós-doutorado, missões de intercâmbios científico e tecnológico, tanto nacionais quanto internacionais, e convênios com outras Instituições ou Empresas. Ações que fomentam visitas técnicas, parcerias em programas de pós-graduação e intercâmbios de pesquisadores são citadas, com o intuito de fortalecer as atividades de pesquisa e inovação. Outro ponto importante é o estímulo a parcerias para programas de mestrado e doutorado interinstitucionais (Minter e Dinter), incluindo a possibilidade de cooperação com instituições estrangeiras.

A promoção de redes de cooperação estende-se às atividades de extensão, pois há incentivo o reconhecimento de programas de extensão interinstitucionais por meio de consórcios, redes ou parcerias, bem como o incentivo a atividades voltadas ao intercâmbio e à cooperação internacional solidária. Esse aspecto revela uma preocupação em envolver diferentes setores acadêmicos e sociais em projetos que ultrapassem limites territoriais, reforçando o diálogo com as orientações do ODS 17, uma vez que a formação de parcerias estratégicas é fundamental para alcançar avanços na educação, na pesquisa aplicada e na inovação.

Um exemplo específico de alinhamento ao ODS 17 é a menção à necessidade de fomentar a cooperação internacional por meio da formalização de convênios com países que apresentam níveis de desenvolvimento entre baixo e médio. Essa diretriz demonstra o interesse em atuar para além dos tradicionais fluxos de cooperação com nações mais desenvolvidas, ampliando o foco para países que necessitam de maior apoio institucional e científico. A busca por intercâmbio solidário confirma a intenção de compartilhar conhecimento, desenvolver projetos conjuntos e contribuir para o fortalecimento de capacidades locais nesses contextos.

O PDI também destaca a relevância de inserir as dimensões científica, cultural e humanística em todas as ações formativas, buscando desenvolver indivíduos em sua formação integral, o que inclui a perspectiva global das atividades de ensino. Ao mencionar a sociedade mundial e a importância de uma educação que dialogue com diferentes realidades, o documento sinaliza interesse em fomentar competências voltadas à compreensão de problemas que se estendem para além do ambiente local. Embora não haja menção direta ao setor específico responsável pela internacionalização (como a ARINTER), as diretrizes indicam que a instituição reconhece a necessidade de mecanismos para efetivar acordos e programas em âmbito internacional.

No que se refere ao alinhamento com o ODS 17, nota-se que o PDI enfatiza a busca por parcerias interinstitucionais em pesquisa, extensão e ensino, além de acordos de cooperação que potencializam o desenvolvimento sustentável. O objetivo de “ser uma instituição de excelência na promoção do desenvolvimento profissional, tecnológico e humanístico de forma ética e sustentável” (IFPB, 2015, p. 14) converge com a proposta de fortalecer a rede de cooperação global. A presença de ações que incentivam a mobilidade acadêmica e a colaboração internacional reforça a possibilidade de alcançar resultados que impactem a formação de profissionais capazes de atuar em um mundo cada vez mais interligado.

Embora o PDI 2015-2019 do IFPB não apresente um capítulo exclusivamente dedicado à internacionalização e não aprofunde aspectos específicos sobre o papel da ARINTER, há evidências de iniciativas voltadas à cooperação com instituições estrangeiras em diferentes níveis. As estratégias mencionadas contemplam formação docente, participação em programas de pós-graduação, intercâmbios científicos, extensão com dimensões internacionais e promoção de práticas inclusivas em países em desenvolvimento. Essas iniciativas se relacionam diretamente com o ODS 17, ao promover parcerias e redes de colaboração que podem fortalecer a educação, a pesquisa e a inovação de maneira integrada, favorecendo o desenvolvimento institucional e a qualidade da formação oferecida pelo IFPB.

5.2.2 Análise do PDI 2020-2024

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal da Paraíba para o período de 2020 a 2024 é um documento que delinea as principais prioridades acadêmicas e administrativas da instituição, além das estratégias planejadas para os períodos de curto e médio prazo. Incorporando os resultados do PDI anterior, o plano realiza uma autoavaliação do desenvolvimento institucional, abordando tanto a perspectiva de longo prazo quanto o

desempenho imediato dos Objetivos Estratégicos Institucionais (OEI). Elaborado em conformidade com o Decreto n.º 9.235/2017 e utilizando o modelo estratégico *Balanced Scorecard* (BSC), o PDI reafirma o compromisso do IFPB com a transparência, a memória institucional e a gestão inovadora, consolidando-se como o quarto plano da instituição e o terceiro sob a sua identidade atual.

O PDI 2020-2024, diferentemente do PDI anterior, apresenta um capítulo dedicado especificamente à internacionalização, classificada como o macroprocesso: MACRO-A12-INTER. O capítulo é iniciado com o contexto estratégico e informa que “a internacionalização no IFPB é compreendida como uma estratégia de gestão composta de etapas a serem vencidas em curto, médio e longo prazos” (IFPB, 2020, p. 217). A descrição revela que a internacionalização é vista como um processo planejado e gradual. O documento, de forma geral, demonstra o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável, refletido na incorporação de princípios de sustentabilidade em sua missão, visão e valores.

Nota-se que a ARINTER desempenha um papel central nesse processo, atuando em colaboração com diferentes atores institucionais, como discentes, docentes e servidores técnico-administrativos. Conforme apontam Knight e De Wit (1995), o envolvimento de toda a comunidade acadêmica é fundamental para que a internacionalização vá além de uma diretriz formal para uma estratégia de planejamento, garantindo sua efetividade e sustentabilidade.

A partir da análise da primeira categoria, observa-se que a ARINTER tem atuado na sensibilização dos gestores do IFPB, buscando conscientizá-los sobre a importância de perceber a internacionalização como um esforço coletivo, procurando alinhar suas práticas às orientações de organizações como a UNESCO, a SETEC e o FORINTER/CONIF, evidenciando o compromisso com padrões nacionais e internacionais. Essa estratégia reforça a ideia de que, para promover a internacionalização, é essencial contar com o engajamento de toda a comunidade acadêmica, estabelecendo objetivos comuns que favoreçam o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico de maneira integrada e sustentável.

Sobre a ARINTER, o PDI menciona que a Assessoria é vinculada ao Gabinete do Reitor e desempenha um papel central na condução das ações de internacionalização no IFPB. Sua vinculação direta ao Gabinete do Reitor destaca seu papel de relevância institucional e a sua estrutura física e de pessoal é planejada para viabilizar a promoção da internacionalização em diversos aspectos, incluindo o fortalecimento de grupos de pesquisa, a celebração de acordos internacionais e o acolhimento de professores, pesquisadores, estudantes e delegações estrangeiras.

Durante a análise, observou-se a preocupação em integrar as ações da ARINTER às Pró-Reitorias, assegurando contrapartidas institucionais para programas nacionais e internacionais. Isso ocorre porque a assessoria não pode atuar de forma isolada, dado o caráter transversal da internacionalização. Dessa forma, a ARINTER trabalha em estreita colaboração com as demais áreas da instituição, acompanhando de maneira integrada todo o processo que envolve as seguintes ações:

- Programas nacionais e internacionais de fomento na área de pesquisa;
- Iniciação científica e inovação;
- Estabelecer metas quanto à formação de parcerias com grupos de pesquisa de reconhecida competência e produção qualificada na área de interesse;
- Atração de pesquisadores visitantes estrangeiros com produção relevante para cooperação *in loco*;
- Participação de estudantes nos projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Missões de trabalho;
- Participação em programas e editais internacionais, além de outras formas de interação.

O PDI destaca que o IFPB iniciou em 2014 uma reestruturação da sua política de internacionalização denominada "Participativa, Plural e Interinstitucional". Esse fato representa um marco para uma mudança estratégica, tendo em vista que antes as ações de internacionalização eram pontuais e limitadas, voltadas apenas para a mobilidade acadêmica e qualificação de servidores. É válido ressaltar que há algum tempo, esta era a visão que se tinha sobre internacionalização da educação superior. Assim, o trecho reflete a evolução de uma abordagem limitada à mobilidade acadêmica para um processo ativo, mais estruturado e integrado. Além disso, a nova política alinha-se com as políticas desenvolvidas por órgãos nacionais (MEC, INEP, CAPES etc.), promovendo uma maior integração entre os objetivos institucionais e as metas nacionais.

Observa-se que a mobilidade acadêmica constitui um componente relevante no conjunto de ações. Há exemplos concretos, como o envio de estudantes ao exterior por meio de programas como o Ciência sem Fronteiras, além de iniciativas resultantes de editais e convênios com instituições de outros países.

Percebe-se que a mobilidade acadêmica, tanto presencial quanto virtual, é um dos pilares dessa política. Entre os anos 2014 e 2019, 95 estudantes participaram de intercâmbios, enquanto 163 servidores foram enviados ao exterior para capacitação. Esses números revelam o comprometimento institucional em oferecer experiências internacionais que ampliam a

formação acadêmica e profissional. Mostrou-se coerente a inclusão de programas regulares, como o *English Through Toronto*, que permite imersão linguística e cultural.

No âmbito curricular, percebe-se o esforço em promover a internacionalização em casa, com a flexibilização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e a inclusão de disciplinas em língua estrangeira. Essa abordagem reflete a busca por integrar dimensões globais no ensino, permitindo o acesso a conteúdos internacionais de forma inclusiva. Fica claro que essa estratégia potencializa a formação global dos estudantes, mesmo sem a necessidade de deslocamentos. Além disso, observou-se que as iniciativas de extensão direcionadas à internacionalização são propostas especialmente na modalidade EaD, a fim de ampliar o impacto social e acadêmico do IFPB.

Quanto à mensuração das ações, a análise do documento revelou a presença de poucos indicadores, como, por exemplo, o número de intercâmbios, as produções com coautoria internacional e as parcerias firmadas. Além disso, há um foco em avaliações periódicas do desempenho da ARINTER e no monitoramento da produção científica. Contudo, no início da seção, o documento faz referência ao link "www.ifpb.edu.br/painel/area12", que direciona para o painel de informações do PDI. Ao acessá-lo, encontra-se um conjunto de indicadores de desempenho para o acompanhamento da efetiva implantação, consolidação e expansão da política até 31/12/2024 (IFPB, 2020).

Ao analisar os indicadores, observou-se um foco estratégico na ampliação da visibilidade internacional da instituição, com ênfase no aumento das publicações internacionais, coautorias e citações por autores estrangeiros, além da promoção de eventos e revistas indexadas. Há também uma atenção especial à mobilidade acadêmica, com metas estabelecidas para o intercâmbio de professores e alunos, a oferta de disciplinas em língua estrangeira e o fortalecimento dos grupos de pesquisa.

A alocação de recursos financeiros, como o investimento mínimo de 0,5% do orçamento, juntamente com a capacitação contínua de servidores, professores e estudantes, são destacados como mecanismos essenciais para a viabilização das ações propostas. Contudo, a análise dos indicadores revelou a ausência de informações claras sobre os métodos e instrumentos que serão utilizados para monitorar e avaliar o progresso desses indicadores.

Em relação aos aspectos ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, verificou-se que não há menção explícita ao ODS 17 ou à Agenda 2030. No entanto, diversas iniciativas estão implicitamente alinhadas ao objetivo de "parcerias para o desenvolvimento sustentável", como o estímulo à cooperação internacional, o desenvolvimento de redes acadêmicas e o fortalecimento de grupos de pesquisa, entre outras.

Quanto às parcerias e acordos, essa dimensão é destacada como um dos elementos centrais no PDI do IFPB, no contexto da internacionalização. A instituição enfatiza a atuação em rede e a cooperação interinstitucional (regional, nacional e internacional), bem como a consolidação de acordos internacionais por meio da atuação da ARINTER. Tais ações estão em consonância com o conceito de parcerias globais previsto no ODS 17.

Nos tópicos relativos às ações realizadas, foi destacado que o IFPB firmou e renovou parcerias com instituições renomadas entre 2015 e 2019, período de vigência do PDI anterior. Entre as parcerias, incluem-se a Tampere University of Applied Sciences (Finlândia), a Oklahoma State University (EUA), a Universidade do Porto (Portugal), o ILSC Education Group – Toronto (Canadá), e o CUN/Colombia. Além disso, foram estabelecidos convênios com entidades como o Rotary Club João Pessoa e com grupos de pesquisa internacionais.

Essas parcerias viabilizam a implementação de ações estratégicas, como mobilidade acadêmica, desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos e a oferta de programas de dupla diplomação. No entanto, os resultados revelam que a maior parte das colaborações foi estabelecida com países da América do Norte e da Europa. Observa-se, assim, uma lacuna considerável nas parcerias de colaboração Sul-Sul, essenciais para o compartilhamento de desafios e soluções comuns entre países em desenvolvimento, conforme recomendado pelo ODS 17.

Durante a análise do documento, foram destacados alguns desafios relacionados às parcerias e acordos institucionais, como a celebração e o acompanhamento de convênios e memorandos de entendimento com instituições estrangeiras e agências de fomento nacionais, com ou sem intermediação do CONIF. Também foi citado o lançamento de editais voltados para o estabelecimento de novas parcerias internacionais e ações que promovam o aumento da cooperação internacional. Além disso, há a promoção de acordos e projetos de cooperação técnica com instituições estrangeiras, que exigem esforços para superar barreiras administrativas e culturais. Essa autonomia é essencial para garantir a continuidade e sustentabilidade das ações de cooperação internacional, reduzindo a dependência de políticas governamentais, que podem ser temporárias ou sofrer alterações em decorrência da política econômica do país.

Esses desafios indicam que o IFPB ainda encontra dificuldades em consolidar sua posição no cenário internacional. Esse contexto aponta para a necessidade de aperfeiçoamento da gestão e o planejamento estruturado para captar recursos e superar as dificuldades operacionais, além de alinhar as ações de cooperação com objetivos mais amplos, como o desenvolvimento sustentável e a internacionalização.

O IFPB reconhece a importância das parcerias interinstitucionais, pois demonstra a intenção de estabelecer parcerias com embaixadas, consulados e representações diplomáticas. Essa proposta mostra-se coerente com o ODS-17, uma vez que essa aproximação pode proporcionar oportunidades para firmar parcerias estratégicas, facilitar intercâmbios acadêmicos e culturais e acessar programas de cooperação técnica e financeira oferecidos por esses órgãos.

No que diz respeito à transferência e ao compartilhamento de conhecimento e tecnologia, o IFPB delinea ações que promovem a disseminação de saberes e inovações tecnológicas, com o objetivo de enfrentar desafios tanto locais quanto globais. Nesse contexto, são propostas iniciativas como o "aprofundamento do alcance internacional nas ações de extensão, especialmente em projetos e temas de grande impacto: mudanças climáticas, recursos hídricos, educação, saúde e sustentabilidade" (IFPB, 2020, p. 220). Esse trecho evidencia o compromisso do IFPB com a abordagem de questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável. A ênfase em temas de relevância global reflete uma visão estratégica voltada para o impacto coletivo, alinhando-se aos ODS, particularmente àqueles que exigem cooperação multilateral e uma abordagem interdisciplinar.

Entre as iniciativas mapeadas nessa dimensão, estão a promoção de mobilidade e intercâmbio nacional e internacional, tanto presencial quanto virtual, a cotutela e a dupla diplomação, citada também como desafio na área da graduação, e a participação de estudantes de iniciação científica em ações internacionais. Além disso, destaca-se a internacionalização da produção científica e dos laboratórios de pesquisa, bem como a oferta de oportunidades para estágios no exterior durante a graduação. Essas ações promovem a troca de conhecimento, fortalecem redes de cooperação técnica e científica e incentivam a inovação tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Houve também o registro de palestras com representantes consulares e eventos na área de ciência e inovação. Os demais eventos foram direcionados ao fortalecimento de áreas internas que tratam diretamente da temática internacional e *workshops* sobre capacitação linguística. Nesse sentido, o PDI propõe: "incentivo aos alunos a participarem de eventos internacionais, ampliação da participação do IFPB em redes e associações nacionais e internacionais de cooperação e de pesquisa" (IFPB, 2020, p. 223). Embora mencione pesquisa e cooperação, não há destaque de como ocorrerá trocas internacionais em contextos de desenvolvimento sustentável. As ações referentes à formação acadêmica buscam proporcionar conhecimento técnico-científico aos estudantes, enriquecendo suas experiências e promovendo valores como cidadania, ética e respeito à diversidade, que são temáticas associadas aos ODS.

Quanto à captação de recursos, observa-se o esforço para mobilizar recursos financeiros adicionais que viabilizem as iniciativas de internacionalização. Com relação a isso, o PDI menciona o “estabelecimento de parcerias como meio de captação de recursos extraorçamentários”, estratégia que está alinhada à meta 17.3 do ODS-17. Por meio das parcerias, a instituição busca diversificar suas fontes de financiamento, assegurando a sustentabilidade das ações e programas voltados à mobilidade acadêmica e aos projetos de pesquisa que envolvem ciência, tecnologia e inovação.

No âmbito da cooperação internacional, o documento cita algumas ações realizadas durante a vigência do PDI 2015-2019. Dentre elas, destacam-se visitas técnicas e missões internacionais, consideradas importantes para ampliar as parcerias estratégicas e consolidar novas áreas de cooperação. Nesse período, o IFPB também recebeu visitas de professores, pesquisadores e representantes de diversas instituições internacionais, como a Universidade do Minho (Portugal), Oklahoma State University (EUA), Universidade de TAMK (Finlândia), Toronto First Steps (Canadá), e Cégep de Chicoutimi (Canadá), além de representantes da França e uma comitiva empresarial da China. Essas ações também contribuem para a troca de boas práticas e o estabelecimento de novas parcerias estratégicas e acordos de cooperação, visando o desenvolvimento de pesquisas e compartilhamento de tecnologia.

Nesse sentido, o PDI aponta desafios, como a necessidade de elaboração de estratégias de cooperação internacional, buscando reduzir a dependência de programas e ações centralizadas no Governo Federal. Isso implica em buscar maior autonomia institucional para estabelecer parcerias e iniciativas internacionais, diversificando fontes de apoio e oportunidades.

Com relação à categoria de pesquisa em colaboração, percebe-se que esta área recebeu atenção, visto que o IFPB conta com 164 grupos de pesquisa que mantêm alguma interação com parceiros estrangeiros. Parte desses vínculos foi descrita no PDI como informal, mas é possível notar uma preocupação em ampliar a colaboração internacional. Sob a ótica do ODS 17, essas interações representam um potencial para fortalecer parcerias globais, promover inovação e compartilhar conhecimentos.

Quanto às ações de capacitação, não foram identificadas ações internacionais de capacitação diretamente vinculadas à temática de desenvolvimento sustentável. No entanto, destaca-se uma ênfase na capacitação relacionada a cursos de idiomas entre estudantes, docentes e técnico-administrativos, que podem contribuir de forma indireta para o ODS 17, visto que esse resultado reflete o que foi apontado pela SDSN (2018) sobre a capacitação

educacional ser um fator essencial para que os países em desenvolvimento possam enfrentar de maneira eficaz os desafios relacionados à sustentabilidade.

O aprendizado de uma nova língua é fundamental para promover uma educação de qualidade, estabelecer parcerias estratégicas e preparar estudantes, docentes e servidores para programas de mobilidade acadêmica e profissional e ampliar a participação da comunidade acadêmica em redes internacionais.

Apesar desses avanços, percebe-se a ausência de programas específicos para a inclusão de línguas regionais, como o espanhol, que poderia facilitar a integração com países da América Latina, alinhando-se à estratégia de parcerias Sul-Sul.

A análise das ações de internacionalização presentes no PDI 2020-2024 do Instituto Federal da Paraíba aponta que a instituição tem procurado ampliar sua atuação no cenário mundial, fortalecendo parcerias estratégicas e incentivando a colaboração entre diversos grupos acadêmicos. A inclusão de um capítulo específico sobre o tema evidencia o entendimento de que a internacionalização contribui de forma relevante para o desenvolvimento institucional e para a formação de estudantes, docentes e técnicos, reafirmando o compromisso do IFPB em integrar dimensões internacionais às suas práticas educativas.

Os desafios encontrados envolvem a sustentabilidade das ações, a ampliação das parcerias Sul-Sul e a adoção de estratégias de monitoramento com métodos claros de avaliação. A ausência de uma abordagem explícita aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o ODS 17, sinaliza a necessidade de aprimorar a relação entre as iniciativas internacionais e o desenvolvimento sustentável. Contudo, os avanços já registrados em parcerias e mobilidade, bem como as perspectivas de fortalecimento da pesquisa em colaboração, apontam para a possibilidade de promover maior inserção internacional e, conseqüentemente, contribuir com a formação integral da comunidade acadêmica.

5.3 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO

A análise dos Relatórios de Gestão do Instituto Federal da Paraíba referentes ao período de 2019 a 2023 busca identificar como a internacionalização e o alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 foram abordados no monitoramento e na prestação de contas das ações institucionais. Os relatórios de gestão são documentos obrigatórios elaborados anualmente pelas instituições públicas, em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme estabelecido na Instrução Normativa TCU n.º 84 de 22 de abril de 2020. Esses documentos têm a finalidade de demonstrar a aplicação dos recursos

públicos, avaliar o cumprimento dos objetivos estratégicos e subsidiar os processos de controle externo.

5.3.1 Análise do Relatório de Gestão 2019

A partir da categoria “ações de Internacionalização”, a análise demonstra que as iniciativas de internacionalização do IFPB abrangem diversos programas e atividades que visam consolidar parcerias, promover mobilidade acadêmica e profissional, compartilhar conhecimentos e incentivar a cooperação internacional. De modo geral, as ações identificadas concentram-se em três grandes áreas: editais e chamadas internas, realização de eventos de caráter internacional e formalização de parcerias e acordos institucionais.

Ao analisar o código referente aos acordos e parcerias, destaca-se a busca pela consolidação de parceria com instituições do Canadá, Estados Unidos, China e países da América Latina. Tais acordos se destinam a atividades de pesquisa conjunta, mobilidade de estudantes e docentes, além de programas de dupla diplomação que ampliam as oportunidades para o público acadêmico do IFPB.

O Relatório apresenta diversas iniciativas alinhadas ao desenvolvimento sustentável. Há destaque para diversas ações do IFPB relacionadas à formalização de Memorandos de Entendimento (MOUs) e convênios de cooperação técnica, acadêmica e científica, evidenciando sua articulação com outras instituições. Um exemplo é a parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no âmbito do projeto “Implementação de boas práticas de qualidade, ambientais e de segurança do trabalho na fabricação de açúcar e álcool derivados do cultivo da cana-de-açúcar” (IFPB, 2019, p. 245). O processo foi submetido ao Ministério da Educação (MEC) para apreciação, reforçando a integração institucional em nível nacional.

O documento também menciona a negociação e assinatura de acordos com parceiros internacionais, como a Rice University (EUA), que manifestou interesse em colaborar no desenvolvimento de equipamentos médicos e outras instituições. Esses instrumentos fortalecem a colaboração interinstitucional e intersetorial em áreas como pesquisa, desenvolvimento tecnológico e intercâmbio acadêmico.

Ainda dentro do aspecto das parcerias e acordos, outra ação que merece destaque é a recepção ao cônsul da França para o Nordeste, ocasião em que foram discutidas possibilidades de convênios com instituições francesas. O encontro permitiu a troca de informações sobre pesquisa e mobilidade estudantil, ampliando oportunidades internacionais para docentes e

alunos do IFPB. Além disso, ocorreram reuniões com representantes do Canadá, do Chile e da Colômbia que reforçaram a consolidação de redes colaborativas e o planejamento de futuros projetos envolvendo mobilidade, publicações conjuntas, cursos de verão e eventos interinstitucionais.

Essas ações refletem o compromisso do IFPB em estabelecer parcerias que promovam o intercâmbio de conhecimento e fortaleçam programas de formação. A ampliação das relações internacionais estimula a disseminação de práticas inovadoras, a cooperação em temas como desenvolvimento sustentável e educação, e o compartilhamento de recursos, beneficiando estudantes, servidores e toda a comunidade acadêmica.

No que se refere à transferência e disseminação de conhecimento, o relatório evidencia a participação ativa do IFPB em eventos, *webinars* e conferências voltados para a educação internacional, políticas de inovação e iniciativas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

Verifica-se que há registros de *workshops*, conferências e *webinars* que envolveram países como Canadá, Colômbia, França e Chile. Esses momentos de discussão incentivam a disseminação de informações sobre estudos no exterior, cooperação acadêmica, fomento à pesquisa e outras práticas que fortalecem o cenário de internacionalização. A promoção e a participação em eventos que buscam expandir o conhecimento são coerentes com o objetivo de unir esforços em prol do desenvolvimento coletivo, conforme expresso no ODS 17.

Entre os temas mais recorrentes dos eventos mencionados, destacam-se a educação e a sustentabilidade, a internacionalização do ensino superior e a inovação em pesquisa e educação técnica e profissional. Eventos como a IX Semana de Química abordaram questões relacionadas à sustentabilidade, promovendo reflexões sobre a formação docente e a conscientização ambiental, evidenciando o alinhamento das ações com as demandas contemporâneas. Além disso, é válido destacar a participação do IFPB no *webinar* “Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, realizado com a participação de assessores de relações internacionais e da UNESCO, o qual destacou o papel das instituições de ensino na promoção dos ODS, consolidando a importância do tema para o contexto educacional.

O tema da internacionalização do ensino superior foi amplamente explorado em eventos e programas, como a parceria com o Campus France Brasil, e o *workshop* "Colaboração Internacional entre Brasil e União Europeia em Pesquisa e Inovação", que enfatizaram a mobilidade acadêmica, a colaboração internacional em pesquisa e inovação, além de oferecer oportunidades de estudo no exterior. A participação em *webinars* promovidos pelo Congresso das Américas sobre Educação Internacional (CAEI) também evidenciou o papel das instituições

de ensino superior no incentivo à inovação, colaboração e desenvolvimento, promovendo uma troca de experiências entre países das Américas.

Iniciativas como a conferência virtual da UNESCO-UNEVOC, que tratou da inovação na educação técnica, reforçam a necessidade de adaptação às transformações globais, especialmente em áreas ligadas à economia circular, mudanças climáticas e competências do futuro. Isso demonstra a relevância da cooperação global para a promoção da educação e da sustentabilidade.

A inovação em educação técnica e profissional foi outro ponto de destaque, com eventos como o *webinar* "Plataformas Colaborativas para Excelência Vocacional", que discutiu o impacto das mudanças tecnológicas, da digitalização e da economia circular na formação profissional. O conteúdo do evento reforça a necessidade de garantir que a educação não apenas acompanhe as mudanças mundiais, mas esteja à frente na busca de soluções.

A participação em eventos desse porte demonstra uma busca ativa do IFPB por integrar-se a programas de destaque internacional, promovendo a capacitação de seus pesquisadores e ampliando o alcance das suas ações em pesquisa e inovação.

Em relação à análise dos códigos de "capacitação", "línguas e idiomas" e aos editais, nota-se que há um número significativo de oportunidades direcionadas à capacitação de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos. Os objetivos envolvem o desenvolvimento de habilidades linguísticas, por meio de iniciativas como, por exemplo, os Editais de Imersão em Língua Inglesa e Francesa promovidos por instituições como a ILSC Schools of Canada.

Outro exemplo de iniciativa alinhada a esse objetivo é o oferecimento de cursos de Português como Língua Estrangeira (PLE). A disponibilidade de vagas presenciais e a distância possibilita a formação linguística de estrangeiros e refugiados, propiciando integração à cultura local e acesso ao ensino superior brasileiro. Essa prática aproxima diversas comunidades e favorece a troca de experiências, ampliando o alcance social das ações do IFPB. Desse modo, o ensino de línguas aparece como uma estratégia para integrar estrangeiros e ampliar a mobilidade acadêmica.

No âmbito da cooperação internacional, busca-se estimular a participação em intercâmbios e programas de mobilidade internacional, como, por exemplo, o Sakura High School Program, programa realizado no Japão, que oferece aos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPB a oportunidade de participar de um programa de intercâmbio com o Japão. O intercâmbio contribui para a transferência de conhecimento ao expor os estudantes a práticas avançadas de ciência e tecnologia no Japão, permitindo a

incorporação dessas ideias em seus contextos locais. O programa promove o intercâmbio entre Brasil e Japão, fortalecendo o acesso à ciência, tecnologia e inovação por meio da cooperação internacional.

Outro destaque é a cooperação técnica com Honduras para o fortalecimento de competências docentes na área de cadeias agroindustriais. O relatório cita a indicação para intercâmbio de um professor do IFPB, reforçando o potencial de colaboração internacional no âmbito de projetos específicos. Cada uma dessas ações promove a troca de experiências e a formação de redes, em consonância com a meta de reforçar as parcerias globais propostas pelo ODS 17.

De acordo com o relatório, houve também a solicitação de representante para o programa La Passion - Edição 2020, um programa que promove o intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação para trabalharem em projetos colaborativos internacionais usando a metodologia *Design Thinking*, formando equipes multidisciplinares e multiculturais para resolver desafios propostos em temas definidos, combinando inovação e criatividade em projetos reais.

Quanto ao aspecto relacionado aos projetos e programas de cooperação, algumas das iniciativas identificadas sob esse código estão relacionadas ao desenvolvimento de projetos conjuntos e à viabilização de missões institucionais. Um caso relevante é o encontro com a Corporación Unificada Nacional de Educación Superior (CUN), da Colômbia, com vistas à criação de um programa de dupla diplomação para alunos de Engenharia Elétrica. Essa interação contribui para a ampliação de oportunidades de formação internacional para os alunos da instituição e fortalece os laços entre as instituições de ensino dos dois países.

Em termos de financiamento, o relatório menciona a divulgação de oportunidades oferecidas por instituições privadas como a Huawei (Huawei Innovation Research Program – HIRP). A disseminação de editais e chamadas internas, voltadas ao apoio de projetos de tecnologia e engenharia, incentiva a busca por fontes complementares de recursos. Assim, a instituição assegura meios de execução de pesquisas que podem gerar resultados significativos, com impacto local e internacional.

O relatório também cita a reunião realizada com a instituição Cégep de Chicoutimi (Canadá), na qual foi discutida a elaboração de um Plano de Trabalho para o financiamento de bolsas destinadas a professores e alunos canadenses. Além disso, outra captação de recurso foi realizada pela Agência Brasileira de Cooperação que custeou o intercâmbio de um professor do IFPB, conforme ação citada anteriormente.

A análise do Relatório de Gestão de 2019 evidencia o compromisso do IFPB com a promoção da internacionalização como estratégia fundamental para o fortalecimento institucional e a integração global. As ações implementadas demonstram um esforço coordenado para consolidar parcerias estratégicas, fomentar a mobilidade acadêmica e profissional, compartilhar conhecimentos e captar recursos externos. Iniciativas como a participação em programas de intercâmbio, projetos de pesquisa colaborativa, eventos internacionais e capacitações linguísticas e técnicas refletem uma visão abrangente de internacionalização, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente ao ODS 17.

Esse panorama reforça o papel do IFPB como um agente ativo na construção de redes globais de cooperação e no desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios contemporâneos, promovendo o impacto positivo de suas ações tanto no âmbito local quanto internacional.

5.3.2 Análise do Relatório de Gestão 2020

Ao analisar o relato integrado de 2020, é importante destacar que as ações de internacionalização do IFPB foram substancialmente impactadas pela pandemia de COVID-19. Muitos projetos, intercâmbios e eventos presenciais foram adiados ou reconfigurados para o formato virtual. Este cenário evidenciou a preocupação da instituição em garantir a continuidade das iniciativas de internacionalização, assegurando o cumprimento de seus objetivos de estabelecer parcerias, promover o compartilhamento de conhecimento, captar recursos e manter a cooperação internacional.

Durante a análise da categoria das ações de internacionalização, observa-se de modo geral que o IFPB procurou adaptar suas ações, promover discussões on-line e manter a colaboração com parceiros nacionais e estrangeiros por meio de reuniões virtuais, *webinars* e propostas de intercâmbios a distância. O relatório também registrou iniciativas como a criação e manutenção de parcerias, prospecção de novos convênios, além de cursos de imersão e mobilidade virtual.

Identificou-se a realização de oficinas e iniciativas de capacitação voltadas para servidores e discentes, além de publicações conjuntas e reuniões de planejamento para o desenvolvimento de políticas institucionais de internacionalização. Destacam-se, ainda, os esforços para oferecer apoio financeiro a discentes e servidores em atividades internacionais, assim como as discussões sobre a regulamentação de auxílios para tais ações.

Quanto à categoria ODS-17, os trechos relacionados ao código “parceria” evidenciam diversos registros de prospecções e formalização de convênios. Há iniciativas como a proposta de colaboração entre o IFPB e a “Associação Profissional de Formação Profissional, membro da WFCP no âmbito do Projeto Erasmus+” (IFPB, 2020). A perspectiva é ampliar a participação do Instituto em programas de intercâmbio e cooperação científica com outras instituições estrangeiras. Também houve a intenção de firmar um Memorando de Entendimento (MOU) com a Universidade Save, em Moçambique, envolvendo ações conjuntas de extensão, pesquisa e mobilidade, destacando as possibilidades de troca de conhecimentos em áreas de interesse comum.

Ainda nesse aspecto, foram observadas ações relacionadas às negociações com a Corporación Unificada Nacional de Colômbia, reforçando a importância de estabelecer laços de caráter acadêmico e cultural com parceiros internacionais. O relatório ainda cita potenciais acordos com a AFS Intercultura Brasil, sinalizando a relevância de programas que incentivam vivências em ambiente estrangeiro, interculturalidade e promoção de valores que aproximam diferentes países.

Esses diálogos foram conduzidos por meio de encontros virtuais ou presenciais, os quais foram identificados na categoria de internacionalização pelo código “reunião”. Dentre eles, podemos destacar a reunião realizada entre o IFPB e a Altissia, cujo objetivo foi dialogar sobre uma possível parceria para implementação do Projeto de Idiomas Altissia, uma plataforma digital que oferece cursos de idiomas on-line e outros serviços. Esta parceria poderá contribuir para o ODS-17, visto que busca promover capacitação linguística e assim facilitar a troca de conhecimento na área da educação.

Também foram citadas algumas reuniões realizadas para tratar de assuntos relacionados ao Programa Estudante-Convênio-Graduação (PEC-G), ao qual o IFPB está vinculado, como a reunião com o Consultor do PEC-G, a fim de conhecer o desenvolvimento do programa no Brasil e estreitar vínculos com ele.

Em meio a essas tratativas, o Relatório ressalta a disposição em fortalecer redes já existentes e integrar novas redes e consórcios internacionais, o que demonstra o papel das parcerias como elemento fundamental para a expansão do intercâmbio de conhecimento, a melhoria das práticas pedagógicas e o alcance de objetivos relacionados ao desenvolvimento institucional.

A promoção de práticas educacionais e científicas se faz presente em várias partes do Relatório. Sobretudo durante a análise da categoria ODS 17, o aspecto da transferência e

compartilhamento de conhecimento envolvendo temas globais aparece em diversas menções do documento, sugerindo uma estratégia consistente de promoção de conhecimento.

Destaca-se, por exemplo, as ações de extensão como o trabalho do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Astronomia (NEPA), que organiza eventos, publicações e atividades de extensão, sempre em diálogo com entidades ligadas à astronomia em nível nacional e internacional. O NEPA contou com publicações específicas sobre astrofotografia e participação em transmissões on-line dedicadas à divulgação científica, contribuindo para a difusão de práticas educacionais.

Outra ação da extensão refere-se à publicação da Revista *Práxis: Saberes da Extensão* que se apresenta como um meio para publicar resultados de ações extensionistas em contextos nacional e internacional, abordando questões sociais, ambientais e tecnológicas.

Com relação ao código “eventos”, o relatório apresenta uma lista considerável de encontros sobre temas como Internacionalização, Internacionalização em Casa, Saúde mental, Pandemia, uma série de *webinars* do programa BraVe (que incentiva a realização de intercâmbio acadêmico virtual) sobre boas práticas de internacionalização e outros tópicos, realizados por meio de eventos e *webinars* (on-line). Esses eventos foram organizados ou apoiados pelo IFPB, em parceria com instituições externas, e oferecidos a docentes, discentes e gestores interessados em aprimorar ou conhecer experiências internacionais. Essas ações reforçam a intenção de compartilhar conhecimento em ambientes remotos.

No âmbito do aspecto da transferência e compartilhamento de conhecimento do ODS-17, destacam-se os seguintes eventos:

- Educação no Mundo 4.0: Série de *webinars* sobre educação e inovação;
- *Webinar* “Cidadania global e competências interculturais para comunidades educativa: Discussão sobre cidadania global e ferramentas aplicáveis em sala de aula;
- Internacionalização em Casa: Estratégias de internacionalização em casa e do currículo;
- Missão Brasil-Bolívia: Convite para visita técnica às Universidades Indígenas Bolivarianas para troca de boas práticas de internacionalização e fortalecimento de vínculos;
- II SINTA: Evento que abordou mobilidade, cooperações internacionais e desenvolvimento linguístico;
- *Webinar* "Inovação na Educação" com a Turko University of Applied Science: uma oportunidade para explorar a metodologia inovadora da educação finlandesa.

Esses eventos serviram para apresentar avanços de projetos colaborativos, planejar novas ações conjuntas e discutir possíveis caminhos para parcerias futuras. Além do destes, pode-se destacar as seguintes ações da ARINTER relacionadas ao ODS-17:

- Publicação no *site* dos relatos de experiência dos estudantes da Educação a Distância do IFPB que participaram da Imersão em Língua Inglesa. Ao serem disponibilizados no *site*, esses relatórios servem como uma ferramenta prática para disseminação de boas práticas e aprendizado adquiridos durante o intercâmbio;
- Questionário de desenvolvimento de boas práticas para o desenvolvimento sustentável EDS;
- Reunião com gestores da Capes, Espep e da Florida Christian University para fins de divulgação do V Congresso Mundial de Educação Global Desenvolvimento Humano e Gestão da Inovação Intereducation, realizado em João Pessoa.

Essas atividades promovem o compartilhamento de boas práticas e a mobilização de recursos tecnológicos e intelectuais, contribuindo para a construção de alianças globais que fortalecem a internacionalização da educação e ampliam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Relatório aponta diferentes iniciativas de capacitação identificadas através do código “Línguas Estrangeiras/Idiomas” e “capacitação”, incluindo cursos de idiomas e oficinas para docentes, técnico-administrativos e discentes. Foram identificadas algumas ações como a seleção de professores para cursos de aperfeiçoamento no ensino da língua espanhola e o programa cultural “*Un Paseo Cultural por España*”, que destacou o fortalecimento de competências linguísticas e culturais.

A oferta de testes como o TOEIC Bridge e os exames de proficiência em línguas estrangeiras (inglês, francês e espanhol) evidencia uma preocupação com a qualificação linguística para atender às demandas acadêmicas e de mobilidade. Vale salientar que algumas ações foram canceladas, devido às restrições impostas pela pandemia, como o Curso de Imersão Bilíngue no Canadá e alguns editais para discentes.

Na perspectiva de oficinas formativas, cita-se a participação em atividades sobre o Direito dos Refugiados, promovidas pela ACNUR em conjunto com o CONIF, demonstrando o compromisso de inclusão e acolhimento com diversos públicos, além de tratar de assuntos que afetam a mobilidade internacional. Essas atividades estão relacionadas à categoria ODS-17, mais especificamente no aspecto do desenvolvimento de capacidades. Os resultados

revelam o interesse institucional em promover oportunidades de formação e preparar a comunidade acadêmica para atuar em cenário internacional, visto que esses fatores contribuem para uma educação de qualidade, entre outros fatores.

Foram apontadas algumas iniciativas de âmbito interno como, por exemplo, apoio financeiro para auxiliar estudantes estrangeiros (PEC-G), bem como discussões sobre regulamentações internas de concessão de bolsas e ajuda de custo no âmbito da mobilidade. Desse modo, percebe-se que o IFPB demonstra interesse em tornar o intercâmbio mais acessível, mesmo em um contexto adverso.

Há referência ao diálogo sobre a elaboração de um regulamento de concessão de ajuda de custo para alunos, permitindo que possam arcar com despesas como passagens aéreas, taxas de matrícula em instituições parceiras, passaporte e outros itens. Essa preocupação é descrita em reuniões com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), a Pró-Reitoria de Ensino (PRE) e demais setores responsáveis.

Em alguns casos, as ações previstas precisaram ser adaptadas ou adiadas, mas o Relatório menciona prospecções de editais de cooperação científica e técnica em âmbito internacional e a tentativa de firmar parcerias que possam envolver financiamento de empresas ou organismos internacionais.

Embora a pandemia tenha motivado o adiamento de algumas chamadas, é perceptível o interesse do IFPB em garantir a sustentabilidade orçamentária das ações de internacionalização, mostrando o engajamento do Instituto em fomentar o ODS 17 no que diz respeito à mobilização de recursos. No âmbito da cooperação internacional, percebe-se que, assim como as demais áreas da internacionalização, essa também foi afetada pela pandemia com redução de suas ações. No entanto, foram identificadas algumas ações que envolvem intercâmbios virtuais ou editais de mobilidade para estudantes de Educação a Distância.

Com relação ao código de mobilidade, destaca-se ainda a modalidade de Internacionalização em Casa via "Intercâmbios Virtuais", iniciativa voltada à troca de experiências e ao aprendizado intercultural, mas em ambiente on-line. As ações virtuais ganharam relevância em 2020, visto que ela conseguiu atender à demanda por soluções que dispensassem deslocamentos e mantivessem ativo o contato internacional. Nesse aspecto, foram identificadas as seguintes iniciativas:

- Elaboração e Publicação de Edital para discentes da Educação a Distância do IFPB e Edital para Alunos do Ensino Superior (Tecnólogos, Bacharelado e Licenciatura) (posteriormente cancelado devido à pandemia);

- Continuação do Edital n.º 15/2019: Seleção interna de servidores para curso de imersão bilíngue em inglês e francês, oferecido pela ILSC Schools of Canada, em Montreal. Apesar de ter sido cancelado devido à pandemia, é uma ação diretamente ligada à cooperação internacional por envolver um curso no Canadá.
- Chamada Pública n.º 01/2020: Seleção de professores para curso de aperfeiçoamento no ensino de Língua Espanhola, ofertado pela Embaixada da Espanha no Brasil.

As ações citadas contribuem para o fortalecimento de capacidades institucionais e individuais, alinhando-se ao propósito de integrar esforços globais em prol da educação e do desenvolvimento sustentável. Além disso, elas incentivam o intercâmbio de conhecimento e a formação de redes colaborativas, elementos essenciais para o cumprimento da meta 17.9, que trata de promover capacitação direcionada em países em desenvolvimento por meio de cooperação internacional para apoiar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Ademais, não foram identificadas ações relacionadas ao código referente a pesquisas e projetos em colaboração, programas de dupla titulação ou iniciativas similares que promovam a integração acadêmica entre instituições nacionais e internacionais, fato que deve estar relacionado à pandemia, que limitou a implementação de ações presenciais e o estabelecimento de novas parcerias. Quanto ao código “captação de recursos” da categoria ODS-17, também não foram identificadas ações específicas de financiamento externo para viabilização de projetos de internacionalização.

5.3.3 Análise do Relatório de Gestão 2021

No ano de 2021, o IFPB continuou a desenvolver ações voltadas à internacionalização, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. O período demandou criatividade e adaptação, com muitas iniciativas sendo realizadas em formato virtual e algumas ações presenciais retomadas gradualmente. O Relatório de Gestão 2021 apresenta uma diversidade de atividades alinhadas ao ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação, abrangendo áreas como parcerias, capacitação, cooperação técnica, transferência de conhecimento e mobilização de recursos.

Durante a análise das ações de internacionalização, percebe-se que o IFPB buscou adaptar suas práticas ao formato remoto, além de criar oportunidades de colaboração internacional. Editais de mobilidade, treinamentos, parcerias estratégicas e eventos virtuais

compõem uma estratégia consistente para fomentar o intercâmbio de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades da comunidade acadêmica.

No âmbito das parcerias intersetoriais (código: parceria), a análise do Relatório de 2021 demonstra esforços significativos para estabelecer e fortalecer acordos de cooperação internacional. Dentre as ações apontadas pela ARINTER, destaca-se a assinatura de protocolos de intenção com duas instituições de Guiné-Bissau: o Instituto Superior Politécnico São João Bosco (ISPJSB) e o Instituto Nacional de Formação Técnica Profissional (INAFOR). Esses acordos possibilitam a realização de intercâmbio de estudantes, docentes e técnicos administrativos, além de projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão, reforçando o papel do IFPB na construção de redes colaborativas com países em desenvolvimento e contribuindo para cooperação Sul-Sul.

Percebe-se que o IFPB tem priorizado a transferência e a disseminação de conhecimento por meio da realização e da participação em eventos, tanto presenciais quanto virtuais, compostos, em sua maioria, por webinários e conferências. Essas ações são de grande relevância, visto que elas promovem a troca de conhecimento, fortalecem parcerias e ampliam o impacto das ações institucionais na sociedade.

No cenário interno, houve a realização da “I Roda de Conversa sobre Experiências Internacionais” envolveu o compartilhamento de vivências de intercâmbios por parte de profissionais da instituição, inspirando a comunidade acadêmica a explorar oportunidades de mobilidade e reforçando a importância da aprendizagem de línguas estrangeiras.

No âmbito da extensão, a internacionalização esteve presente em eventos como o “6º Encontro de Extensão e Cultura do IFPB (ENEX) com troca de vivências e enfrentamento das desigualdades sociais e o “4º Simpósio de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (SIMPIF) com o tema: Educação, Ciência e Tecnologia: salvando vidas, construindo o futuro. Essas atividades enfatizam a relevância de iniciativas educacionais, científicas e culturais que contribuem com a disseminação de práticas inovadoras e ampliam a visibilidade das ações do IFPB no cenário internacional.

Entre os diversos temas abordados nos eventos organizados ou apoiados pelo IFPB, alguns se destacam por estarem diretamente alinhados ao ODS-17. Um exemplo é a participação do instituto no “9º Diálogo Brasil-Alemanha”, evento promovido pela FAPESP e o Centro Alemão de Ciência e Inovação, que proporcionou um debate multidisciplinar sobre sustentabilidade, urbanização e mudanças climáticas. Além disso, o *webinar* “FAUBAI - Interregional Dialogues: India - South America” (código: conhecimento) focou em novas

formas de cooperação Sul-Sul, Norte-Sul e na internacionalização do currículo, propondo sugestões para aplicação em projetos dentro do IFPB, alinhando-se à meta 17.9 do ODS-17.

Outra ação que merece destaque foi a participação do IFPB no *webinar* promovido pela UNESCO Global Skills Academy em parceria com o Coursera, que teve como foco a introdução à plataforma Coursera for Campus. O evento teve como objetivo o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias educacionais, a fim de contribuir com o fortalecimento das capacidades institucionais. Essa colaboração se alinha diretamente ao ODS-17, visto que facilita o acesso a recursos educacionais inovadores.

Ainda dentro da perspectiva do ODS-17, o IFPB participou também do evento Going Global 2021 - British Council, que discutiu parcerias éticas e futuros sustentáveis, promovendo o diálogo entre instituições de diferentes países. Já o programa COOPEREMOS: I Fórum de Internacionalização dos IFs do Nordeste consolidou um espaço para compartilhamento de experiências, incluindo sessões sobre mobilidade, ensino de línguas e cooperação internacional e divulgação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação realizadas por esses institutos e seus parceiros.

A realização de seminários, conferências, workshops e feiras permite ao IFPB não apenas compartilhar o conhecimento gerado em suas pesquisas e projetos de extensão, mas também construir redes de cooperação com outras instituições, tanto nacionais quanto internacionais. Além disso, a participação em eventos externos contribui para a formação continuada de estudantes, docentes e técnicos, e reforça a integração do instituto em discussões de relevância local e mundial.

No que se refere à análise do código "financiamento", observou-se que, de forma explícita, há poucas iniciativas direcionadas ao suporte financeiro de ações de internacionalização relacionadas ao ODS-17. No entanto, um exemplo relevante é a publicação do edital de chamada pública para bolsas de estudo de mestrado na Universidad de Jaén, na Espanha, em parceria com a Embaixada da Espanha. De acordo com o relatório, todas as despesas dos selecionados foram integralmente custeadas pela embaixada, garantindo acessibilidade e inclusão aos participantes.

Outra ação destacada foi o programa de recepção de professores visitantes no Instituto Politécnico de Bragança, que também assumiu integralmente as despesas. Além disso, foi mencionado o edital de seleção para Assistentes brasileiros de língua portuguesa na França, com todas as despesas custeadas pela Embaixada da França. Embora a captação de recursos externos tenha sido limitada, as ações registradas evidenciam a busca contínua por

financiamento por meio de acordos e parcerias, com o objetivo de viabilizar programas de intercâmbio e fortalecer a internacionalização institucional.

No que tange à mobilidade acadêmica, observa-se que o IFPB conseguiu retomar gradualmente a publicação dos editais decorrentes dos acordos de cooperação e parceria, embora, em 2020, alguns desses editais tenham sido cancelados ou adiados devido à pandemia da COVID-19.

No ano de 2021, o IFPB publicou alguns editais de mobilidade acadêmica, incluindo o Edital n.º 19/2021, que selecionou servidores (professores e técnico-administrativos) para intercâmbio no Canadá, oferecendo uma experiência acadêmica no exterior e aprendizado de um novo idioma; e o Edital de Seleção de Estudantes da Rede Federal, destinado a alunos de graduação para concessão de bolsas de estudo de mestrado na Universidad de Jaén.

Ao analisar o código “cooperação”, destacam-se alguns programas com maior alinhamento ao ODS-17, como, por exemplo, o programa “Pontes Americanas: Power4Girls: Empower to Lead”, em parceria com a embaixada Americana, que promoveu o empoderamento feminino, a inovação e a sustentabilidade.

Outra iniciativa de destaque foi o projeto piloto com o Canadian College, que apresentou a plataforma SMRT English para promover o ensino de inglês. Essa parceria ofereceu acesso gratuito à ferramenta para alunos e servidores, ampliando a capacitação linguística e o acesso a tecnologias educacionais inovadoras. Além disso, o IFPB manteve um vínculo com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em Portugal, por meio de editais para mobilidade acadêmica e programas de recepção de professores visitantes das áreas de Enfermagem, Engenharia Mecânica, Farmácia, Geografia, Gestão, Jogos Digitais, Jornalismo, Marketing Digital, Música e Veterinária.

Essas ações evidenciam o esforço do IFPB em ampliar sua participação em projetos internacionais e alinhar suas práticas aos objetivos do desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a meta 17.6, que trata de fortalecer a cooperação regional e internacional.

O desenvolvimento de capacidades foi fortalecido por meio de treinamentos e cursos voltados à comunidade acadêmica, representados pelos códigos “capacitação” e “Línguas estrangeiras e Idiomas” e, na categoria ODS-17, o código de “capacitação em desenvolvimento sustentável”. Foi percebido um aumento no número de ações para capacitação em relação ao ano anterior; no entanto, é válido ressaltar que os cursos e editais foram todos oferecidos em parceria com outras instituições ou empresas.

Como de costume, o IFPB realiza algumas iniciativas internas na área de idiomas. Em 2021, foram publicados os editais para exames de proficiência em língua estrangeira e também

em português para alunos do Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros (CLIFE).

Foram ofertados também cursos e treinamentos com temáticas mais específicas que se alinham ao ODS-17 na área de ciência, tecnologia e inovação e questões de âmbito global como:

- Edital do CONIF para o curso “*Animer des Classes Virtuelles*” (animação de aulas virtuais), que buscou capacitar professores da Rede Federal para o ensino em ambientes virtuais;
- Edital para o programa “*Link Me Up - Training Program for Curricular Projects with Companies*”, que abordou a inovação no ensino, em parceria com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB).
- Edital CONIF de seleção para o treinamento “*Domótica KNX*”, oferecido pela Embaixada da Espanha, que abordou tecnologias de automação, conectando o IFPB a técnicas inovadoras.
- Atividade de Simulação ONU/IFPR - *Change The World*: abordando temas como fome, terrorismo, direitos das mulheres, direitos humanos, guerras e corrupção, promovendo diálogo aberto sobre questões sociais em nível mundial.
- Seleção de docentes da Rede Federal para curso internacional sobre competências digitais e produção de materiais didáticos para ensino on-line, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).
- Capacitação em acolhimento e assistência a estudantes estrangeiros, realizada no IFMA. Esse também é um exemplo de boas práticas voltadas à inclusão e integração intercultural.

Essas iniciativas contribuem para ampliar as competências técnicas, linguísticas e interculturais da comunidade acadêmica, alinhando o IFPB às demandas do cenário global.

Por fim, a análise do relatório de 2021 apresenta uma retomada gradual das ações de internacionalização. As ações desenvolvidas refletem uma estratégia consistente de internacionalização, promovendo parcerias, capacitação, transferência de conhecimento e mobilização de recursos. A diversidade de iniciativas demonstra a capacidade do IFPB em integrar esforços globais e locais, fortalecendo a educação tecnológica e profissional, a inclusão e a sustentabilidade.

5.3.4 Análise do Relatório de Gestão 2022

A busca por acordos institucionais e redes de colaboração permaneceram evidentes em 2022, sendo percebido através dos trechos associados ao código “parceria”. O relatório cita a realização de diversas reuniões, o que demonstra um esforço do IFPB em sua busca ativa para estabelecer e firmar novas parcerias, fato que pode ser evidenciado no trecho abaixo incluído em seu plano de ação:

Realizar Prospecção de Parcerias entre o IFPB e Instituições Estrangeiras. Dar visibilidade ao IFPB e permitir a troca de conhecimento entre as instituições envolvidas na melhor forma de direito, estabelecendo cooperação mútua, visando à integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a utilização conjunta da experiência e da especialização de cada um, em suas respectivas áreas de atuação (IFPB, 2022, p. 152).

No que se refere especificamente às reuniões, foram mencionados encontros com instituições nacionais e estrangeiras para estabelecer acordos de cooperação, aprimorar o ensino de línguas e discutir projetos na área de tecnologia e inovação. Foram registradas também diversas reuniões de caráter institucional, realizadas pela ARINTER com outros departamentos, pró-reitorias e programas para alinhar ações diretamente relacionadas à internacionalização no IFPB, como, por exemplo, com o Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI) e o Núcleo de Línguas (NucLI) ou para tratar de assuntos no âmbito do PEC-G.

Foram realizadas visitas técnicas e reuniões com representantes do Instituto Internacional Despertando Vocações (IIDV), do Rotary Club – JP e do Consulado da China, com a finalidade de iniciar parcerias para projetos conjuntos. Nesse contexto, outra ação que se destacou foi a reunião com os Grupos de Trabalhos FORINTER (Fórum dos Assessores de Relações Internacionais) para tratar de temas relevantes, como o projeto LaPassion em Rede, publicações internacionais, alinhamento com os ODS e o desenvolvimento de *workshops* e cursos, além de tópicos estruturais.

Observa-se assim que essa abordagem diversificada busca integrar ações globais e locais, tentando alinhar a internacionalização com os objetivos educacionais e institucionais. Foi percebido que esses encontros buscaram planejar parcerias que atendessem às necessidades de formação linguística, bem como incentivar a integração de ações de ensino, pesquisa e extensão em nível internacional.

A maior parte das parcerias foram direcionadas a tentativas de acordos e protocolos de intenção que incentivam a mobilidade acadêmica e fomentam o intercâmbio de práticas inovadoras. Percebe-se que, em vários trechos, há menções à possibilidade de firmar

cooperações com instituições chinesas e africanas como Congo e Guiné-Bissau, bem como a continuidade de relações já estabelecidas com Portugal.

Nesse sentido, a ARINTER registrou, no relatório "Missão África", a iniciativa criada para atender à necessidade cada vez maior de ensinar português para imigrantes, refugiados e apátridas. Essa ação, desenvolvida por intermédio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Fórum de Assessores de Relações Internacionais, buscou promover a inclusão social e educacional e trazer maior visibilidade às demandas do continente africano no âmbito educacional.

De acordo com o relatório, essa missão resultou na assinatura de oito acordos/protocolos de intenção assinados com instituições de nível superior em Portugal, além de nove acordos/protocolos em andamento. No âmbito do ODS 17, essa ação reflete um compromisso do IFPB com a difusão da língua portuguesa, a colaboração acadêmica e o estímulo a alianças estratégicas para enfrentar desigualdades.

Conforme a análise dos trechos agrupados no código “redes”, identificou-se que as ações em rede realizadas pelo FORINTER/CONIF refletem o engajamento do IFPB em atividades estratégicas voltadas para a internacionalização e a promoção de políticas de cooperação educacional. A participação nos Grupos de Trabalho (GTs) em áreas como Política Linguística, Revalidação e Reconhecimento de Diplomas do Exterior, Observatório de Sustentabilidade e Política de Línguas demonstra o esforço institucional em abordar questões relevantes, alinhadas tanto a demandas globais quanto às necessidades locais.

A atuação nesse GT demonstra o alinhamento do IFPB com a Agenda 2030, promovendo ações que integram a sustentabilidade aos processos acadêmicos e administrativos. Esse grupo permite o monitoramento, análise e desenvolvimento de iniciativas que conectam a educação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com relação à análise do código “eventos”, observa-se uma redução tanto na participação quanto na realização dos eventos registrados no relatório de 2022, sendo mencionada apenas a participação em um *webinar* referente ao lançamento do relatório preliminar sobre a Cooperação Educacional Brasileira - COBRADI 2021, o qual apresentou os resultados da pesquisa “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2021”.

No âmbito interno, destaca-se a participação da ARINTER no VI SEDUCITEC - Semana de Ciência, Educação e Tecnologia (*Campus* Guarabira), que visou integrar a comunidade acadêmica e compartilhar práticas entre diferentes instituições, inclusive estrangeiras. Quanto aos eventos externos, o IFPB participou do 2º Afya Global Meeting, que

abordaram temas como estratégias de internacionalização, globalização da educação, melhoria da qualidade da produção acadêmica e desenvolvimento de habilidades interculturais.

Houve também no VI Simepe, por exemplo, que promoveu discussões sobre parcerias interinstitucionais e internacionalização, evidenciando a possibilidade de replicar boas práticas no âmbito do IFPB. É válido ressaltar que esses eventos se alinham ao aspecto de transferência e compartilhamento de conhecimento e tecnologia no âmbito do ODS 17.

No âmbito da extensão, a ARINTER destaca uma reunião com a DEXPR (Diretoria de Extensão Popular e Rural), com o intuito de estabelecer um diálogo sobre ações em parceria com essa diretoria. O encontro resultou na publicação do Edital PROEXC n.º 14 - Apoio a Ações de Extensão e Cultura com Foco na Internacionalização. O objetivo desse edital foi selecionar até dez propostas de ações de extensão e cultura voltadas para a internacionalização, com a finalidade de criar ambientes de compartilhamento de saberes entre a comunidade acadêmica e o cenário internacional. Observou-se que a maioria dessas propostas está relacionada à promoção de programas, projetos e eventos, evidenciando o esforço da instituição em valorizar a aplicação prática do conhecimento e o intercâmbio cultural entre diferentes países.

Durante a análise, não foram identificadas ações relacionadas à publicação de artigos ou ações semelhantes. No entanto, as ações descritas têm como objetivo disseminar conhecimento, aprofundar debates em torno da internacionalização e fortalecer ambientes de cooperação que incentivem docentes e discentes a participarem de atividades e ações de relevância mundial.

Em relação à análise do código “financiamento” da categoria ODS 17, o documento frisou ações que demonstram o interesse do IFPB em mobilizar recursos para viabilizar suas ações e tornar a internacionalização mais acessível a toda a comunidade acadêmica. Entre os principais exemplos, destacam-se:

- **Edital PROEXC n.º 18/2022**, desenvolvido em parceria com a ARINTER e o CONIF, que apoiou a mobilidade de um estudante de graduação por meio do Programa Lapassion em Rede, com investimento de R\$ 10.000,00 para custeio de despesas;
- **Edital PROEXC n.º 14/2022**, que disponibilizou recursos para ações de extensão e cultura com foco na internacionalização, destinando R\$ 3.000,00 ao pagamento de bolsas para discentes;

- **Missão Portugal – I Seminário Luso-Brasileiro de Ensino Superior**, envolvendo prospecção de fontes de financiamento para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e articulação com organismos internacionais.
- **Chamada Interna ARINTER/IFPB n.º 01/2022**, que permitiu a participação de estudantes em seleção para o Programa Community College Initiative (CCI) nos Estados Unidos, oferecendo bolsas que cobrem despesas básicas de estudo e estadia.

Ficou evidenciado que o IFPB está empenhado em envolver a comunidade acadêmica em projetos internacionais e em fortalecer a internacionalização, captando recursos internos a partir do orçamento destinado às Pró-Reitorias e demais órgãos, visto que a ARINTER não possui dotação orçamentária própria. Outra forma de captação de recursos ocorre por meio de parcerias externas. Além disso, há um esforço contínuo para cobrir as despesas de mobilidade acadêmica e ampliar a participação de estudantes, promovendo o intercâmbio de conhecimento e práticas acadêmicas, em consonância com o ODS 17.

No que diz respeito à análise dos editais, observa-se um aumento significativo no número de editais publicados em 2022, abrangendo programas diversificados nas áreas de línguas, mobilidade e intercâmbio, tanto em graduação quanto em mestrado e cursos de formação. É notável que a maioria desses editais é publicada em parceria com o CONIF, enquanto uma pequena parcela resulta de chamadas internas, ou seja, elaboradas e publicadas de forma independente pela própria instituição. O relatório também destaca que o IFPB frequentemente publica oportunidades de outras instituições em seu site e redes sociais, visando informar e despertar o interesse da comunidade acadêmica.

Pela análise do código “cooperação”, destacam-se os editais de programas como o Projeto La Passion em Rede que buscou selecionar alunos de graduação para participação no primeiro conjunto de projetos multidisciplinares e a participação no Youth Camp do Congresso Mundial da WFCP, em parceria com a Espanha, no qual discentes participaram de atividades sociais, discussões sobre temas globais e elaboraram a declaração "The Voice of the Youth", apresentada na Conferência Mundial.

Foi publicado também o edital do Programa de recepção de professores visitantes no Instituto Politécnico de Bragança (Portugal), incentivando a troca de expertises em diferentes áreas do conhecimento e o edital do Programa Community College Initiative (CCI), um programa de intercâmbio internacional dos EUA, financiado pelo Congresso desde 2007, que oferece formação em oito áreas: agricultura, engenharia aplicada, negócios, educação infantil,

tecnologia da informação, mídia, serviços sociais, saúde e segurança pública, além de gestão de turismo e hospitalidade.

Além disso, nota-se uma ênfase na capacitação linguística, evidenciada no código “Línguas e idiomas” em editais como o da certificação de proficiência SIELE e os cursos de inglês e formação docente promovidos pelo RELO Office da Embaixada dos Estados Unidos, o que demonstra o esforço do IFPB em preparar sua comunidade acadêmica para atuar em um mundo globalizado.

Mesmo não tratando especificamente de temáticas de desenvolvimento sustentável, essas ações alinham-se às metas do ODS 17, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento de capacidades humanas e institucionais, visto que elas contribuem para o estabelecimento de parcerias e para uma educação de qualidade.

As ações descritas fortalecem a participação do IFPB em redes internacionais e promovem a troca de conhecimentos e boas práticas, contribuindo para o desenvolvimento educacional e científico, além de integrar-se em redes e plataformas internacionais de inovação, promovendo colaboração técnica e acadêmica.

É importante destacar que, no que se refere à cooperação, não foram encontrados registros específicos sobre o código "dupla titulação", nem ações direcionadas à capacitação em desenvolvimento sustentável. Contudo, o relatório menciona uma reunião dedicada à discussão do Projeto La Passion em Rede, que visa capacitar e profissionalizar seus participantes com base em metodologias criativas e conceitos modernos aplicados a temas como Indústria 4.0 e Agenda 2030. Assim, pode-se inferir que o projeto tem o potencial de contribuir para a formação acadêmica e profissional de estudantes de maneira integrada, alinhando-se diretamente ao ODS-17, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades.

Essas iniciativas têm como objetivo ampliar as competências técnicas, científicas e linguísticas do corpo acadêmico, fortalecendo a capacidade institucional de atuar em contextos internacionais e de cooperar com diferentes atores globais.

A análise das ações de internacionalização do IFPB descritas no Relatório de Gestão de 2022 revela não apenas a continuidade das iniciativas anteriores, mas também a diversificação dessas ações, com o intuito de promover parcerias, mobilidade acadêmica, eventos e projetos de intercâmbio. As iniciativas destacadas evidenciam um alinhamento significativo com o ODS 17, principalmente no que tange à busca por acordos institucionais, fortalecimento de redes de colaboração e mobilização de recursos, ampliando o alcance das ações. No entanto, a ausência de registros em áreas como dupla titulação e capacitação voltada

ao desenvolvimento sustentável indica lacunas que, se exploradas, poderiam potencializar a internacionalização de forma mais integrada à Agenda 2030.

Ainda assim, as ações realizadas refletem o compromisso do IFPB com a inclusão educacional, a disseminação do conhecimento e a ampliação das capacidades técnicas e linguísticas, contribuindo tanto para o fortalecimento institucional quanto para o desenvolvimento de competências na comunidade acadêmica. A análise das ações de internacionalização no Relatório de Gestão de 2022 demonstra a continuidade de esforços voltados à internacionalização do IFPB, abrangendo parcerias com instituições estrangeiras, mobilidade acadêmica e promoção de eventos e intercâmbios.

Algumas estratégias adotadas em anos anteriores foram ampliadas, como os editais destinados a fomentar iniciativas de internacionalização na extensão, apoio financeiro para estudantes e servidores, além de reuniões com potenciais parceiros internacionais. Essas ações se alinham ao ODS 17, visto que têm como objetivo estimular parcerias e redes de cooperação, troca de conhecimentos e captação de recursos.

5.3.5 Análise do Relatório de Gestão 2023

Para a análise das ações referentes ao Relatório de Gestão de 2023, foi evidenciado que o IFPB intensificou seus esforços de internacionalização, contemplando iniciativas de cooperação, intercâmbio acadêmico, firmamento de acordos e prospecção de fontes de financiamento. A seguir, apresenta-se uma descrição das principais iniciativas encontradas em cada código, destacando o panorama geral das ações de internacionalização.

No âmbito das parcerias e acordos, destaca-se a significativa aproximação do IFPB com a China em 2023, considerada uma relação estratégica devido à relevância global do país, tanto como membro do BRICS quanto como líder em tecnologias disruptivas e importante parceiro comercial do Brasil. Essa aproximação decorreu de uma missão internacional que resultou no estabelecimento de parcerias com diversas instituições chinesas. Entre as iniciativas, destaca-se o Memorando de Entendimento firmado com a Universidade de Yangzhou, com vigência até 2028. O acordo abrange áreas como educação, pesquisa e desenvolvimento acadêmico, além de promover o intercâmbio cultural entre as instituições

Também foram citadas parcerias em negociação com a Shenyang Agricultural University, através de manifestação de interesse em colaboração, e com a Shanghai Jiao Tong University, resultando na assinatura de novos acordos durante missões realizadas em 2023.

É importante ressaltar que o IFPB já mantinha relações estabelecidas com a China por meio do credenciamento com a Huawei ICT Academy, o que possibilita a participação de estudantes em competições internacionais, como a Huawei ICT Competition, na qual a instituição foi tricampeã mundial em 2023. A parceria com a Huawei também tem gerado frutos em termos de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), com foco na resolução de desafios reais do mercado tecnológico.

Além disso, o IFPB tem expandido seu alcance internacional por meio de parcerias com instituições como a Universidad Católica de Salta, na Argentina, e a Corporación Unificada Nacional de Educación Superior, na Colômbia. Essas colaborações refletem a ampliação do alcance global da instituição para além do continente asiático, fortalecendo as parcerias Sul-Sul, alinhadas com os princípios do ODS 17.

Com relação à análise do código “redes”, foi registrado no documento que o IFPB recebeu o aceite para fazer parte da Rede Internacional Acadêmica da Lusofonia (RIAL), uma associação privada, educacional e sem fins lucrativos, composta por instituições de ensino superior e centros de pesquisa de países que têm o português como língua materna. A rede tem como objetivo promover e facilitar a cooperação internacional no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e possui sede em Portugal, além de representações em Moçambique, Cabo Verde, Angola e Brasil.

Deste modo, a adesão do IFPB à RIAL amplia as possibilidades de parcerias e projetos educacionais e científicos. Essa ação está alinhada ao ODS 17, pois promove o fortalecimento de redes internacionais de cooperação, com impacto na formação acadêmica, pesquisa e inovação nos países participantes.

No que se refere à participação em eventos, destaca-se a presença em ações de projeção internacional, como o Festival Cultural da China e a FAUBAI Conference, além da promoção de palestras e *lives* sobre programas de mobilidade. Ações como o Welcome Day 2023 e o Programa PEC-G demonstram a preocupação em acolher estudantes estrangeiros, promovendo troca cultural e integração com os demais acadêmicos.

Além do mais, é possível perceber a valorização de debates e apresentações em redes acadêmicas internacionais, com o lançamento de publicações como o *e-book* “Vozes da Internacionalização” e a participação no 5º Simpósio de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - SIMPIF, em que o IFPB esteve presente para ampliar a divulgação de projetos e pesquisas internacionais.

No quesito do ODS 17 referente à transferência de conhecimento e tecnologia, foi constatado que o IFPB participou da organização de eventos e visitas técnicas (por exemplo, a

participação no Huawei Latin America Eco-Connect Summit 2023) que possibilitaram a troca de experiências com grandes empresas de tecnologia.

A sua participação no evento “Harmonia Ecológica Brasil e China” e a integração das discussões em torno do Observatório de Sustentabilidade ressaltam a criação de vínculos internacionais capazes de promover a cooperação técnica e científica. O engajamento com a Agenda 2030 também se reflete na preocupação com a inclusão e a capacitação de estudantes estrangeiros, como se verifica na atuação do CLIPE, e na realização de rodas de conversa que ligam aspectos globais (diversidade e equidade) às práticas locais, fortalecendo a relação entre o IFPB e as comunidades atendidas.

Quanto ao aspecto “currículo”, verifica-se que o IFPB mantém ações para qualificar discentes estrangeiros, como a oferta de aulas preparatórias para o exame CELPE-BRAS, realizadas por meio do CLIPE. Observa-se que esses programas visam à ampliação de competências linguísticas e culturais, promovendo a inserção de estudantes em ambiente acadêmico diverso.

Com relação aos editais e processos seletivos, nota-se um compromisso do IFPB em ampliar oportunidades de formação no exterior para estudantes em diferentes níveis. Nesse sentido destacam-se os editais de mobilidade/intercâmbio que contemplam vagas no Instituto Politécnico de Bragança, a Universidad de Jaén, a Universidade de Coimbra e governos estrangeiros como o do México, Malásia, Marrocos e Arábia Saudita. As ações de mobilidade incentivam a troca de experiências e a aquisição de competências interculturais.

Na área de idiomas e línguas, observou-se a disponibilização de cursos de francês (Edital n.º 58/2023) e o Edital n.º 59/2023 de preparação para a mobilidade internacional, demonstrando atenção à qualificação nesta área.

No que diz respeito ao alinhamento específico ao ODS 17 no aspecto de cooperação internacional, destacam-se processos seletivos vinculados a projetos tecnológicos de alcance internacional, como o programa Huawei ICT Competition, que fortalece a cultura de inovação na instituição. Além disso, iniciativas como o Projeto COIL no México e a publicação "Vozes da Internacionalização" são exemplos claros do estímulo à produção acadêmica conjunta, refletindo o compromisso do IFPB com uma visão internacional de ensino e pesquisa.

Outro aspecto relevante quanto à cooperação internacional foi a participação do IFPB em projetos de pesquisa de grande impacto, como o Radiotelescópio Bingo, que envolve parcerias com universidades brasileiras e instituições de renome de países como China, Reino Unido, França e África do Sul. Esse tipo de colaboração não só expande a produção científica, mas também cria novas oportunidades para o intercâmbio de pesquisadores.

Outras ações de cooperação foram registradas em visitas técnicas (visita da Embaixada do Brasil no Congo/África, delegação chinesa em João Pessoa), além de interações com programas como o Mulheres Mil (em parceria com o Colleges and Institutes Canadá). Tais iniciativas reforçam a presença do IFPB em espaços de discussão científica e cultural de amplitude internacional.

No âmbito do financiamento, o IFPB encaminhou uma minuta do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), que garante apoio financeiro a alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Também se verificou a consulta aos *campi* quanto à sinalização orçamentária para o próximo ano, demonstrando uma preocupação em planejar e assegurar recursos destinados às atividades de internacionalização. Esse aspecto sugere a busca por sustentabilidade financeira, visando à continuidade das ações de internacionalização.

No Relatório de 2023, não foram identificadas informações relacionadas à oferta de programas de dupla titulação, à realização de webinários ou a atividades de extensão. Além disso, as reuniões registradas no documento apresentaram um caráter predominantemente institucional, sem detalhamento de ações específicas voltadas para o fortalecimento dessas áreas. Também não foram encontrados registros de capacitações diretamente vinculadas ao desenvolvimento sustentável.

A análise dos trechos do Relatório de Gestão 2023 do IFPB aponta para um cenário em que a instituição se dedica a consolidar parcerias, compartilhar conhecimento, manter e buscar novas cooperações, obter financiamento e produzir materiais que retratem suas iniciativas de internacionalização. Percebe-se que a ênfase em cooperação científica, capacitação de discentes e servidores, inserção em redes e a prospecção de recursos externos revelam um percurso promissor rumo à consolidação de um ambiente acadêmico cada vez mais conectado globalmente. Dessa forma, as ações desenvolvidas tendem a fortalecer a troca de saberes e a projeção do IFPB em diferentes áreas de atuação, contribuindo para uma formação ampla e integrada da sua comunidade.

5.4 ANÁLISE CONCLUSIVA DA PESQUISA

A partir da avaliação dos documentos normativos, dos Planos de Desenvolvimento Institucional e dos Relatórios de Gestão, é possível perceber que, embora a internacionalização tenha sido fortalecida ao longo dos anos, ainda não há uma articulação sistemática e integral com os princípios da Agenda 2030 e o ODS 17.

Embora o Regimento Geral tenha sido publicado em 2017, após a Agenda 2030, ele não incorporou o desenvolvimento sustentável em suas diretrizes. No entanto, a internacionalização foi estruturada com a criação da ARINTER, que atua na cooperação técnica, mobilidade internacional e captação de recursos, contribuindo indiretamente para os princípios do ODS 17.

A Política de Internacionalização do IFPB reforça as ações delineadas no regimento, priorizando parcerias, a internacionalização curricular e o engajamento com temas de relevância global. Embora não mencione explicitamente os ODS, a política abre espaço para uma maior integração com a Agenda 2030, direcionando projetos para áreas como inclusão, inovação e sustentabilidade no contexto da internacionalização.

O Termo de Compromisso com os ODS é um instrumento que incentiva e fornece diretrizes para a ampliação da contribuição do IFPB para o desenvolvimento sustentável, considerando seu potencial como agente transformador tanto na esfera acadêmica quanto social. A assinatura desse Termo representou um marco importante, reafirmando o compromisso da instituição em incorporar os objetivos da Agenda 2030 em suas atividades.

No que se refere ao PDI 2015-2019, a análise revelou que a internacionalização é mencionada de forma dispersa, sem a inclusão de um capítulo específico ou referência direta à ARINTER, o que sugere a ausência de uma política institucional formalmente estruturada para essa área. No entanto, o documento faz menção à cooperação internacional e ao estabelecimento de parcerias com instituições estrangeiras, com ênfase em pesquisa, pós-graduação e inovação, visando o fortalecimento da produção científica, a formação docente e o intercâmbio acadêmico.

Nesse contexto, o PDI destacou, em consonância com o ODS 17, a cooperação internacional para o desenvolvimento científico e tecnológico, a capacitação e a transferência de conhecimento, além da integração da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável nas atividades extensionistas. O plano também expressou preocupação com a formação de profissionais capacitados para atuar em uma sociedade globalizada e contribuir para a transformação social, tanto a nível municipal e estadual quanto nacional e global.

Quanto ao PDI 2020-2024, foi possível identificar a presença de alguns elementos do ODS 17 nas metas e objetivos institucionais, com destaque para as parcerias, a cooperação internacional, o desenvolvimento de redes acadêmicas e o fortalecimento de grupos de pesquisa. Contudo, a integração plena com a Agenda 2030 e os demais ODS ainda carece de um maior alinhamento e articulação. A inclusão da Agenda 2030 e dos ODS no PDI ocorre, predominantemente, como referencial normativo dentro da dimensão ambiental.

Esses resultados indicam um avanço na valorização da internacionalização, mas revelam que a Agenda 2030 ainda não é abordada de forma integrada em todas as áreas institucionais. Para que a gestão tenha uma base mais sólida sobre o papel da internacionalização no alcance dos objetivos globais, é fundamental um alinhamento mais explícito e abrangente com a Agenda 2030, assegurando sua articulação com as diferentes dimensões institucionais.

A partir da análise da categoria 1 – “Ações de Internacionalização” – nos relatórios de gestão, observou-se que, entre os anos de 2019 e 2023, o IFPB implementou uma série de iniciativas voltadas à internacionalização. Essas ações abrangeram mobilidade acadêmica, intercâmbios, pesquisa, extensão, parcerias e capacitações, além de estratégias relacionadas ao financiamento e à formalização de acordos de cooperação. Em diversos *campi*, notou-se o incentivo à participação em eventos internacionais e a ênfase no ensino e aprendizado de línguas estrangeiras, incluindo o português como língua adicional para estudantes estrangeiros, além da oferta de testes de proficiência. Esses elementos demonstram um esforço institucional contínuo para promover práticas globais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Os documentos analisados evidenciam que a mobilidade acadêmica é uma prioridade institucional, com ações voltadas ao envio e ao recebimento de estudantes, docentes e servidores para instituições parceiras no exterior, por meio de acordos de cooperação e concessão de bolsas. No entanto, a limitação de recursos financeiros impõe restrições à ampliação dessas oportunidades, reduzindo o número de beneficiados.

Entre os aspectos positivos, destaca-se a incorporação de disciplinas ministradas em línguas estrangeiras nos currículos e a realização de eventos presenciais e on-line com convidados internacionais. No período da pandemia, os webinários foram amplamente utilizados para garantir a continuidade das atividades de internacionalização, dada a impossibilidade de encontros presenciais. Contudo, os eventos internos ainda ocorreram de maneira pontual, sem uma integração sistemática à política institucional de internacionalização.

O IFPB também promove ações formativas para preparar servidores e discentes para atuar em contextos internacionais, incluindo cursos e eventos voltados à mobilidade acadêmica, além de iniciativas de acolhimento e capacitação de alunos estrangeiros, especialmente os do PEC-G e refugiados. No campo da pesquisa, foram identificadas algumas iniciativas de cooperação científica com instituições estrangeiras. Apesar dos esforços do IFPB para firmar acordos e convênios internacionais, as parcerias estabelecidas estão restritas a um número limitado de países ou regiões que se concentram em sua maioria em Portugal, além de Angola, Moçambique, Canadá, China, Colômbia e Estados Unidos.

No que se refere à extensão, as ações no contexto da internacionalização ainda são limitadas, concentrando-se principalmente na organização de eventos promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXC). Embora a extensão seja um instrumento essencial para a disseminação de conhecimento junto à comunidade, seu potencial no cenário internacional ainda não está sendo devidamente utilizado, necessitando de maior articulação com instituições e redes internacionais e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Quanto às reuniões, verificou-se que muitas foram realizadas com caráter institucional e periodicidade definida, enquanto outras tiveram como objetivo prospectar parcerias e organizar eventos. As missões e visitas técnicas foram empregadas como estratégias de cooperação internacional; no entanto, observou-se uma carência na continuidade do acompanhamento e na divulgação dos resultados dessas iniciativas.

Quanto à categoria C2, a análise dos relatórios revelou ações que se alinham a esse objetivo a partir da análise dos aspectos estabelecidos. Observou-se que o IFPB demonstra interesse em fortalecer parcerias, ampliar a troca de conhecimento e estabelecer projetos conjuntos, seguindo diretrizes que propõem a cooperação internacional como meio para o desenvolvimento sustentável.

Com relação aos acordos e parcerias, a instituição firmou cooperações com universidades, empresas e organizações voltadas ao desenvolvimento de ações e soluções para desafios globais, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Esses acordos, em sua maioria, são formalizados por meio de memorandos de entendimento e protocolos de intenções, frequentemente resultantes de visitas e missões internacionais.

Os registros documentais indicam uma participação limitada do IFPB em redes internacionais. Sua principal interação ocorre por meio de parcerias com o CONIF e o FORINTER, com os quais o Instituto publica editais de mobilidade e bolsas. Além dessas parcerias, foi identificada a participação do IFPB em apenas uma rede adicional na área de educação, sem, no entanto, haver menção a envolvimento direto com redes específicas voltadas aos ODS, à Agenda 2030 ou a temáticas correlatas.

No que tange à transferência e compartilhamento de conhecimento, verificou-se algumas palestras e webinários trataram explicitamente da temática dos ODS, embora sua representatividade seja reduzida em relação ao total de eventos registrados. No âmbito da extensão, foram identificadas poucas iniciativas vinculadas à internacionalização e ao ODS 17, em geral realizadas em parceria com a Assessoria de Relações Internacionais. Da mesma forma, há poucos registros de publicações científicas e materiais acadêmicos voltados à internacionalização e ao desenvolvimento sustentável.

A cooperação internacional aparece em diversos acordos institucionais, sendo promovida por meio da mobilidade acadêmica, de projetos e pesquisas colaborativas e da dupla titulação. No contexto da mobilidade, destacam-se editais voltados à capacitação linguística, à formação docente e a cursos e projetos nas áreas de tecnologia e inovação. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento de parcerias tanto no eixo Sul-Sul quanto no eixo Sul-Norte, ampliando a inserção institucional no cenário internacional.

Durante a análise, constatou-se que o IFPB oferece um número reduzido de capacitações relacionadas ao desenvolvimento sustentável ou especificamente aos ODS. Os cursos e formações disponíveis ocorrem de maneira pontual e isolada, sem evidências de periodicidade ou de um planejamento estratégico que promova uma abordagem estruturada e contínua.

O financiamento das ações de internacionalização foi apresentado como um dos desafios institucionais, uma vez que a instituição não dispõe de orçamento próprio para essa finalidade. As iniciativas dependem de recursos provenientes de diferentes pró-reitorias, de editais externos e de captação por meio das parcerias intersetoriais com outras instituições de ensino, empresas privadas, órgãos públicos e redes colaborativas. Esses mecanismos possibilitam a concessão de bolsas e o custeio de despesas relacionadas à mobilidade acadêmica, mas não garantem um fluxo contínuo e previsível de financiamento.

A análise dos resultados indica que o IFPB tem avançado no processo de internacionalização no decorrer dos anos analisados, abrangendo diversas áreas e adotando uma postura mais ativa. As ações oferecidas aos estudantes, docentes e servidores refletem um compromisso institucional com a internacionalização e demonstram o reconhecimento de sua importância para a formação acadêmica, a pesquisa e a inovação.

Além disso, verificou-se que a maioria das ações analisadas possuem algum grau de alinhamento com os princípios do ODS 17, com maior ênfase no fortalecimento de parcerias globais e na promoção da cooperação internacional, especialmente em aspectos relacionados à meta 17.6, que trata do intercâmbio de conhecimentos e tecnologias, e a meta 17.16, referente às parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros.

5.5 PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

A análise documental revelou a existência de iniciativas de internacionalização e alinhamento ao ODS 17, mas com desafios relacionados à estratégia, financiamento e disseminação das oportunidades. Para endereçar essas questões, propôs-se a elaboração de um

relatório técnico conclusivo que reuniu os principais achados da pesquisa e propôs recomendações que orientem a integração das políticas institucionais de internacionalização com o ODS 17.

O produto acadêmico (Apêndice A) apresenta diretrizes voltadas para aprimorar a gestão da internacionalização, consolidar parcerias internacionais, fortalecer a mobilidade acadêmica e ampliar a captação de recursos. Entre as medidas sugeridas, destaca-se a criação de um sistema de monitoramento das ações relacionadas aos ODS, maior detalhamento das ações de ODS nos documentos institucionais e administrativos, além do incentivo à participação em redes multilaterais.

Para viabilizar essas recomendações, o documento será disponibilizado em formato digital e apresentado à gestão acadêmica, destacando estratégias concretas para ampliar a cooperação internacional e consolidar a internacionalização como elemento estruturante da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar de que forma os princípios do ODS 17 da Agenda 2030 da ONU são incorporados às ações de internacionalização do IFPB, por meio da análise dos normativos institucionais, do mapeamento das iniciativas de internacionalização e da verificação das atividades alinhadas a esse objetivo de desenvolvimento sustentável. Com base nos resultados obtidos, elaborou-se um relatório técnico contendo recomendações práticas.

Para alcançar o objetivo geral, partiu-se de um problema de pesquisa que buscou verificar se e como a instituição vinha incorporando os elementos do ODS 17 em seus documentos, ações e programas relacionados à internacionalização. Em virtude dessa questão, a investigação adotou uma abordagem qualitativa e utilizou a análise de conteúdo como metodologia principal. A coleta de dados ocorreu por meio do exame de normativos institucionais (Regimento Geral, Política de Internacionalização e Termo de Compromisso com os ODS), de Planos de Desenvolvimento Institucional (2015-2019 e 2020-2024) e de Relatórios de Gestão (2019 a 2023).

A análise dessas fontes foi realizada a partir de duas categorias específicas: “Ações de Internacionalização” (C1) e “ODS 17” (C2). Para cada categoria, foram atribuídos códigos que orientaram a verificação de aspectos como mobilidade acadêmica, parcerias, participação em redes, financiamento e cooperação internacional. A intenção foi identificar de que modo esses elementos apareciam nos documentos e como se relacionavam às metas do ODS 17.

A análise da pesquisa revelou que o Regimento Geral do IFPB, publicado em 2017, não aborda a temática do desenvolvimento sustentável, apesar de ter sido editado dois anos depois do lançamento da Agenda 2030. Em contraste, há uma estratégia de internacionalização que se destaca pela criação da ARINTER, encarregada de coordenar cooperação técnica, mobilidade internacional e captação de recursos, o que reforça as redes colaborativas globais associadas ao ODS 17.

A Política de Internacionalização reforça os direcionamentos do regimento, priorizando parcerias e internacionalização do currículo e temas de relevância global, embora não cite diretamente os ODS. O Termo de Compromisso com os ODS, por sua vez, é indicado como um marco na consolidação do papel do IFPB na promoção de objetivos alinhados à Agenda 2030, porém não corresponde a uma obrigação formal, sendo apenas um documento norteador.

Em relação aos Planos de Desenvolvimento Institucional, o documento de 2015-2019 apresentou referências dispersas à internacionalização, sem capítulo específico ou menção

explícita à ARINTER, ressaltando, contudo, a cooperação internacional em pesquisa, pós-graduação e inovação. Já o PDI 2020-2024 registrou metas alinhadas a alguns aspectos do ODS 17, como parcerias e cooperação para o desenvolvimento de redes acadêmicas. Mesmo assim, não foi constatada uma integração plena à Agenda 2030 e ao ODS 17 nos dois documentos, demonstrando que ainda há espaço para aprimorar o alinhamento entre essas esferas.

Nos Relatórios de Gestão (2019 a 2023), observou-se que a mobilidade acadêmica e a celebração de acordos de cooperação são práticas recorrentes, com ênfase em parcerias com Portugal, Angola, Moçambique, Canadá, China, Colômbia e Estados Unidos. As ações de extensão no âmbito da internacionalização ainda são limitadas, assim como a participação em redes globais mais específicas, principalmente ligadas à promoção do desenvolvimento sustentável. O ODS 17 está integrado de forma pontual em eventos, palestras e missões internacionais, tendo maior destaque nas metas 17.6 (troca de conhecimentos e tecnologias) e 17.16 (parcerias multissetoriais).

De modo geral, uma parte considerável das ações possui foco em tecnologia e inovação, áreas estratégicas para os Institutos Federais, que se destacam na atuação do IFPB e na estruturação do seu polo de inovação.

Em suma, embora o IFPB esteja no caminho certo ao estabelecer parcerias e acordos alinhados ao ODS 17, foram identificadas lacunas significativas. Ainda é necessário avançar em termos de planejamento estratégico, diversificação geográfica e fortalecimento das redes multilaterais. Entre os fatores identificados estão a ausência de estratégias destinadas ao incentivo da cooperação Sul-Sul, visto que a maioria das parcerias foram realizadas com países do Norte. Além disso, a falta de detalhamento nos relatórios institucionais dificulta a compreensão sobre as áreas de atuação das parcerias e da mobilidade acadêmica, além de comprometer o monitoramento do impacto dessas ações, dada a ausência de indicadores específicos.

A análise revelou a limitação de projetos, pesquisas internacionais e intercâmbios voltados para áreas estratégicas como meio ambiente, saúde, inovação tecnológica e sustentabilidade. A falta de iniciativas específicas nessas temáticas limita o potencial de contribuição do IFPB para o desenvolvimento sustentável e reduz as oportunidades de cooperação internacional alinhadas aos princípios da Agenda 2030.

Observou-se que não há um grande volume de iniciativas diretamente ligadas aos ODS nas ações realizadas, mas isso não significa que a instituição esteja alheia aos compromissos com a sustentabilidade. Muitos projetos apresentam objetivos e temas técnicos e específicos, o que dificulta a identificação explícita de seu alinhamento com a Agenda 2030. No entanto, esses

projetos podem contribuir de forma indireta, especialmente por meio da inovação científica e tecnológica, que é um dos pilares do desenvolvimento sustentável. Essa constatação reforça a necessidade de maior clareza na formulação e divulgação dos objetivos dos projetos, de modo a evidenciar sua relação com os ODS e a ampliar a articulação entre pesquisa e internacionalização no contexto institucional.

De modo geral, os resultados respondem ao problema de pesquisa ao demonstrar que o IFPB tem incorporado, de forma parcial, elementos do ODS 17 em suas estratégias e ações. Isso ocorre por meio da formalização de parcerias internacionais e acordos de cooperação, além da promoção da mobilidade acadêmica, dupla-titulação e do desenvolvimento de projetos conjuntos, especialmente em pesquisa e inovação. Outro aspecto relevante é a disseminação do conhecimento, que se dá por meio da realização de eventos e capacitações. Entretanto, a incorporação das diretrizes da Agenda 2030 não é plenamente integrada aos documentos e práticas institucionais, o que indica a necessidade de maior alinhamento estratégico e de mecanismos de avaliação que evidenciem o impacto dessas iniciativas no desenvolvimento sustentável.

Uma das limitações desta pesquisa foi a restrição à análise documental, o que pode não refletir integralmente as práticas em andamento no IFPB. Além disso, o estudo não incluiu a percepção de atores envolvidos diretamente nas ações de internacionalização, como gestores, professores e alunos, o que poderia enriquecer a compreensão sobre o tema. Por fim, o tempo para coleta e análise limitou o número de documentos analisados.

Com base nas lacunas identificadas na pesquisa, foi possível elaborar recomendações práticas que possam contribuir com o alinhamento das ações de internacionalização à Agenda 2030, especificamente por meio do ODS 17, que trata das parcerias e dos meios de implementação. Essas recomendações visam atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa e foram apresentadas no relatório técnico conclusivo (Apêndice A).

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos em outras instituições, a fim de obter uma comparação de práticas de internacionalização em relação à Agenda 2030, incluindo a análise de outros ODS, como, por exemplo, o ODS 4 que trata da educação de qualidade. Além disso, a realização de entrevistas com gestores, docentes e alunos poderia contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre a percepção dos atores envolvidos nas ações de internacionalização.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BARTELL, M. Internationalization of universities: A university culture-based framework. **Higher Education**, v. 45, n. 1, p. 43-70, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227204320_Internationalization_of_Universities_A_University_Culture-Based_Framework. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- CARVALHO, S. B. R. de; ARAÚJO, G. C. de. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, p. 113-131, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/QrmFmDCs45s3s75TsMLCR3q/>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- CASTRO, D. T. **Proposta de melhorias nos sistemas estratégicos de avaliação da internacionalização na Universidade Federal do Ceará a partir da abordagem analítica do balanced scorecard**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60026>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- CHRIST, G. D.; PIFFER, M. Rumo à sustentabilidade: uma análise da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em Instituições de Ensino Superior. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., 2022, on-line. **Anais [...]**. On-line: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://www.anpad.org.br/evento/enanpad-2022>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- COELEN, R. J. Ranking and the measurement of success in internationalisation: are they related? [S.l.], 2009. In: **Measuring Success in the Internationalisation of Higher Education (EAIE Occasional Paper No. 22)**. European Association for International Education, Amsterdam, 2009. Disponível em: https://proxse16.univalle.edu.co/~secretariageneral/consejo-academico/temasdediscusion/2014/Documentos_de_interes_general/Lecturas_Internacionalizacion/Measuring%20internasionalisation%20EAIE.pdf. Acesso em: 07 jun. 2024.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- DUARTE, R. G.; CASTRO, J. M.; CRUZ, A. L. A.; MIURA, I. K. O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 343-370, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a15v28n1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- EARDORFF, D.; PUSARCHIK, D. T.; YUN, Z. S. Towards effective international learning assessment: principles, design and implementation. In: **Measuring Success in the Internationalisation of Higher Education (EAIE Occasional Paper No. 22)**. European Association for International Education, Amsterdam, 2009. Disponível em:

https://proxse16.univalle.edu.co/~secretariageneral/consejo-academico/temasdediscusion/2014/Documentos_de_interes_general/Lecturas_Internacionalizacion/Measuring%20internasionalisation%20EAIE.pdf. Acesso em: 07 jun. 2024.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

FRANKLIN, Luiza Amália; ZUIN, Débora Carneiro; EMMENDOERFER, Magnus. Processo de internacionalização do ensino superior e mobilidade acadêmica: implicações para a gestão universitária no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 130–151, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650831>. Acesso em: 29 mai. 2024.

GACEL-ÁVILA, J. **La dimensión internacional de las universidades: contexto, procesos, estrategias**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Coordinación General de Cooperación e Internacionalización, 2006. Disponível em: https://cises.anuies.mx/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=41195&shelfbrowse_itemnumber=62490. Acesso em: 10 jun. 2024.

GACEL-ÁVILA, J. La internacionalización de la educación superior en América Latina: El caso de México. **Revista de Educación de Puerto Rico (REduca)**, [S. l.], n. 19, p. 98–120, 2004. Disponível em: <https://revistas.upr.edu/index.php/educacion/article/view/16296>. Acesso em: 13 jul. 2024.

GACEL-ÁVILA, J.; ÁVILA, R. Universidades Latino americanas frente al reto de la internacionalización. **Revista Casa del Tiempo**, México, v. 1, n. 9, p. 2–8, jul. 2009. Disponível em: https://www.uam.mx/difusion/casadel tiempo/09_iv_jul_2008/casa_del_tiempo_eIV_num09_02_08.pdf. Acesso em: 18 mai. 2024.

GALVÃO, D. G. Governança Ambiental e Investimentos Internacionais: Uma Visão da Região Nordeste com Ênfase no Estado do Piauí. **Leopoldianum, Revista de Estudos e Comunicações**, v. 46, n. 128, p. 25–38, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/887/748>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive Internationalization: From Concept to Action**. Washington, D.C.: NAFSA: Association of International Educators, 2011. Disponível em: http://ecahe.eu/w/images/1/1f/Comprehensive_Internationalization_-_NAFSA.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

HUDZIK, J. K.; STOHL, M. Modelling assessment of the outcomes and impacts of internationalization. In: DE WIT, H. **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper, v. 22, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: IPEA, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Resolução 40-CS-IFPB**, de 07 de agosto de 2019. Convalida a Resolução-AR nº 19, de 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-cs-no-40-politica-de-internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. Resolução n.º 144, de 11 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2017/resolucao-144-2017-consuper/view>. Acesso em: 08 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Termo de Compromisso das Instituições de Ensino Superior da Paraíba com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/ods-agenda-2030>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019**. João Pessoa: IFPB, 2015. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/PDI20152019.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**. João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Relatório de Gestão 2019**. João Pessoa: IFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2019/relatorio-de-gestao-2019.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Relatório de Gestão 2020**. João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2020/relatorio-de-gestao-2020.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Relatório de Gestão 2021**. João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2021/relatorio-de-gestao-2021.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Relatório de Gestão 2022**. João Pessoa: IFPB, 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2022/relatorio-de-gestao-2022.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Relatório de Gestão 2023**. João Pessoa: IFPB, 2023. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2023/relatorio-de-gestao-2023.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

JORGE, M. L. dos S. Internacionalização em casa e educação para a cidadania global: primeiras aproximações. In: VIANA, R. de S.; LARANJEIRA, D. A. **Internacionalização do Ensino Superior: Concepções e Experiências**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2018, p. 73–85. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7734847/mod_folder/content/0/Internacionalizacao_do_ensino_superior%20cap%C3%ADtulo%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20em%20casa.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

KNIGHT, J. Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo: Oikos, 2020. Disponível em:

<https://oikoseditora.com.br/files/Internacionalizacao%20da%20educ%20superior%20-%20JANE%20KNIGHT%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2024.

KNIGHT, J. New Developments and Unintended Consequences: Whither Thou Goest, Internationalization? In: BHANDARI, R.; LAUGHLIN, S. (eds.). Higher Education on the Move: New Developments in Global Mobility. **Global Education Research Reports**. New York: Institute for International Education, 2009. p. 113-125.

KNIGHT, J.; DE WIT, H. Strategies for internationalisation of higher education: historical and conceptual perspectives. In: DE WIT, H. (ed.). **Strategies for the internationalisation of higher education: a comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America**. Amsterdam: EAIE, 1995. p. 5-32.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL FILHO, W. *et al.* Sustainable Development Goals and sustainability teaching at universities: Falling behind or getting ahead of the pack? **Journal of Cleaner Production**, v. 232, p. 285-294, 20 set. 2019.

LEAL, F. G.; STALLIVIERI, L.; MORAES, M. C. B. Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem? **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 52-73, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650638>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MAILLARD, N. **O gestor de relações acadêmicas internacionais no Brasil: práticas, papéis e desafios**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

MARRARA, T. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, 2007. Disponível em:

<https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/132>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MELARA, L. F.; CABRAL, R. **Guia Agenda 2030: Integrando ODS, educação e sociedade** [E-book]. São Paulo: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-Agenda-2030.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MENEZES, H. Z. (Org.). **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universidade Federal da Paraíba (EDUFPB), 2019. v. 1.

MENEZES, H. Z. D.; MINILLO, X. K. Pesquisa e Extensão como contribuição da Universidade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 18, set. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/25102>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

MIRANDA, J. A. A. de; STALLIVIERI, L. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 589-613, 2017.

MOROSINI, M. *et al.* A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4p7KDcPJTWygLP48HTKpv7b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2024.

MOVIMENTO ODS SANTA CATARINA. **Parcerias e Meios de Implementação**. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/objetivos/parcerias-e-meios-de-implementacao/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUDZKI, R. E. J. Implementing internationalisation: the practical application of the fractal process model. **Journal of Studies in International Education**, v. 4, n. 2, p. 77-90, jun. 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/102831530000400208>. Acesso em: 22 mai. 2024.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília e Coimbra: Editora Universidade de Brasília e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SEBASTIÁN, J.; BARRERE, R. Internacionalización de la investigación en América Latina y el Caribe. In: GACEL-ÁVILA, J. (Coord.). **Educación superior, internacionalización e integración en América Latina y el Caribe: Balance regional y prospectiva**. Caracas: UNESCO – IESALC; Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372633>. Acesso em: 18 mai. 2024.

SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M.; REZENDE, J. F. D. Panorama da integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em universidades federais brasileiras. In: SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M. (Orgs.). **Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios**. 1. ed. Bauru, São Paulo: Gradus Editora, 2021. p. 39. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48366>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, E. R. A. da. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os desafios da nação. In: DE NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C. P. O. de; BACELETTE, R. (Org.). **Desafios da nação: artigos de apoio**, volume 2. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018.

SILVA, J. K. M. de. **Planos estratégicos de internacionalização: Uma análise das normativas desse processo na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26729?locale=pt_BR. Acesso em: 03 jul. 2024.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. 143 p.

STALLIVIERI, L. **As dinâmicas de uma nova linguagem intercultural na mobilidade acadêmica internacional**. 2009. Tese (Doutorado em Línguas Modernas) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2009. Disponível em: <http://fyl.usal.edu.ar/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

STALLIVIERI, L. Avaliação da qualidade em instituições de ensino superior: uma perspectiva de gestão. In: CASSOL, C. C.; FARIA, C. E. de; WHITSED, C.; MOROSINI, M. (Orgs.). **Internacionalização da Educação Superior – reflexões e práticas do Brasil e da Austrália**. 1. ed. 2021.

STALLIVIERI, L. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do COGEIME**, v. 26, n. 50, p. 15-36, 2017.

STALLIVIERI, L. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Revista Educação Brasileira**, v. 24, p. 35-57, 2002. Disponível em: <https://iglu.paginas.ufsc.br/files/2014/08/SLIDES-LUCIANE.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN). **Acelerando a Educação para os ODS nas Universidades: um guia para as Universidades, Faculdades e Instituições de Ensino Superior e Terciárias**. Austrália, Nova Zelândia e Pacífico: SDSN, set. 2020. Disponível em: <https://files.unsdsn.org/210721%20accelerating-education-for-the-sdgs-in-unis-PT.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN). **Como começar com os ODS nas Universidades**. Sustainable Development Solutions Network, 2018. Disponível em: https://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/Como-comecar-com-os-ODS-nas-Universidades_18-11-18.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

TARTARUGA, I. G. P.; SPEROTTO, F. Q.; GRIEBELER, M. P. D. **Mudanças tecnológicas e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:** o papel das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional. 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/126263/2/386686.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Declaração do Milênio.** 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-milenio>. Acesso em: 13 jul. 2024.

WIELEWICKI, Hamilton G.; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [online], v. 18, n. 67, p. 215-234, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200003>. Acesso em: 29 mai. 2024

APÊNDICES

APÊNDICE A - RELATÓRIO TÉCNICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Relatório Situacional

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A CONTRIBUIÇÃO PARA O ODS 17 NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Midore Yasmin Santos Hipólito
Orientador: Prof. Dr. José Jassuípe da Silva Morais



João Pessoa, 2025



Este Relatório Situacional é um
Produto Técnico-Tecnológico da Dissertação:

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
ANÁLISE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA COM
FOCO NO ODS 17**



Edição Gráfica: Nathali de Oliveira Costa
nathali.dacosta@gmail.com

Diante da relevância do processo de internacionalização da educação superior, que se consolida como uma estratégia essencial para fortalecer a cooperação acadêmica, promover a troca de conhecimento e contribuir para o desenvolvimento sustentável.



Elaboramos este relatório situacional com o objetivo apresentar um **diagnóstico da internacionalização no IFPB, analisando suas práticas, desafios e potencialidades à luz do ODS 17**. Além disso, são oferecidas recomendações que podem orientar gestores, docentes e demais envolvidos na construção de uma estratégia de internacionalização mais alinhada aos princípios da cooperação internacional e do desenvolvimento sustentável.

O documento está estruturado em três partes principais:

- (I) Conceitos e princípios fundamentais da internacionalização e sua relação com o ODS 17,
- (II) Análise da internacionalização no contexto do IFPB e seus principais desafios e oportunidades, e
- (III) Recomendações e diretrizes para aprimorar as ações institucionais, fortalecendo a atuação global da instituição e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável baseado nos princípios do ODS 17.

Esperamos que este material contribua para a implementação de estratégias eficazes e para a consolidação da internacionalização no IFPB como um elemento central de sua missão educativa. Boa leitura!

INTRODUÇÃO

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A internacionalização da educação superior é um processo estratégico que permite a ampliação das fronteiras acadêmicas, promovendo a troca de conhecimentos e a cooperação entre instituições de diferentes países.

Desafios globais exigem soluções colaborativas, a internacionalização não se restringe apenas à mobilidade de estudantes e professores, mas engloba uma série de iniciativas que fortalecem a inserção das instituições de ensino em redes internacionais de pesquisa, inovação e desenvolvimento.

Definida como a **integração de uma dimensão internacional, intercultural e global no propósito, nas funções e na entrega da educação superior** (Knight, 2004). A internacionalização abrange múltiplas estratégias, incluindo a mobilidade acadêmica, a internacionalização do currículo, a cooperação científica e a criação de redes de conhecimento. Esse processo enriquece a produção científica da instituição e contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável do país.

Benefícios para as IES e a

Sociedade:

- ✓ Aprimoramento da qualidade acadêmica e da produção científica.
- ✓ Ampliação de redes de cooperação internacional.
- ✓ Maior empregabilidade e preparação dos estudantes para um mercado global.

INTERNACIONALIZAÇÃO NO IFPB

No Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a internacionalização é conduzida pela **Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARINTER)**, órgão auxiliar vinculado à Reitoria. Sua principal função é assessorar, planejar, propor e coordenar a implementação das políticas institucionais voltadas para a cooperação nacional e internacional.

A Política de Internacionalização do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) está regulamentada pela **Resolução nº 19, de 24 de abril de 2018**, tendo sido convalidada em 2019. A resolução estabelece as diretrizes institucionais para a promoção da cooperação acadêmica e científica em âmbito internacional, orientando as ações estratégicas voltadas à mobilidade acadêmica, parcerias interinstitucionais e integração da dimensão global ao ensino, pesquisa e extensão no IFPB. Além disso, o documento apresenta a definição de internacionalização adotada pelo IFPB, conforme descrito no artigo abaixo:

Art. 2º Compreende-se internacionalização como um processo que integra as atividades que envolvem diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior.

Conforme o Art. 3º da Política de Internacionalização do IFPB, **as ações a serem desenvolvidas estão organizadas em eixos estratégicos**, que abrangem diferentes dimensões do processo de internacionalização:

-  **Mobilidade e Intercâmbio** – promoção de oportunidades para estudantes, docentes e técnicos participarem de experiências acadêmicas em instituições estrangeiras.
-  **Acordos de Cooperação e Memorandos de Entendimento (MOUs)** – estabelecimento de parcerias institucionais formais com organizações e universidades internacionais.
-  **Projetos com Cooperação Internacional** – incentivo à realização de pesquisas e iniciativas acadêmicas em conjunto com instituições estrangeiras
-  **Idiomas e Línguas** – fortalecimento do ensino e da aprendizagem de línguas estrangeiras para ampliar as oportunidades de internacionalização.
-  **Investimento e Financiamento** – captação e gestão de recursos para viabilizar ações de internacionalização.
-  **Estrutura de Escritório e Pessoal** – organização administrativa e alocação de recursos humanos para a execução da política de internacionalização.
-  **Comunicação e Divulgação de Dados e Indicadores Internacionais** – transparência e disseminação das informações sobre as ações e impactos da internacionalização.
-  **Participação em Eventos, Visitas Técnicas e Missões Internacionais** – engajamento da instituição em atividades presenciais e virtuais que promovam a internacionalização.
-  **Normativas e Regulamentos Relacionados à Internacionalização** – desenvolvimento e atualização de diretrizes institucionais para garantir a efetividade das ações internacionais.

PRINCIPAIS AÇÕES DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFPB

A internacionalização é um elemento essencial para fortalecer o ensino, a pesquisa e a inovação. O IFPB adota uma série de ações estratégicas para ampliar sua presença global e promover parcerias internacionais.

Eixo	Principais Ações
 Intercâmbio Acadêmico	Estágios, cursos, eventos e programas de mobilidade
 Parcerias Internacionais	Cooperação com governos, instituições e empresas
 Pesquisa Internacional	Projetos conjuntos, financiamento e publicações científicas
 Divulgação e Eventos	Participação em conferências e promoção da atuação global do IFPB
 Tecnologias e Internacionalização	Ensino a distância e colaboração acadêmica virtual

O artigo 8º da política de internacionalização do IFPB estabelece como objetivo promover a internacionalização em todas as áreas da instituição (ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão). Isso deve ocorrer por meio de parcerias e intercâmbios internacionais em ciência e tecnologia, com base na qualidade e em princípios éticos.

Além disso, busca aumentar a visibilidade da instituição tanto no âmbito interno quanto externo, fortalecendo suas redes internacionais e contribuindo para o desenvolvimento global.

Através das variadas formas de cooperação, a internacionalização das IES tem impulsionado a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, promovendo assim o desenvolvimento dos países e a melhoria da qualidade de vida das populações (Stallivieri, 2002).



AGENDA 2030 E OS ODS

O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”
(CMMAD, 1991, p. 46).

AGENDA 2030:



É um plano global adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, composto por **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e **169 metas**. Seu principal propósito é promover o desenvolvimento sustentável em três dimensões: **social, econômica e ambiental**, garantindo que nenhum país ou pessoa fique para trás. (Nações Unidas, 2015).



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** representam um compromisso internacional para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Abrangendo áreas como erradicação da pobreza, promoção da educação de qualidade e preservação ambiental, os ODS requerem colaboração entre países e setores, sendo as universidades agentes-chave para a implementação dessas metas.

As instituições de ensino superior contribuem para a Agenda 2030 por meio de:

Pesquisa e inovação
voltadas para soluções
sustentáveis

Transferência de conhecimento
para a sociedade e para a
formulação de políticas públicas

Formação de profissionais
comprometidos com os
desafios globais

**Parcerias acadêmicas e
científicas** que promovem
impacto global e local



QUAL A RELAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO COM OS ODS 17?



Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o **ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação** destaca-se nesse processo, pois enfatiza a necessidade de colaboração entre diferentes atores para promover o desenvolvimento sustentável.



O ODS 17 propõe **fortalecer a mobilização de recursos, a cooperação internacional e a troca de conhecimentos**, estimulando a parceria entre governos, setor privado, sociedade civil e instituições acadêmicas.

No contexto da **internacionalização**, esse objetivo orienta a **construção de redes de cooperação, acordos institucionais, intercâmbio de estudantes e pesquisadores**, além do **compartilhamento de boas práticas** voltadas à sustentabilidade.



O ODS 17 possui 19 metas e está dividido em 5 dimensões: **finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas** (Coerência Política e Institucional, Parcerias Multissetoriais, Dados, Monitoramento e Prestação de Contas).



IMPORTANTE:

As Instituições de Ensino Superior possuem características próprias e são influenciadas por políticas públicas internas e externas, além de normativas e planejamentos institucionais.

É fundamental que as metas da Agenda 2030 sejam adaptadas à realidade de cada instituição, garantindo sua aplicação de forma eficaz e alinhada às suas necessidades e capacidades.

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) assinou no ano de 2019 um **termo de compromisso das instituições de ensino superior da Paraíba com os ODS da ONU**.

O Termo de Compromisso com a Agenda 2030 foi uma iniciativa proposta pelo Centro de Estudos Avançados em Políticas Públicas e Governança da UEPB, em parceria com o Governo da Paraíba, com o objetivo de fortalecer o compromisso institucional com os ODS

Esse compromisso **prevê a divulgação, o estímulo e a adoção de medidas concretas em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão**, promovendo uma cultura acadêmica voltada para a sustentabilidade.

A iniciativa parte do questionamento essencial: **“Como podemos ajudar a implementar os ODS?”**, incentivando universidades e demais instituições a refletirem sobre seu papel e desenvolverem ações efetivas para contribuir com os desafios globais da Agenda 2030.

Diante desse contexto, foi realizada uma pesquisa a fim de investigar **como o IFPB tem integrado suas ações de internacionalização ao ODS 17**, analisando estratégias adotadas, desafios enfrentados e os avanços alcançados na promoção de parcerias e demais ações que contribuam para a educação de qualidade, inovação tecnológica e impacto econômico, social e ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA: **Potencialidades**



Compromisso Institucional com a Agenda 2030

O IFPB assinou o Termo de Compromisso com os ODS em 2019, reforçando seu papel como agente de transformação social e acadêmica.



Análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O PDI 2020-2024 demonstra maior alinhamento ao ODS 17, estabelecendo metas institucionais voltadas à cooperação internacional, redes acadêmicas e parcerias estratégicas.



Regimento Geral e Política de Internacionalização

- A Política de Internacionalização prioriza parcerias institucionais, mobilidade acadêmica e internacionalização curricular, proporcionando uma base para ações futuras relacionadas aos ODS.
- Existe a oportunidade de aprofundar a relação entre internacionalização e sustentabilidade, direcionando projetos para inclusão, inovação e desenvolvimento sustentável.



Ações de Internacionalização Realizadas (2019-2023)

- Mobilidade acadêmica: Envio e recepção de estudantes, docentes e servidores para instituições parceiras no exterior.
- Intercâmbio e ensino de línguas estrangeiras: Disciplinas ministradas em outros idiomas e incentivo à proficiência linguística.
- Participação em eventos internacionais, incluindo webinários e congressos globais.
- Capacitação para internacionalização, preparando servidores e alunos para contextos globais.
- Cooperação internacional em pesquisa, promovendo intercâmbio de conhecimento e publicações conjuntas.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA: **Potencialidades**



Cooperação Internacional e Redes Acadêmicas

- Parcerias estabelecidas com países como Portugal, Canadá, China, Angola, Moçambique, Colômbia e Estados Unidos, promovendo intercâmbio e cooperação acadêmica.
- Presença em redes acadêmicas nacionais (CONIF e Forinter), com potencial para ampliação internacional.



Alinhamento ao ODS 17

- A maioria das ações analisadas têm algum grau de alinhamento com o **ODS 17**, especialmente em cooperação internacional e troca de conhecimento.
- Destacam-se iniciativas alinhadas às metas **17.6** (intercâmbio de conhecimento e tecnologia) e **17.16** (parcerias multissetoriais para mobilização de recursos e expertise).



Aplicação de Tecnologia e Inovação

- Foco da internacionalização em **tecnologia e inovação**, áreas estratégicas para os Institutos Federais.
- Atuação do IFPB na estruturação de seu **polo de inovação**, promovendo cooperação internacional e desenvolvimento sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA: **Fragilidades**



Compromisso Institucional com a Agenda 2030

Apesar da assinatura do Termo de Compromisso, a Agenda 2030 ainda não está plenamente integrada às políticas institucionais, incluindo a internacionalização.



Análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI)

- O PDI 2015-2019 menciona internacionalização de forma dispersa, sem capítulo específico ou referência direta à Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER).
- Apesar do avanço no PDI 2020-2024, a integração com os ODS ainda é limitada, indireta e ocorre predominantemente na dimensão ambiental, sem abordagem ampla e transversal.



Regimento Geral e Política de Internacionalização

- O Regimento Geral (2017) não menciona o desenvolvimento sustentável, o que limita sua institucionalização.
- A Política de Internacionalização não cita explicitamente os ODS, dificultando uma abordagem estruturada para integrar a sustentabilidade às ações internacionais.



Extensão e Internacionalização

- A internacionalização da extensão ainda é pouco explorada, restringindo-se à organização de eventos pontuais promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão (Proexc).
- Há necessidade de maior articulação entre internacionalização e desenvolvimento sustentável, para ampliar o impacto social e global das ações da instituição.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA: **Fragilidades**



Financiamento e Desafios

- Ausência de orçamento próprio para internacionalização, tomando as ações dependentes de editais externos e parcerias intersetoriais.
- A falta de um planejamento estratégico claro dificulta a ampliação e a continuidade das iniciativas de internacionalização.



Alinhamento ao ODS 17

Falta de indicadores específicos para monitorar o impacto das ações institucionais no avanço dos ODS, dificultando a avaliação do progresso.



Cooperação Internacional e Redes Acadêmicas

- Baixa participação em redes internacionais, reduzindo a troca de conhecimento e acesso a oportunidades de financiamento.
- A atuação do IFPB em redes ocorre majoritariamente por meio do CONIF e Forinter, sem envolvimento expressivo em redes diretamente ligadas à Agenda 2030.
- Parcerias Sul-Sul ainda pouco explorada, apesar da cooperação com alguns países da América Latina e África lusófona. Falta um planejamento específico para estabelecer essas colaborações e criar mecanismos de troca contínua.

RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER A INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFPB ALINHADA AO ODS 17

Com base na análise das potencialidades e desafios identificados, apresentam-se as seguintes recomendações para aprimorar a internacionalização do IFPB e sua articulação com a Agenda 2030 e o ODS 17



Integração Estrutural da Agenda 2030 nos Documentos Institucionais: Atualizar o Regimento Geral e a Política de Internacionalização para incluir referências explícitas à Agenda 2030 e ao ODS 17, garantindo que o compromisso com o desenvolvimento sustentável esteja formalmente reconhecido.



Criação de um Plano Estratégico de Internacionalização Sustentável: Desenvolver um Plano Estratégico de Internacionalização alinhado aos ODS, com metas e ações voltadas à sustentabilidade, inclusão e inovação na cooperação internacional.



Fortalecimento das Redes Acadêmicas Internacionais: Ampliar a participação do IFPB em redes internacionais de ensino, pesquisa e inovação, especialmente aquelas ligadas à Agenda 2030 e ao desenvolvimento sustentável como por exemplo: Rede Brasil do Pacto Global e Rede ODS Brasil



Expansão e Estruturação das Parcerias Sul-Sul: Estruturar e expandir as parcerias Sul-Sul, fortalecendo a cooperação com países da América Latina e África Lusófona, garantindo trocas acadêmicas e científicas contínuas.



Criação de Indicadores para Monitoramento e Avaliação: Estabelecer indicadores de impacto para avaliar periodicamente as ações de internacionalização e seu alinhamento com o ODS 17, possibilitando um monitoramento mais efetivo dos resultados.



 **Financiamento Sustentável para Internacionalização:** Criar um orçamento próprio para ações de internacionalização, buscando editais de financiamento nacionais e internacionais e incentivando a captação de recursos por meio de parcerias multissetoriais.

 **Fortalecimento da Internacionalização da Extensão:** Integrar a internacionalização à extensão universitária, promovendo projetos colaborativos com impacto local e global, especialmente em comunidades vulneráveis e em áreas de interesse social.

 **Expansão das Oportunidades de Mobilidade Acadêmica:** Ampliar as oportunidades de intercâmbio acadêmico, com maior diversidade de países e regiões contempladas, além de fortalecer a mobilidade virtual e programas de dupla titulação.

 **Promover a internacionalização acadêmica e científica com foco em temas estratégicos,** incentivando projetos, pesquisas e intercâmbios voltados para áreas como meio ambiente, saúde, inovação tecnológica e sustentabilidade no PDI.

 **Incorporar o desenvolvimento sustentável como critério estratégico na internacionalização,** priorizando cooperação internacional em projetos que contribuam para soluções inovadoras nos desafios globais.

 **Criar incentivos para pesquisas colaborativas,** incluindo programas de intercâmbio voltados à ciência climática, saúde pública, tecnologias limpas e desenvolvimento sustentável.

 **Fortalecer redes de cooperação Sul-Sul,** promovendo intercâmbios acadêmicos e científicos que valorizem experiências e desafios comuns entre países da América Latina e África.





Capacitação Contínua sobre Internacionalização e ODS: Desenvolver um programa contínuo de capacitação para servidores, docentes e estudantes, abordando internacionalização, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de fortalecer o engajamento institucional e ampliar a integração desses temas na academia. Além disso, expandir essas capacitações para o público externo, incluindo instituições, profissionais e estudantes de países em desenvolvimento.



Desenvolver disciplinas e programas internacionais alinhados aos desafios globais, promovendo a internacionalização do currículo em áreas estratégicas.



Criar um banco de dados institucional sobre projetos e cooperações internacionais, garantindo transparência e acessibilidade às oportunidades disponíveis nessas áreas.



Estabelecer editais específicos para incentivar pesquisas colaborativas entre docentes do IFPB e instituições estrangeiras, priorizando temas relacionados aos ODS.



Formalizar convênios com organizações internacionais, empresas e ONGs, promovendo colaborações em projetos de impacto global, especialmente em inovação, tecnologia e sustentabilidade.



Considerações finais



A internacionalização no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) tem avançado significativamente nos últimos anos, consolidando-se como um eixo estratégico para a instituição. A assinatura do Termo de Compromisso com os ODS, em 2019, representou um marco nesse processo, demonstrando o compromisso do IFPB com a Agenda 2030 e, em especial, com o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

A internacionalização é um processo dinâmico e essencial para a formação de cidadãos globais, para a inovação e para a contribuição das Instituições de Ensino Superior no enfrentamento dos desafios globais.

O alinhamento do IFPB ao ODS 17 não apenas fortalece sua presença no cenário acadêmico internacional, mas também amplia sua capacidade de atuar como um agente de transformação social e sustentável.

**A implementação das recomendações propostas
permitirá desenvolver um modelo de
internacionalização mais integrado, inclusivo e
alinhado aos desafios e oportunidades do século
XXI**

REFERÊNCIAS

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, Thousand Oaks, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução n.º 144, de 11 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2017/resolucao-144-2017-consuper/view>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). Termo de Compromisso das Instituições de Ensino Superior da Paraíba com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/ods-agenda-2030>.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). Resolução 40-CS-IFPB, de 07 de agosto de 2019. Convalida a Resolução-AR n.º 19, de 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-cs-no-40-politica-de-internacionalizacao.pdf>.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>.

STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268012740_O_PROCESSO_DE_INTERNACIONALIZACAO_NAS_INSTITUICOES_DE_ENSINO_SUPERIOR. Acesso em: 16 fev. 2025.

GT Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>.



**“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo”**

Nelson Mandela